



**SEMANA
ACADÊMICA
DO CTH
2019**

**Anais XIII
Semana Acadêmica
do Centro de Teologia
e Humanidades**

UCP

Universidade Católica de Petrópolis

Grão-Chanceler

Dom Gregório Paixão

Reitor

Pe. Pedro Paulo Carvalho Rosa

Vice-Reitor

Marcelo Vizani Calazans

Pró-Reitor Administrativo

Anderson de Souza Cunha

Pró-Reitor Administrativo Adjunto

Carlos Henrique Freire Lisboa

Pró-Reitora de Graduação

Regina Coeli Pinheiro Máximo de Souza

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação

Sergio de Souza Salles

Diretor do Centro de Teologia e Humanidades

Leandro Antônio Rodrigues

Vice-diretor do Centro de Teologia e Humanidades

Carlos Frederico Gurgel Calvet da Silveira

Coordenadores do Centro de Teologia e Humanidades

Filosofia: Carlos Frederico G. Calvet da Silveira

Música: Antônio Carlos Gastão

Pedagogia: Cintia Chung Marques Corrêa

História: Bruno Tamancoldi Muniz

Teologia: Pe. Pedro Paulo Carvalho Rosa

Letras: Leandro Antonio Rodrigues

Programa de Pós-Graduação em Educação: Fabiana Eckhardt

Secretária do Centro de Teologia e Humanidades

Larissa Gomes Magrani

Comitê Interno de Avaliação

Prof. Dr. Alexandre Luís de Oliveira

Prof.^a Ma. Aline de Almeida Rodrigues

Prof.^a Dra. Cristiane Noel Souza da Cruz

Prof.^a Ma. Gerusa Faria Rodrigues

Prof.^a Ma. Lara Sayão Lobato de Andrade Ferraz

Prof. Me. Leandro Antônio Rodrigues

Prof. Dr. Leandro Gavião

Prof. Me. Marcos Levi de Oliveira

Prof. Me. Martín Ugarteche Fernández

Organizadores dos Anais

Clarissa Salerno Winter Tavares

Larissa Gomes Magrani

Leandro Antônio Rodrigues

ANAIS
XIII SEMANA ACADÊMICA DO CENTRO DE
TEOLOGIA E HUMANIDADES

Petrópolis, 2019

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PETRÓPOLIS
PROGRAMA DE PÓS- GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
Rua Benjamin Constant, 213 - Centro – Petrópolis
25.610-130 - Rio de Janeiro Telefone: (24) 2244-4045
Homepage: www.ucp.br
E-mail: trabalhosacademicos.cth@ucp.br

Editoração
Leandro Antônio Rodrigues

Revisão
Larissa Gomes Magrani

Diagramação
Graziele da Silva Cavadas

Arte da Capa
DOIT

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

A532 Anais da XIII Semana Acadêmica do CTH: “Colóquio Internacional
O Humanismo de Jacques Maritain” / organização de Clarissa
Salemo Winter Tavares, Leandro Antônio Rodrigues, Larissa
Gomes Magrani. – Petrópolis, RJ: UCP, 2019.

E-book

ISBN: 978-85-60654-56-7

Evento realizado pelo Centro de Teologia e Humanidade da
Universidade Católica de Petrópolis (UCP), em 2019.

Bibliotecária responsável: Marlena H. Pereira – CRB7: 5075

Sumário

A POSSIBILIDADE DE UM MODO DE SER AUTENTICO JUNTO AO AVANÇO DA TECNOLOGIA.....	10
A REGRA DE OURO EM SANTO AGOSTINHO	15
DIGNIDADE DO HOMEM E SUA EMINÊNCIA.....	19
DO HOMEM À PLURALIDADE: UM ITINERÁRIO ACERCA DA CONDIÇÃO HUMANA SEGUNDO HANNAH ARENDT	22
“SOLTEIRAS CASADAS EXISTEM”: UMA CRÍTICA À DICOTOMIA ANALÍTICO-SINTÉTICA DE KANT”	25
O CONCEITO DE EMPATIA COMO FUNDAMENTO DE INTERSUBJETIVIDADE EM SCHELER	29
O <i>KAIRÓS</i> E O <i>PÁTHOS</i> DA EXPERIÊNCIA ESTÉTICA DO SUBLIME NO PENSAMENTO DE LONGINO.....	33
QUEM ESTÁ NA MIRA DA POLÍCIA? UMA REFLEXÃO SOBRE O MAL E VIOLÊNCIA POLICIAL	36
GUIA DE LEITURA DO “TRATADO DE ARGUMENTAÇÃO: A NOVA RETÓRICA”	39
SOBRE O “LUGAR” NA ARTE COMO PROCEDIMENTO METAFÍSICO	43
A (RE)FUNDAMENTAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS EM LEVINÁS	46
A PESQUISA EM HISTÓRIA SOCIAL E OS REGISTROS ECLESIÁSTICOS DE ÓBITO.....	50
AS FONTES ECLESIÁSTICAS DE CASAMENTO E SUAS POSSIBILIDADES DE EXPLORAÇÃO E PESQUISA.....	54
FONTES ECLESIÁSTICAS E HISTÓRIA SOCIAL: POSSIBILIDADES DE PESQUISA OFERECIDAS PELOS REGISTROS DE BATISMO	58
OS PRIMEIROS ENSAIOS DA DOCTRINA SOCIAL DA IGREJA CATÓLICA NA EUROPA E A SUA RECEPÇÃO NO BRASIL: NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XIX	62

A LIBERDADE RELIGIOSA E A RELIGIÃO DO ESTADO NA CONSTITUIÇÃO DE 1824	66
UM CONVITE A REFLEXÃO: PERSPECTIVAS HUMANÍSTICAS SOBRE O ENCARCERADO NA CONCEPÇÃO DE FRANCESCO CARNELUTTI	70
PASTORAL DE RUA DA IGREJA CATÓLICA COMO POSSÍVEL INSTRUMENTO DE INCLUSÃO SOCIAL.	74
REGISTROS PAROQUIAIS COMO MECANISMO DE PESQUISA: REFLEXÕES EM HISTÓRIA SOCIAL	76
SÍNODO DO CADAVER	80
HISTORIOGRAFIA E RELIGIÃO: A IMPORTÂNCIA DOS ESCRITOS TEOLÓGICOS NOS ESTUDOS HISTÓRICOS A PARTIR DE A CIDADE DE DEUS DE SANTO AGOSTINHO	83
ESTADO, DE EXCEÇÃO?	87
LUGAR DE MEMÓRIA E A DITADURA MILITAR BRASILEIRA	90
A I EXPOSIÇÃO NACIONAL DE ARTE ABSTRATA DE 1953 E A HISTÓRIA SUSPensa DE UMA CIDADE	94
A LUTA DE HISTORIADORES CONTRA AS LEGITIMAÇÕES HISTORICAMENTE ORIENTADAS NOS DISCURSOS EM REGIMES AUTOCRÁTICOS	97
PRIMEIRO DE MAIO: ASSOCIATIVISMO E AS LIDERANÇAS OPERÁRIAS NA CIDADE DE MANAUS DA PRIMEIRA REPÚBLICA	100
MEMÓRIA, HISTÓRIA E NARRATIVA NO PROCESSO HISTORIOGRÁFICO .	104
A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO CRÍTICO-REFLEXIVA DO DOCENTE MÉDICO NO INTERNATO DA GRADUAÇÃO DE MEDICINA	108
EDUCAÇÃO EM PAUTA NA CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS– RJ: LOBBY, CORRELAÇÕES DE FORÇAS, NUANCES, ACOMPANHAMENTO, TENSÕES E POSSIBILIDADES DA FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS	115
A DISPONIBILIDADE DOCENTE: EM BUSCA DE UMA RELAÇÃO HORIZONTAL NA SALA DE AULA.....	118

O ENSINO DE NOSSO TEMPO: O PROBLEMA DE NÃO PODER ENGOLIR O CHICLETE!	120
OS DESAFIOS DO PROCESSO DE INCLUSÃO DA CRIANÇA AUTISTA COM SELETIVIDADE ALIMENTAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UM OLHAR DA ESCOLA E DA FAMÍLIA.....	124
A FORMAÇÃO INICIAL DOS PROFESSORES GENERALISTAS X EDUCAÇÃO FÍSICA NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL NA REDE MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS/RJ – REALIDADE A PARTIR DO CONCURSO PÚBLICO 2015	127
O PAPEL DO PSICÓLOGO NO EMPODERAMENTO DE MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA: UM ESTUDO NO CRAM PETRÓPOLIS	129
A POESIA AFRO-FEMININA COMO INSTRUMENTO DE RESISTÊNCIA AO SILENCIAMENTO DA MULHER NEGRA NA LITERATURA	137
A PRIMAZIA DO <i>ÊTHOS</i> E O RIGOR CRÍTICO NA ESCRITA BIOGRÁFICA DE LEONARDO BRUNI: O APEGO À “VERDADE”	141
REFLEXÕES SOBRE A ENSAÍSTICA ZWEIGUIANA: A CONTEMPORANEIDADE DAS DISCUSSÕES NA OBRA DE STEFAN ZWEIG.....	145
ESTUDO DA DELINQUÊNCIA NOS PERSONAGENS DE CAPITÃES DA AREIA: UMA ANÁLISE PSICOSSOCIAL.....	149



**RESUMOS DE COMUNICAÇÕES:
FILOSOFIA**



A POSSIBILIDADE DE UM MODO DE SER AUTENTICO JUNTO AO AVANÇO DA TECNOLOGIA

BRANCO, Thainá Peixoto
MARTINS, Marcella
Universidade Católica de Petrópolis

Palavras-chave: Corpo. Técnica. Ser. Autenticidade. Ente.

No livro “Corpos voláteis, corpos perfeitos” de Evaldo Souza Couto, vemos reflexões acerca da super valoração que é dado ao corpo humano e sobre a função comercial que esse valor opera. Segundo o autor, no contexto da cibercultura, o corpo sofre junto todas estas mudanças biotecnológicas, ou seja, ele passa por apelos publicitários, enfrenta metamorfoses mentais e físicas que se renovam constantemente. E, partindo dessa análise, discute-se sobre questões como: a busca implacável pela perfeição, pela eficiência, pela felicidade constante, por experiências emocionais extasiantes e pela extensão das capacidades humanas (memória, abstração). Em meio a esse debate nos deparamos com o seguinte questionamento: qual é a fantasia que criou-se ao torno de toda essa tecnologia e o qual é o vazio que ela vem preencher? Ao longo de anos, percebemos pela experiência antropológica o Homem, na sua tentativa constante de suprir seus vazios com atos secundários, soluções paliativas. Desse ponto de vista trouxemos Epicuro para a nossa discussão, já que para ele a felicidade tem relação com a antropologia, e o homem é um ser completamente material; na ética de Epicuro vemos que a vida feliz é aquela ao qual se busca o prazer e se evita a dor, e para isso deve-se buscar os prazeres naturais e necessários, evitar os naturais e não-necessários e os não naturais e não-necessários. Toda essa tecnologia – mesmo com sua grande utilidade – quando busca suprir esse vazio do homem dando a ele prazeres exacerbados, cria um conflito emocional que ao invés de felicitar, causa dores, no corpo e na alma. Portanto, deveríamos repensar a noção de felicidade, se ela existe, e se existe, se deve ser constante; repensar as noções do que é belo, se a beleza é criada ou é uma ficção; repensar o que de fato é necessário e o que é secundário, e sobretudo o que todas essas mudanças na “biotecnologia” humana gera no próprio humano quanto pessoa. Essa sublimação pelo corpo, pela perfeição, pela eternidade; pode parecer agradável e pode de fato ser, mas aqui procuramos defender a reflexão sobre cada conceito específico. Corpo: é claro, tal como cita no livro que marca-passo, pinos, pernas mecânicas; são exemplos de como a técnica ajuda o homem a ter uma vida confortável, daí a relação intrínseca de tecnologia



e medicina, esses avanços permitem o homem viver mais vinte, trinta anos, e não só prolonga a vida como torna ela mais confortável, mas até onde vamos? Fora essa questão vida e morte, podemos pensar, qual a necessidade de uma prótese de silicone? Plásticas? Apliques? Todas tentativas de tornar o corpo mais sensual, mais desejado e etc, voltamos: que é sensual? que é desejado? que é beleza? Se substituo – a perna – o mortal, pelo objeto tecnológico, ainda estou na vida de quem nasce e morre, mas se substituo a morte, qual é o sentido da vida? Outro exemplo de extensão é a da memória. A memória ocupa uma função importantíssima, nos faz lembrar de acontecimentos, nos faz lembrar de coisas anteriores a nossa própria existência que nos foi passado exclusivamente por um outro que tem memória e que escreveu, registrou sua memória, ou verbalizou sua memória. O sociólogo Pierre Lévy diz em seu livro “Cibercultura” sobre a importância da tecnologia para a educação e sobre a necessidade de uma educação a distância para tornar o saber generalizado, nesse ponto ele diz sobre o que a tecnologia cria: ela cria a memória coletiva, ou seja, não é mais o professor tal que detém em sua memória todo o seu conhecimento acerca de algo específico, ao pôr na rede social ele compartilha e deixa registrado para sempre a sua memória que será acessível a todos; lados positivos da técnica em relação a memória, mas a memória em si não é só um grande lugar de beleza e alegria, ela nos faz lembrar de tristezas, perdas, sofrimentos, e lembrar nos faz sentir novamente, e a tecnologia nesse plano de destruir sofrimentos e dar só felicidade, pode até mesmo tentar modificar a forma que a memória se dá, no filme *Brilho Eterno de uma Mente sem Lembranças* do diretor Michel Gondry vemos um casal que se separa e que por não saber lidar com essa situação recorrem a um médico da região que tinha desenvolvido uma técnica que mapeava o cérebro e encontrava todas as regiões que haviam alguma memória da vida com essa outra pessoa, e apagava tudo, ou seja, a tecnologia apagando as vivências para que assim, pudéssemos não sentir a tristeza; mas até onde nós iríamos com isso? Até onde minhas ações gerariam tal transtorno que eu iria apagando, apagando, até a hora em que apagasse a mim próprio? A tecnologia na sua busca de driblar imperfeições, fracassos, dores, tristezas, tem como máxima driblar a própria morte, se o homem morria com quarenta anos e depois com sessenta, agora ele morre com cem, mas daqui a cem anos ele vai viver para sempre. Mas qual é o sentido disso tudo? Viver para sempre, por quê? Por ter medo de morrer ou por amar de mais a vida, mas só tem medo de morrer quem ama a vida, mas quem ama a vida aceita a vida e não só a vida alegre do gozo eterno, mas da morte e do sofrimento, da angústia? Nietzsche no texto *o Imaculado Conhecimento* diz que: “amar e morrer: as duas coisas harmonizam-



se desde a eternidade. Vontade de amor: isto significa disposição, também, para a morte.” Anteriormente foi usado um outro sentido para amor, mas agora pensando nele como toda a aceitação da vida como ela é, e aceitando a morte. Amar a vida significa ter disposição para a morte. Talvez seja o nosso medo de não viver que nos faça querer viver para sempre com toda a tecnologia possível tornando a dor amena. Concluo então que quem tem disposição para morrer, ama, e quem ama e morre é quem soube viver autenticamente, lembrando da poesia de Henry Thoreau: “Fui para os bosques para viver deliberadamente, para sugar todo o tutano da vida. Para aniquilar tudo o que não era vida, e, para quando morrer, não descobrir que não vivi.” Nesse conflito do desejo e do medo, lembro do filme *Nosferatu* de 1979, do Herzog, Lucy na sua apatia sente o desejo de ser amada, mas Jonathan seu marido não lhe dá o que ela deseja: amor, em determinado momento Lucy no desejo de ser amada, percebe no Drácula este amor, seus personagens antagônicos se veem em uma situação de complementariedade, Lucy apática ama Jonathan mas não é amada, Drácula feroz (mas com toda sua caracterização mostra ser na verdade, o mais sensível, o mais frágil) deseja tudo aquilo que ele não pode ter, o amor, a luz do dia e a morte, sendo imortal reconhece um valor no término da vida que ninguém mais reconhece. Na cena final fica evidente que Lucy por amar Jonathan dá a sua própria vida, mas também se entrega com gozo naquele momento ao se sentir desejada pelo Drácula, que em sua vida de sombras recebe de Lucy aquilo que mais desejava: amor, luz e morte. Enfim, só amando a vida o homem morre sem medo, mas também um paradoxo; talvez só sendo de fato um imortal o homem conseguirá amar a vida. De qualquer maneira a proposta de repensar os conceitos, refletir sobre o homem ciborgue e no porque dele querer se tornar a própria máquina, vem pois: o homem precisa pensar no próprio homem enquanto homem. Afinal como diria Heidegger: “a ciência não pensa”. e posteriormente, diria: “Talvez, já desde séculos, o homem vem agindo demais e pensando de menos.” É preciso pensar, pensando em si; para não viver de maneira ressentida, como diria Nietzsche “viver a vida como se ela fosse um caminho errado”, esse é o ressentido, ao final, na tentativa de mudar a moral, criamos outra, o homem se torna um ressentido; então a questão: será que o homem ciborgue é o grande ressentido da nossa época? Esse que vive a vida como se ela fosse um erro, que discursa sobre a técnica pois ela nos dá mais tempo, mas tempo para o que? O que temos na verdade é uma ilusão de tempo, pois passamos horas na internet trabalhando, produzindo lucro para empresas como o facebook, o Instagram. A ilusão é o que vem na verdade junto a esse fetiche da técnica como uma forma de tornar o homem um Deus.



Retornando a ideia do Heidegger de que a ciência não pensa, traçamos um caminho em suas obras para pensar essa questão, obras como: *Ser e Tempo* e a *Questão da técnica*. Heidegger não apresenta respostas para o problema da técnica, mas ele busca possibilidades de um melhoramento na relação do homem com a técnica.

Vivendo em uma década do progresso da ciência, de uma sociedade industrializada, de uma explicação do mundo através da ciência. Da crise do pensamento metafísico, e a descrença em verdades eternas e totalizantes, Heidegger aparece como um filósofo que pensa a existência, ou seja, em como o homem se põe no mundo como fenômeno. Pensar o homem em sua existência é pensar o homem entregue a si mesmo em sua individualidade.

Para o Filósofo, o problema da cultura ocidental, é o problema do esquecimento do ser. O ser se diferencia de ente, ser é aquilo que permite que algo seja, o que faz o homem existir. O ente é a base material do ente que é. Tudo que existe é ente, mas somente o ser é. Por exemplo, uma pedra é, Deus é, o cachorro é, mas somente o homem é e existe. Somente o homem tem a possibilidade de pensar a existência e por isso o ser transcende o ente como o único modo de possibilidade de um ser autêntico. O homem da ciência acredita que pesquisando e calculando o ente, se chega ao ser. Mas o ser não se define, o ser é aquilo que é. O homem moderno está tão ocupado em sua vida comum, mergulhado em compromissos, em uma vida inautêntica, que se esquece do ser, e o que permanece é apenas o ente, a coisificação do ser.

Na técnica moderna, diante do esquecimento do ser, o homem explora e provoca a natureza, pois se centra em si enquanto ente, esquecendo que faz parte de um todo enquanto ser no mundo. Para Heidegger, o homem precisa fugir dessa centralização exploradora da natureza, e voltar a se relacionar e cultivar a natureza de maneira poética, poética aqui no sentido grego de *póiesis*, de produção. A poesia não se põe no mundo de maneira calculável, e ela não nomeia, mas sim cultiva a natureza através da linguagem. Será a linguagem poética uma saída para que o homem se ponha no mundo enquanto ser, não mais de maneira coisificada enquanto ente?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

HEIDEGGER, Martin. *Ser e Tempo*. 10. ed. Vozes, 2014.

_____. *Ensaios e Conferências*. 8. ed. Vozes, 2012.

EPICURO. *Carta sobre a Felicidade* (A Meneceu). ed. UNESP, 1999.



COUTO, Edivaldo Souza. **Corpos Voláteis, Corpos Perfeitos**, Estudos sobre estéticas, pedagogias, e políticas do pós-humano. ed. EDUFBA, 2012.

NIETZSCHE, Friedrich. **Assim Falou Zaratustra**. ed. Martin Claret, 2012.



A REGRA DE OURO EM SANTO AGOSTINHO

GUEDES, Marcos Vinícios Chiaretti
Universidade Católica de Petrópolis

Palavras-chave: Caridade. Regra. Ética. Moral. Ouro.

Para alguns pensadores “foi com Santo Agostinho que o pensamento cristão ganhou uma nova visão, pois, passou a melhor articular elementos do pensamento clássico com princípios cristãos para melhor adequar e fundamentar os ideais cristãos” (PAULA; MELO, 2011, p.12).

Santo Agostinho, gera uma mudança de foco no sentido de amor, do desejo passa para a caridade. De eros, que indicava desejo, passou a ágape, que quer dizer caridade: “É um abuso de linguagem dizer que os concupiscentes amam, assim como é abusivo dizer que aqueles que amam são concupiscentes. Ora, o verdadeiro amor é aderir à verdade, para viver na justiça” (AGOSTINHO, 2018, p.168). Nesse sentido é dito por um de seus comentadores: “Desse modo, para Santo Agostinho, o cristianismo trouxe um novo conceito de amor, que recebeu um olhar diferente do que havia sido entendido por pensadores gregos como Platão. O foco que se dava ao amor tomou um novo sentido” (PAULA; MELO, 2011, p.4). Ou seja, há então uma virada onde o amor que era mero desejo é substituído por um amor que vai além desse mero desejar.

O amor em geral é entendido como uma inclinação da vontade ao bem “O que é o amor ou a caridade, tão louvada e exaltada pela Escritura, senão o amor do Bem?” (AGOSTINHO, 2018, p.172) E ainda “o cerne da filosofia do amor em Santo Agostinho está diretamente relacionado com o projeto de Deus para o homem, pois, para o Santo Doutor, o amor faz parte da essência humana, o homem é obra da criação Divina e a essência divina é amor” (VIEIRA, 2010, p.60).

Dentro dos questionamentos sobre o amor no pensamento do filósofo, está inserida a regra de ouro, que é uma formulação moral que observa o tratamento do outro como a si mesmo, através da ordenação da caridade:

“Nessa mesma ordem de ideias, o cristão ama o seu inimigo: não enquanto inimigo, mas enquanto homem, possuidor da natureza humana. Ao ponto de desejar para ele o mesmo que deseja para si mesmo, isto é, de poder chegar à felicidade do Reino dos Céus, após ter sido renovado e transformado.” (AGOSTINHO, 2017, p.75).



Ninguém ama a si, sem amar a Deus e ao próximo; ao próximo, sem amar a Deus e a si; nem a Deus, sem amar a si e ao próximo. “Para Santo Agostinho, a caridade aparece como a virtude primeira e será entendida como o fundamento de toda a vida ética” (VIEIRA, 2014, p. 62).

Os textos nos quais Santo Agostinho usa a regra de ouro são numerosos, ela aparece em diversos livros do autor, as vezes mais de uma vez. A regra na filosofia do santo é vista como uma máxima do amor: “Pois a perfeição da misericórdia com a qual é atendida toda alma extenuada de pena e cansaço não vai além desse amor aos inimigos” (AGOSTINHO, 2017, p. 91). É o amor que atende a perfeição da misericórdia, amor esse que deve ser praticado mesmo aos inimigos, o amor é o caminho para a perfeição é a regra é o caminho para viver de modo ético esse amor.

A formulação mais conhecida da regra em Agostinho e provavelmente a mais conhecida na cultura em geral é a presente no sermão da montanha, tendo sido proferida pelo próprio Jesus Cristo: “Tudo, portanto, quanto desejais que os outros vos façam, fazei-o, vós também, a eles. Isto é a Lei e os Profetas” (Mt, 7,2).

Para Agostinho, aquilo que pode tornar os homens perfeitos é a capacidade de amar: “Assim, o que faz os homens invencíveis e perfeitos é somente o fato de eles poderem amar” (AGOSTINHO, 2017, p. 76), o amor também torna o homem invencível, ou seja, o torna capaz de superar as dificuldades. Segundo Giovanni Reale para Agostinho:

“quando o amor do homem se volta para Deus (amando os homens e as coisas em função de Deus), é charitas; quando, porém, volta-se para si mesmo, para o mundo e para as coisas do mundo, é cupiditas. Amar a si mesmo e aos homens não segundo o juízo dos homens, mas segundo o juízo de Deus, significa amar do modo justo” (REALE, 2003, p. 100)

É crucial para entender a concepção de amor em Agostinho entender essa diferença que ele traz entre charitas, amor ordenado a Deus e em Deus se volta as pessoas e aos demais seres, e cupiditas, quando o amor de si supera o amor a Deus e aos outros.

O tema central da moral pela qual somos levados, é o amor ao bem supremo, a caridade. Este amor pode ser visto como peso interior que leva a alma para Deus “Meu peso é o amor; por ele sou levado para onde sou levado” (AGOSTINHO, 1997, p. 246). Esse estado de deixar-se guiar pela caridade representa também o fundamento da ordem social em Agostinho “É pela caridade que Agostinho constrói uma ponte entre o homem



individual e o homem social. Isso ocorre devido ao fato de que a realização do amor em Deus exige a realização do amor entre os homens. Por causa da caridade, o amor assume uma dimensão social, enquanto princípio de socialização do homem” (ALMEIDA, 2014, p. 59).

Em agostinho “a força motriz para a realização da ordem moral é o amor, que remata na caridade. Sua força orientadora é à vontade, que culmina na liberdade. Sua consumação é a ordem da caridade” (BOEHNER; GILSON, 2004, p. 188), ou seja, é na ordem da caridade, alcançada pela regra, que se faz possível a realização da ordem moral, que para o Santo se confunde com o próprio amor, amor e moral são iguais, um é força motriz do outro e vice-versa.

Ainda é dito que “a caridade não é apenas o coração da moralidade; ela é a própria vida moral. O começo do amor é o começo da justiça, o progresso do amor é o progresso na justiça, a perfeição do amor é a perfeição da justiça” (BOEHNER; GILSON, 2004, p. 191).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

CONGREGATIO PRO CLERICIS. Biblia Sacra Nova Vulgata. Roma: Libreria Editrice Vaticana, 2002. Versão eletrônica disponível em: <http://www.clerus.org/bibliaclerus/index_por.html> Acessado em: 27 de Novembro de 2018.

AGOSTINHO, Santo. **O Sermão da montanha**. Col. Patrística, 36. 1º Ed. São Paulo: Paulus, 2017.

_____. **A Trindade**. Col. Patrística, 7. 1º Ed. São Paulo: Paulus, 2018.

PAULA, Andriely Samanda de; MELO, José Joaquim Pereira. O amor e a felicidade em Santo Agostinho como elementos para a formação do homem. **X Jornada de Estudos Antigos e Medievais II Jornada Internacional de Estudos Antigos e Medievais – Universidade Estadual de Maringá**. setembro, 2011.

VIEIRA, Carlos Alberto Pinheiro. O amor como fundamento da ordem social em Santo. **PARALELLUS Revista de Estudos de Religião – UNICAP**. Recife, n. 1. jan./jun. 2010.

G. Reale; D. Antiseri. **História da Filosofia: patrística e escolástica**, v. 2. Ed. - São Paulo: Paulus, 2003.



BOEHNER, Philotheus; GILSON, Étienne. **História da filosofia cristã: desde as origens até Nicolau de Cusa.** 9º Ed. Petrópolis: Vozes, 2004.



DIGNIDADE DO HOMEM E SUA EMINÊNCIA

MENEZES JUNIOR, Alexandre Silva de
COELHO, Waiss Lucas Barboza
Universidade Católica de Petrópolis

Palavras-chave: Humanismo. Filosofia. Cristianismo. Eminência. Bem.

Ao tratarmos de um filósofo e pensador, comprometido com diversos campos da sociedade, com os problemas da Igreja e até mesmo das posições políticas, uma série de dados poderiam ser abordados e suas ideias em vários campos poderiam ser discutidas.

Assim como outros grandes pensadores, nosso autor apresentou a filosofia como o conhecimento último do mundo, com uma função que vai mais além do simples pensamento teórico e solicita a pessoa por completa.

Faz-se necessário voltarmos ao significado da palavra, neste caso (*Φιλοσοφία*, amor à sabedoria), contendo assim um significado ético e um elemento de decisão, já que para a pessoa humana, não é possível voltar-se radicalmente para o Absoluto, sem uma decisão. Sendo assim, para Jacques Maritain, esse amor, essa busca pelo saber, não poderia advir separada de uma decisão total pela Verdade.

Ao tratarmos do filósofo do século XX, Jacques Maritain podemos observar que seu objetivo é trazer à tona as questões evocadas pelo humanismo antropocêntrico, como a auto realização do homem em sua “descoberta” como dominador de todo o mundo material e senhor de si, e a valorização da figura do humanismo teocêntrico, que já não pretende trazer o homem para o centro da filosofia, enaltecendo sua falsa imanência, mas submetê-lo a um modo de ser que é inerente ao seu caráter humano. “Para dar-se é preciso existir, não como outras coisas, mas duma maneira eminente, possuindo-se a si mesmo tendo domínio de si e dispondo de si mesmo” (MARITAIN, 1962, p. 04). Enaltecendo a relação de vontade e inteligência, que nos assemelha a Deus e nos faz tender a Ele.

Os pressupostos metafísicos, segundo Maritain, são evocados inevitavelmente pelas doutrinas que, dizendo-se atéias, prezam pelo enaltecimento do homem e afirmam categoricamente que o homem alcançará a justiça pela valorização do proletariado. “O ateísmo se pudesse ser vivido até a raiz do querer, desorganizaria, mataria metafisicamente à vontade (...) [pois] toda experiência absoluta de ateísmo se for rigorosamente conduzida, acaba por provocar a dissolução psíquica” (MARITAIN, 2018, p. 71).



Estas mesmas doutrinas, que se certificam em dizer que o homem se resume a esta vivência terrena, negando a eminência que a alma humana lhe confere, recorrem a pressupostos derivados deste Bem supremo -princípios metafísicos, como a supracitada justiça- para na verdade retirar os valores que já permeavam a Igreja e o cristianismo.

Ora, este movimento de apropriação de valores transcendentais, oriundos da doutrina presente no cristianismo, se dá por uma frustração, não com o cristianismo ou com a Igreja em si, mas na projeção acidental destes no mundo cristão. O cristianismo foi reduzido ao mundo cristão, que é constituído de seres incapazes dessa *Avayoyé*, dessa condução ao alto, que é possibilitada pelas concepções metafísicas advindas da Verdade, que está impreterivelmente presente neste humanismo teocêntrico. “A vontade, com efeito, vai por natureza ao bem como tal, ao bem puro. Quando ela age, é por um fim último que não pode ser senão um bem que a satisfaz absolutamente. Ora, onde está esse bem, na realidade senão no ser que é por si mesmo a plenitude infinita do Bem? ” (MARITAIN, 2018, p. 70-71).

Se o homem fosse senhor de tudo, não seria assombrado por esta necessidade de manifestar a sua angústia e desejo do transcendente, que é evidente nos manifestos ateus da contemporaneidade. A dogmatização destes é tão radicada e permeada por um senso de proteção da sua crença que excede até mesmo o do mundo cristão e seria ofensivo não considerá-los como autênticas religiões. O objetivo aqui, não se trata de propagar uma uniformidade religiosa, mas de propor uma comunhão que levaria a vivência da justiça e caridade autêntica. “É que a criatura seja realmente respeitada em sua ligação com Deus e porque tudo deve a ele; humanismo, mas humanismo teocêntrico, enraizado lá onde o homem tem suas raízes, humanismo integral, humanismo da Encarnação” (MARITAIN, 1942, p. 70).

A originalidade de Jacques Maritain, se dá pelo emprego do termo Absoluto e Transcendente, em suas obras, expondo em seus escritos, a fé que ele outrora havia conhecido, enquanto peregrinava em busca da verdade. Apesar de nunca querer o título de teólogo, porque considerava seu trabalho uma exímia obra filosófica, como de fato é, contudo, jamais procurou uma separação estrita entre a sua razão e sua fé. “Efetivamente, a retidão da vontade, o amor aos outros e ao outro, resulta imprescindível, ainda que não baste, para uma adequada compreensão da verdade” (MELENDO, 2005, p.120).



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

MARITAIN, Jacques. **Humanismo Integral**. São Paulo: Companhia editora nacional, 1942.

_____. **A pessoa e o bem comum**. Tradução de Vasco Miranda. Lisboa: Livraria Moraes, 1962.

_____. **Humanismo Integral: problemas temporais e espirituais de uma nova cristandade**. São Paulo: Cultor de Livros, 2018.

MELENDO, Tomás. **Iniciação à Filosofia: razão, fé e verdade**. São Paulo: Instituto Brasileiro de Filosofia e Ciência “Raimundo Lúlio”, 2005.



DO HOMEM À PLURALIDADE: UM ITINERÁRIO ACERCA DA CONDIÇÃO HUMANA SEGUNDO HANNAH ARENDT

MAGRANI, Larissa Gomes
SANTOS, José Vilanova
Universidade Católica de Petrópolis

Palavras-chave: Homem. Ação. Pluralidade. Natalidade. Hannah Arendt.

O homem não é um ser indeterminado. Ele possui características que o fazem homem, mesmo se todas as suas condições forem alteradas radicalmente. Ainda em meio às realidades mais estranhas a ele, continua sendo homem. Isso porque o que caracteriza o ser Homem (Adam), ou seja, a sua totalidade é a sociabilidade, isto é, o Homem só existe se estiver em relação com o seu semelhante e com o que o rodeia.

Portanto, a definição correta para Hannah Arendt é que, uma vez que não é Deus que pode ser prescindido do aparecer, muito menos animais totalmente envolvidos na repetição e no automatismo próprios aos processos vitais, precisam relacionar-se não somente entre si, mas também com a natureza. A isso denominamos como o fenômeno do homem como ser-no-mundo, ou seja, como um ser intrinsecamente consagrado ao mundo (ARENDR, 2000, p. 13).

Com isso, somos levados a problematizar a maneira de conceber a relação entre o homem e o mundo. Arendt defende o conceito da unicidade, individualidade, diferença de opiniões e o encorajamento da vida activa do ser humano para superar, de vez, a ideia do homem como supérfluo, porque ao se recusar pensar o indivíduo, abdica totalmente da característica que o define como tal: a de ser capaz de pensar. Consequentemente, torna-se incapaz emitir juízos morais. Em outras palavras, se o homem recusa-se a agir torna-se alienado e sujeito a todo tipo de submissão ideológica que leva à massificação e, consequentemente, torna o homem descartável até mesmo no âmbito político.

A capacidade que o homem possui de agir inicia o novo que se define ontologicamente pelo nascimento. E tal fato surge no mundo como o milagre humano, “cada novo começo é por natureza um milagre”. O milagre humano é a expectativa de transformação, por ser baseado na ação do homem, na liberdade e espontaneidade política, é somente nesse âmbito que é permitido esperar por milagre.

Arendt define ainda no seu conceito de natalidade três atividades fundamentais que definem o que ser homem: o labor, trabalho e ação. Primeiramente, é preciso entender que o termo natalidade não em sentido biológico, mas isso corresponde ao agir, ao



nascimento político. Pode-se entender esse nascimento na visão arendtiana como um segundo nascimento, no qual o recém-nascido é apresentado para mundo político. Para a autora, o sentido da política é a liberdade, e é a liberdade e a espontaneidade que possibilitam o homem de agir politicamente, ou seja, em conjunto, instaurando por meio do nascimento político algo novo no mundo. Portanto, é inconcebível entender o homem isolado. Se ele se coloca nesse parâmetro, aniquila-se; não alcançará a plenitude e sua totalidade.

A pluralidade arendtiana, por sua vez, nasce de um desejo de mudança. Transformação essa que tem como protagonista homens e mulheres singulares, habitando um mundo comum e que, por essa razão, tornam-se um em prol do seio político. Considerar o mundo como espaço plural é ter consciência de que as pessoas, à medida que são recém-chegadas à esfera pública, iniciam a ética da responsabilidade com os demais e, também, com o mundo. A fim de que a responsabilidade social se dê de modo autêntico, isto é, o que torna homens e mulheres únicos, é necessário relacionar ação e discurso.

Ação, segundo Arendt, é um elemento criador; requer movimento e transição para se propagar a metamorfose humana. Discurso é próprio do homo loquens, ou seja, do homem que fala, que interage e que se comunica. É de suma importância ressaltar que Arendt concebe o discurso e a ação de modo concomitante, contribuindo para a 'teia de relações humana'. Nesse sentido, para que haja pluralidade no espaço público, pluralidade esta que é condição da vida humana em âmbito aparente, é preciso que permanência e inovação se deem de forma associável e concomitante. Embora pareça paradoxal a relação entre os antônimos, Arendt inova exatamente por unir o que é conceitualmente oposto ou dissociável. Assim como ocorre com a relação poder-violência, no mundo político, a relação proporcional inversa dá-se à proporção que a pluralidade consiste numa organização/ união legítima concretizada por pessoas distintas entre si, que expressam novas opiniões e visões ao mundo.

Tendo em vista a necessidade do poder compartilhado ter que se atualizar e se adaptar à chegada de novos membros à esfera pública, Arendt afirma a imprescindibilidade da política ser definida como liberdade, tornando-se espaço de liberdade conforme for se reestruturando e trazendo à tona novas pessoas, perspectivas políticas e assuntos que devem ser abordados pluralmente. Portanto, a pluralidade, numa condição de união das diferenças, coloca em xeque o ser humano numa visão de "quem é?". Tal indagação consiste em extrair o autor das ações, manifestando a sua singularidade



por intermédio da ação e do discurso, que o evidenciam à proporção que o agente se vê inserido e participante da esfera marcada pela ação em conjunto.

É nessa lógica que, retomando ciclicamente a visão de homem explorada por Hannah Arendt, pode-se, de modo fenomenológico, homens e mulheres perceberem-se de maneira singular na esfera pública, embora que seja ambiente propício da interrelação entre os detentores do poderio, isto é, todos os homens e mulheres, sem exceção. Para que a condição da pluralidade seja contemplada na prática, ação, discurso, natalidade e o seu exercício, em conjunto, são essenciais, possibilitando que a política, em seu significado filosófico, seja enaltecida e confirmada por meio das ações que a tornam verdadeiramente política. Agir indo além do partidarismo ou das ideologias trazidas por tal é o que Arendt quer que os seus leitores compreendam. Assim, o seu humanismo é universal enquanto excludente de quaisquer posições unilaterais. A defesa das opiniões diversas numa única esfera requer que homens e mulheres abdicuem de seus preconceitos iniciais supressores e que, pela natalidade, exercitem o que há de mais autêntico ao mundo público: suas experiências e as experiências de seus semelhantes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ARENDRT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

_____. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva, 2011.

DUARTE, André de Macedo. **Hannah Arendt e o pensamento político sob o signo do Amor Mundi**. Rio de Janeiro: Mulheres de Palavra, 2003. Disponível em http://works.bepress.com/andre_duarte/25/. Acesso em 27 de março de 2019.

SCHIO, Sônia Maria. **A ética da responsabilidade em Arendt e em Jonas**. *Dissertatio*, Pelotas, v. 32, p. 157 – 174, 2010. Disponível em <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/dissertatio/article/view/8747/5783>. Acesso em 28 de março de 2019.

SILVA, Ricardo George de Araújo. **Ação, pluralidade e política em Hannah Arendt**. *Argumentos*, ano 10, n. 19 - Fortaleza, jan./jun. 2018. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/argumentos/article/view/32019/72330>. Acesso em: 01 de abril de 2019.



“SOLTEIRAS CASADAS EXISTEM”: UMA CRÍTICA À DICOTOMIA ANALÍTICO-SINTÉTICA DE KANT”

GORINI, Marcello A. V.
Universidade Católica de Petrópolis

Palavras-chave: Juízos sintéticos a priori. Definição. teoria dos conceitos. problema dos universais. Kant.

Um único homem marca ao mesmo tempo o ápice e o fim da Filosofia Moderna: Immanuel Kant. A partir dele o conhecimento não é mais a mente se acomodando à realidade, mas a realidade se acomodando à mente. O caminho está aberto para o idealismo alemão do século XIX e para o culto à subjetividade do século XX e XXI. Se existem as “coisas-em-si” elas estão no númeno, e sobre este nada se pode pensar. Cada indivíduo deve se contentar com a “sua” realidade — não que muitos reclamem disso. Mas apesar dessa enorme influência, inúmeros filósofos colocam em xeque a própria coerência de suas premissas (BROAD, et al., 1936; WHITE, 1950; QUINE, 1951; PEIKOFF, 1967). Seu gigantesco sistema filosófico é indubitavelmente uma obra de um gênio, mas se seus alicerces forem frágeis — quiçá ilusórios — talvez não passe de uma “incomparável e incomparavelmente admirada invenção”, como disse Kierkegaard a respeito do sistema de Hegel. Kant escreveu toda a sua “Crítica da Razão Pura” para responder à pergunta “Como os juízos sintéticos a priori são possíveis?”. Ele começa estabelecendo que existe conhecimento a priori, ou seja, conhecimento “independente de toda experiência”, em contraposição a conhecimento a posteriori ou empírico. Ele concorda com David Hume que o conhecimento empírico nunca é necessário ou universal, mas contingente. a posteriori = empírico = contingente a priori = independente da experiência = necessário. No entanto, agora discordando de Hume, ele não considera verdades como causa e efeito como mera “associação frequente do que acontece com aquilo que precede, e o hábito originário de conectar representações”. Em vez disso, essas verdades são “a base da possibilidade da própria experiência” e, portanto, tidas como certas. Ele então distingue entre juízos analíticos e sintéticos: “Ou o predicado B pertence ao sujeito A, como algo que está contido (embora secretamente) na concepção A; ou o predicado B está completamente fora da concepção A, embora esteja em conexão com ele. Em primeiro lugar, denomino o julgamento analítico, no segundo, sintético”. Em outras palavras, se você diz algo sobre um ente que já está contido em sua definição, isso é uma declaração analítica; se não está, é sintética. Mas ele também diz que “os



juulgamentos baseados na experiência, como tais, são sempre sintéticos”. Assim, combinando o acima mencionado, tem-se: a posteriori = empírico = contingente = sintético a priori = independente da experiência = necessário = analítico Segundo Kant, afirmações como “Toda coisa que acontece tem uma causa” são sintéticas; o predicado “tem uma causa” aumenta o sujeito indicando “algo totalmente diferente de ‘aquilo que acontece’ e, conseqüentemente, não está contido nessa concepção”. Porém, ele diz que essas afirmações também são universais e necessárias, de modo que elas não podem ser adquiridas pela experiência, de onde somente obtemos contingência. Ora, se ele afirma que nós percebemos a causalidade como necessária, mas que tal juízo é sintético, e que apenas juízos a priori possuem necessidade, então, conclui-se que juízos sintéticos a priori têm que existir. A ênfase de Kant desde o início de sua “Crítica” é na conjunção do a priori com o sintético, de tal forma que já nas primeiras páginas o leitor fica tão intrigado que esquece de se perguntar: “Em primeiro lugar, será que existem mesmo juízos sintéticos?” Não há dúvidas que a resposta negativa a essa pergunta torna inválida a expressão “juízos sintéticos a priori” e, portanto, todo o edifício kantiano. Mas a pergunta que é feita aqui é ainda anterior: “Faz sentido essa dicotomia entre juízos analíticos e sintéticos?” Considere o exemplo dado por Kant: “Todos os corpos são estendidos”. De acordo com ele, essa é uma proposição analítica, pois ele não precisa “ir além da concepção de ‘corpo’ para descobrir que a extensão está conectada a este”. Em contraste, como exemplo de uma proposição sintética, Kant fornece “Todos os corpos são pesados”. Segundo ele, essa é uma proposição sintética, pois “o predicado é algo diferente do que eu [Kant] penso na mera concepção de um corpo em geral.” Mas baseado em quê Kant decide o que está ou não contido no conceito de “corpo”? Por que é o conceito de extensão o que se pensa quando se pensa em um corpo, e não o fato de ele ter um peso? Qual corpo possui peso matematicamente igual a zero? Um dos mais famosos exemplos de proposições analíticas é “Todo homem solteiro é um homem não casado”. Permitindo-se uma simples alteração, tem-se “Toda mulher solteira é uma mulher não casada”. No entanto, colocada dessa forma, a proposição deixa de ser verdadeira; é uma tradição milenar dentro da Igreja Católica a consagração das virgens, mulheres que passam a ser consideradas “esposas de Jesus Cristo”. As virgens consagradas são mulheres solteiras sob a lei dos 1 homens, porém casadas sob a Lei de Deus. Não há nada inerentemente ilógico nessa definição, mas ela invalida a definição simplista de Kant quanto à analiticidade das proposições. Quine, em “Two Dogmas of Empiricism”, se referindo à proposição original sobre homens solteiros, faz perguntas muito similares às aqui



apresentadas: “... ‘Solteiro’, por exemplo, é definido como ‘homem não casado’. Mas como descobrimos que ‘solteiro’ é definido como ‘homem não casado’? Quem definiu assim, e quando? Devemos recorrer ao dicionário mais próximo e aceitar a formulação do lexicógrafo como lei?” Segundo Leonard Peikoff em seu artigo “The Analytic-Synthetic Dichotomy”, “Uma proposição analítica é definida como uma que pode ser validada meramente por uma análise do significado de seus conceitos constituintes. A questão crítica é: O que está incluído no ‘significado do conceito’?” A resposta a essa pergunta, de acordo com o mesmo autor, demanda uma teoria dos conceitos apropriada. No entanto, ele traça a origem histórica do erro implícito em Kant na teoria das Formas ou Ideias de Platão. Os conceitos designariam essências não-materiais (universais) existindo em outra dimensão, as quais incluiriam apenas as características essenciais do ente; suas “Um motivo de alegria e esperança é ver que hoje volta a florescer a antiga Ordem das virgens, cuja presença nas comunidades cristãs é testemunhada desde os tempos apostólicos (13). Consagradas pelo Bispo diocesano, elas contraem um vínculo particular com a Igreja, a cujo serviço se dedicam, mesmo permanecendo no mundo. Sozinhas ou associadas, constituem uma imagem escatológica especial da Esposa celeste e da vida futura, quando, finalmente, a Igreja viverá em plenitude o seu amor por Cristo Esposo.” (VITA CONSECRATA, Exortação Apostólica do Papa João Paulo II, 25 de Março de 1996). características acidentais subsistiriam apenas no mundo das aparências — o mundo sensível. Na Idade Média e, principalmente, na Idade Moderna, a teoria platônica ganha concorrentes nominalistas, os quais declaram que a fonte dos conceitos são as decisões subjetivas do homem. Mas a dicotomia entre características essenciais e acidentais persiste, com as essenciais fazendo parte da definição do conceito. O problema, segundo Peikoff, é que a versão secularizada do nominalismo passa a usar o conceito e sua definição de maneira intercambiável. Um conceito passa a significar “apenas a sua definição”, fazendo com que proposições que tratem de características definicionais tornem-se analíticas; as que tratam somente de características não definicionais, sintéticas — tem-se a dicotomia kantiana. Qual a solução para o problema? Como supra-indicado, tal solução deve demandar uma teoria dos conceitos adequada. No entanto, buscar a “melhor” teoria dos conceitos é se perguntar qual a relação entre o pensamento humano e a realidade, e se perguntar isso é adentrar uma controvérsia que dura mais de 2,400 anos, a qual teve seu ápice no “Problema Medieval dos Universais”. Embora fascinante, tal controvérsia ultrapassa o escopo do presente trabalho.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BROAD, C. D., PORTEOUS, A. J. D., JACKSON, Reginald. What can Philosophy Determine? *In: SYMPOSIUM: ARE THERE SYNTHETIC A PRIORI TRUTHS?*, 1936, **Proceedings of the Aristotelian Society**, Supplementary Volumes, Vol. 15, Oxford University Press, 1936, pp. 102-153.

KANT, I. (1990). **The Critique of Pure Reason**. In M. J. Adler & P. W. Goetz (Eds.), J. M. D. Meiklejohn (Trans.), *The Critique of Pure Reason; The Critique of Practical Reason and Other Ethical Treatises; The Critique of Judgement* (Second Edition, Vol. 39, p. 17). Chicago; Auckland; Geneva; London; Madrid; Manila; Paris; Rome; Seoul; Sydney; Tokyo; Toronto: Encyclopædia Britannica, Inc.; Robert P. Gwinn.

PEIKOFF, Leonard. **The Analytic-Synthetic Dichotomy**, em “Introduction to Objectivist Epistemology”, por Ayn Rand, Segunda Edição Expandida, Editada por Harry Binswanger e Leonard Peikoff, New York, 1967, pp. 130-175.

QUINE, Willard Van Orman. **Two Dogmas of Empiricism**, *Sententiae* 33 (2), 1951, pp. 9-26;

WHITE, Morton G. **The Analytic and the Synthetic: An Untenable Dualism**, em John Dewey: *Philosopher of Science and Freedom*, New York, 1950, pp. 316-330;

VITA CONSECRATA, *Exortação Apostólica Pós-Sinoidal do Santo Padre João Paulo II ao Episcopado e ao Clero, às Ordens e Congregações Religiosas, às Sociedades de Vida Apostólica, aos Institutos Seculares e a todos os fiéis sobre a vida consagrada e a sua missão na Igreja e no Mundo*. Roma, 25 de março de 1996. Disponível em: http://w2.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/apost_exhortations/documents/hf_jp-ii_exh_25031996_vita-consecrata.html. Acesso em: 12 de abril de 2019.



O CONCEITO DE EMPATIA COMO FUNDAMENTO DE INTERSUBJETIVIDADE EM SCHELER

BORSATO, Leticia
Universidade Federal de Juiz de Fora

Palavras-chave: Ética. Fenomenologia. Max Scheler. Intersubjetividade. Empatia.

A filosofia confronta-se, cada vez mais, com as exigências éticas colocadas pela necessidade de reconhecimento da alteridade como elemento constitutivo das subjetividades singulares. Não são poucas as teorias, que têm voltado sua atenção à importância do reconhecimento da empatia, valorizando em seus estudos a pesquisa sobre a intersubjetividade. A filosofia fenomenológica caracterizou-se pela investigação da vivência, da essência e da estrutura da intersubjetividade, especialmente no que se refere a uma concepção de ser humano que integre em sua constituição a experiência da alteridade. A empatia tem sido o foco de discussão e interesse em círculos antipositivistas da academia alemã do começo do século passado, especialmente dentro do movimento fenomenológico. Para Scheler a empatia é um ato de consciência, se passa na dimensão transcendental dada a presença do outro. A empatia é o ato através do qual se dá o reconhecimento do outro neste primeiro momento de vivência, uma forma do surgimento do outro para mim. A partir de sua explicação fenomenológica, emergem reflexões que propõem novas visadas para essa vivência e convivência, assim como o impacto que esta compreensão tem para a constituição do eu, do mundo e dos outros. O ato de consciência da empatia se encontra fundamentado no realismo ontológico, é dizer, na existência do mundo e do outro independente da minha subjetividade e na possibilidade de vivenciar o outro como fenômeno. Para Scheler "a primeira coisa que deve possuir (...) a título de carácter fundamental uma filosofia fundada sobre a fenomenologia é a relação mais viva, intensa e imediata com o mundo." (SCHELER 1955, p.108). O reconhecimento do outro deve ser imediato, isto quer dizer que as manifestações sentimentais, através de manifestações corpóreas e da linguagem, devem ser reconhecíveis direta e imediatamente, por analogia, pelo indivíduo. No entanto, Scheler afirma que haverá aspectos do outro que permanecerão escondidos, a menos que o outro decida revelar e comunicar livremente, e mesmo assim, permanecerá algo inefável no outro. Pois existe uma esfera íntima absoluta que mesmo o ato de livre intenção comunicativa não pode revelar. O reconhecimento do outro revela-nos, em última instância, seu universo de valores. Os valores são estruturas axiológicas essenciais, reconhecíveis a partir de uma



gramática universal. Nesse sentido, essa apreensão é anterior a qualquer ato de conhecimento, imaginação e observação de fatos empíricos. O que Scheler refuta é uma relação eu-outro do tipo causal em que uma descrição empírica determinaria a essência de outro indivíduo. Pelo contrário, o caráter a priori do reconhecimento de valor permite um acesso privilegiado à essência da coisa. Este a priori é material, no sentido de um universo de valores fundamentalmente objetivo e a priori, independente e organizado de acordo com suas próprias leis e hierarquia. De acordo com Scheler, como exposto no "formalismo da ética e a ética material dos valores", mas também na "natureza e forma de simpatia", se um "Robinson", isto é, um homem que nunca encontrou um ser semelhante para ele" (SCHELER, 2004, p.318) se colocasse a questão da existência do outro, certamente, por uma espécie de "agitação no vazio", poderia formar a ideia de um "tu" e uma "comunidade em geral". Ou seja, a certeza de Robinson é devido a uma "certa base intuitiva" e à sua consciência de vazio em relação à existência de outro ser, núcleo de atos emocionais. Isso não significa que Robinson tenha uma ideia do outro independentemente da experiência. Pelo contrário, ele só tem essa ideia de alteridade a partir de experiências internas e manifestação sentimental de seu vazio interior. Scheler nega a teoria que concebe o outro a partir de julgamentos analógicos, e, a que se baseia na crença a um eu estrangeiro ou sobre a fusão afetiva entre os eus (no sentido de uma fusão reduzido ao corporal e não no sentido de uma fusão afetiva genuína, isto é original e indispensável). A primeira teoria afirma, de acordo com Scheler, que: Seria a percepção, fora de nós, de movimentos análogos a aqueles através dos quais expressa a atividade do nosso próprio eu individual que autorizaria a admitir a favor de um, "julgamento por analogia", a existência de atividades semelhantes entre o ego e o outro. (SCHELER, 2004, p.323) A segunda teoria, atribuída a Th. Lipps, afirma que "'seria uma crença' na existência de outro eu psíquico, essa crença resultante de um tipo de "fusão emocional" de nosso próprio eu com as manifestações corporais dos outros" (SCHELER, 2004, p.323). Essas duas teorias não podem basear-se na existência real do outro porque representam apenas o nosso eu, a partir da projeção da corporeidade estrangeira. Ou seja, estes são conceitos que permanecem em uma relação de semelhança entre o meu próprio corpo e o dos outros. Se a apreensão do outro não pode basear-se na relação exclusiva com seu corpo, a solução scheleriana é baseada na representação do outro com esse indivíduo. Isso significa que o acesso ao outro eu, além de uma relação corporal é também a de uma relação espiritual com base em sinais externos emitidos pela atividade interior de um indivíduo, normalmente através da linguagem falada ou escrita. Desta forma, um



eu nunca projeta os seus conteúdos psíquicos e corpóreos sobre o outro, mas a partir de seus próprios conteúdos psíquicos e sua própria corporalidade é capaz de, por analogia, vivenciar o outro como unidade individual do eu estrangeiro, que compreende, em um mesmo ato perceptivo, seu conteúdo psíquico e sua expressividade corporal. O outro nos é dado em toda a sua unidade. Uma representação do meu próprio eu como estrutura fundamental, ou a priori, é, portanto, totalmente desnecessária para a vivência e compreensão do outro. Esta individualização do eu não é uma simples síntese dos seus conteúdos psíquicos. Ou seja, a unidade individual de uma pessoa não é o encontro psíquico de sua vontade, seu raciocínio, seu sentimento, etc. Pelo contrário, esse conteúdo psíquico não pode se tornar um fato concreto como ele é apreendido no mesmo ato de apreensão do eu individual, na sua unidade irreduzível, nomeadamente a dos conteúdos psíquicos e sua corporeidade expressiva. A pessoa concreta é indivisível: seu corpo e seus conteúdos psíquicos pertencem a um só e mesmo eu perceptivo. "É graças este sentimento que eu tenho que o eu e o corpo são a mesma pessoa indivisível, que ambos recebem o selo de uma individualidade irreduzível" (SCHELER, 2004, p.330). Desta forma, um eu, nunca projeta os conteúdos psíquicos e o corpo do outro a partir de seus próprios conteúdos psíquicos e sua própria corporalidade, mas pela unidade individual do eu estrangeiro, que compreende, em um mesmo ato perceptivo, seu conteúdo psíquico e sua expressividade corporal. O outro nos é dado em toda a sua unidade. Uma representação do meu próprio eu como estrutura fundamental na concepção do outro é, portanto, totalmente desnecessária. A fenomenologia de Scheler insiste no compartilhamento entre duas individualidades. No caso da empatia, ela é uma espécie de fundamento primitivo de "dado" do outro, que constitui um campo de abertura ao mundo em que, de certa forma, os pensamentos e os sentimentos de um eu e um tu, são co-intencionados. O acontecimento fundamental na relação de um eu a outro é um fluxo em que estão intimamente co-relacionadas as experiências que são minhas e essas que são do outro. A indiferença psíquica entre um eu e o outro garante, inicialmente, um compartilhamento original entre os conteúdos interiores e a expressividade exterior de dois indivíduos. Em um segundo momento, esse compartilhamento abre o caminho para a simpatia, uma experiência efetiva do outro, no sentido da apreensão totalizadora de sua pessoa individual. Este campo de compartilhamento fenomenológica, mantendo a distinção entre indivíduos, mergulha estes em uma experiência comum.co-intencionada. Pretende-se concluir, pelo exposto, que a teoria de Scheler seria fundamento filosófico para a intersubjetividade.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- COSTA, José Silveira. **Max Scheler: personalismo ético**. São Paulo: Moderna, 1996.
- DUPUY, Maurice. **La philosophie de Max Scheler: Son unité**. Paris: PUF, 1966, tome deuxième.
- _____. **La philosophie allemande**. Vendôme: Universitaires de France, 1972.
- FATIC, A. Sympaty and intentionality in practical philosophy: Scheler and Searle. *Denkformen: University of Montenegro*. Niksic, pp126-143.
- HUSSERL, Edmund. **Investigações lógicas: fenomenologia e teoria do conhecimento**. São Paulo: GEN, Forense Universitária, 2012.
- LA CADENA, Nathalie Barbosa. Scheler, Valores, o sentimento e a simpatia, **Revista Ética e Filosofia Política** - N° 16 Volume 2 dezembro de 2013.
- LAMBIAS DE AZEVEDO, Juan. **Max Scheler: expocisión sistemática y evolutiva de su filosofía**. Buenos Aires: editorial Nova, 1966.
- MELO, Michell Alves Ferreira. **O fenômeno da simpatia segunda Max Scheler: uma pergunta sobre o fundamento filosófico desse fenômeno**; 2007 105f. Dissertação de Mestrado - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2007.
- MERLEAU PONTY, Maurice. **O visível e o invisível**. São Paulo: Editora Perspectiva, Coleção Debates, 2014.
- PÉREZ, Enrique. El concepto de empatia en Max Scheler y Edith Stein. Sus alcances religiosos e políticos. 2018, **Veritas**, N° 38 pp77-95.
- STEIN, Edith. **Sobre el problema de la empatía**. 2004, Madri: Editorial Trotta.
- SCHELER, Max. **Esencia y formas de la simpatia**, Buenos Aires: Editorial Losado S. A. 2004.
- _____. **Le formalisme em éthique et l'ethique materiale des valeurs**. Trad. de Gandilac. Paris: Gallimard, 1955.
- _____. **El puesto del hombre en el cosmos**. 1938, Buenos Aires: Editorial Lossada.
- _____. **Ordo amoris**. 1996, Madri: Editorial Carropos



O KAIRÓS E O PÁTHOS DA EXPERIÊNCIA ESTÉTICA DO SUBLIME NO PENSAMENTO DE LONGINO

LIMA JUNIOR, Irlim Corrêa
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Palavras-chave: Longino. Sublime. Retórica. *Kairós*. *Páthos*.

É no período de desenvolvimento de regimes de tiranias, de forte apoio popular, e democracia em cidades gregas que a retórica passará a ser gradativamente assumida como uma disciplina, recebendo sucessivas sistematizações. Nascida na Sicília no século V a.C. com Córax e Tísias, que compuseram um tratado sobre retórica organizando seus elementos sintagmáticos de acordo com o que a tradição posteriormente designou como *dispositio*, é apenas com Górgias que ela penetrará em solo ático, sob nova abordagem, em que o estilo e a composição da elocução assumem o primeiro plano. Contrariando Platão, crítico deveras severo da retórica enquanto disciplina autônoma, Aristóteles é quem consagrará à retórica um tratado clássico, no qual defende a necessidade e a proficiência na disciplina a fim de que a verdade não seja sobrepujada pela falsidade e pelo engano, cabendo ao hábil orador ser capaz de descobrir os meios de persuasão relativos a cada tema. As gerações seguintes retiraram o foco aristotélico sobre os elementos lógicos da argumentação, ressaltando ora os recursos estéticos e estilísticos da oratória, aproximando-a da produção literária, ora a exemplaridade do caráter do orador, cuja eloquência é sinal de sua virtude, além, claro, de seu talento e perícia na habilidade de manusear o aparato técnico do discurso, adaptando-o às circunstâncias de cada *inventio*. Se num sentido mais amplo a retórica mostra-se uma arte que versa sobre os princípios gerais e técnicas de comunicação, seu estudo, porém, sempre foi tomado por toda tradição como a produção e a elaboração de discursos com fins persuasivos.

No tratado *Do sublime*, pseudo-Longino – nome que evoca um universo de discussões a respeito da autoria da obra – subverte a lógica e a meta do discurso retórico ao subordinar a persuasão, com seu inventário argumentativo e seu instrumental, ao poder das palavras de provocar visões ou aparições arrebatadoras nos espectadores/ouvintes, conduzindo-os ao clímax das paixões e das sensações estéticas, capaz de mover os ânimos pela força de uma exaltação sobre-humana e irresistível, atingindo a todos, sem excluir ninguém, convergindo para em torno do sublime quaisquer divergências, sob o efeito do seu magnetismo. A fim de se traduzir a carga emocional e o enlevo das visões, Longino recorre a uma gama de imagens relativas à possessão divina, que causa uma exaltação



sobrenatural nas sensações. O tecido do sublime é concomitantemente patético e imagético: erige-se por um transtorno avassalador do *páthos*, a afecção ou paixão, e da *phantasia*, a aparição. Ambos como elementos cruciais da experiência do sublime são arrebatados ao extremo por uma violência divina que rompe com os suportes materiais que fornecem os dados da percepção. Com isso, a experiência do sublime revela um parentesco com a loucura, o que poderia nos fazer aventar que o sublime, de algum modo, consiste na mimetização da loucura, um duplo da loucura. Mas essa duplicação mostra-se, na verdade, uma contundente reversão de sua lógica: pois a loucura estética não é o que deve ser remediado, mas antes ela é, nas palavras do autor, o *alexiphármakon*¹, o antídoto que é introjetado na obra, a droga mágica e terrível, de origem divina, que vem remediar a indigência do tempo presente. A *manía*, loucura sagrada, que instaura o sublime, é da ordem de um entusiasmo cujos efeitos são a virulência das paixões e a alucinação estética com visões.

Não haveria, pois, separação entre poesia e retórica, porquanto ambas sofregamente anelem pelo mesmo, aquilo que é “o ponto mais elevado e a eminência (*akrotès kai exokhê*)”², o que vem seguido da sensação de um choque ou estupor (*ékplêsis*) do maravilhoso, assombroso ou espantoso (*to thaumásion*), exercendo um domínio e uma força irresistíveis (*dynasteían kai bían ámakhon*)³. O êxtase provocado pelo sublime é um deslocamento visceral e existencial que, dilacerando o campo de visualização, rasga a fronteira entre a realidade e a ficção. Trafegando pelo enlevo dessas paixões em estado de efusão, o poeta transfigura-se – e com ele todos os espectadores que contamina com sua obra – em um visionário, sob os efeitos entorpecentes de um delírio que, substancialmente, em nada diferiria dos entusiasmos apolíneos, que confere o dom pitônico da profecia, nem sequer do transe dionisíaco, que convulsiona em frenesi as bacantes.

Haurindo do trágico sua força, a retórica, para Longino, consiste numa arte poética de performance discursiva que visa a elevação estética da alma através da transfiguração da realidade em visão fantástica, pela qual se efetua a contemplação do belo e o extravasamento das emoções. Conduzindo os espectadores ao clímax das paixões e das sensações estéticas, capaz de mover os ânimos pela força de uma exaltação sobre-humana e irresistível, o sublime é a expressão máxima da arte, sua própria epifania: experiência

¹ LONGINO, *Do sublime*, XVI 2, p. 72.

² LONGINO, *Do sublime*, I-3, p. 44.

³ LONGINO, *Do sublime*, I-4, p. 44.



de fulminação divina e monstruosa, de uma precipitação acachapante e esmagadora do incomensurável. Revelação da *hýbris* trágica – o excesso e a desmedida – como natureza imanente e fértil que gera arte e vida.

Experiência similar ao do delírio apolíneo dos oráculos e do frenesi dionisíaco das bacantes, essa loucura divina, na qual o orador de natureza elevada encontra-se mergulhado e da qual ele faz seu público participar, é a pura expressão do sublime, da experiência extasiante de elevação, que faz com que a verdadeira natureza da retórica se revele, para além do seu aparato técnico, como uma arte poética de performance discursiva que visa a elevação estética da alma através da transfiguração da realidade em visão fantástica, pela qual se efetua a contemplação do belo e o extravasamento das emoções. Irredutível ao virtuosismo na técnica retórica, mas jamais resultando do capricho do acaso, o grande estilo, segundo Longino, é a mistura de uma potência extraordinária imanente à alma singular e genial do orador e de habilidades técnicas que cultivam, refinam e potencializam seu dom natural. Buscando compreender como se realizam pelo grande estilo o arrebatamento visionário e o êxtase das paixões, focaremos nossa pesquisa em um ingrediente fundamental que se adiciona a essa equação, a saber, o *kairós* (momento oportuno, ocasião), elemento imprescindível na gênese do sublime, pois é nele que o sublime mesmo se imprime e acontece.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ARISTÓTELES. **Retórica**. Prefácio e introdução de Manuel Alexandre Júnior. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2005.

HOMER. **Iliad**. In: _____. *Homeri Opera in five volumes*. Oxford: Oxford University Press. 1920. Disponível em: <http://www.perseus.tufts.edu/hopper/text?doc=Perseus:text:1999.01.0133> Acessado em: 20 de novembro de 2017.

LONGINO. **Do sublime**. Trad. Filomena Hirata. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

LONGINUS. **On the sublime**. Trad. In: GOOLD, G. P (edi.). *Loeb Classic Library 199: Aristotle: Poetics; Longinus: On the sublime; Demetrius: On style*. Massachusetts: Harvard University Press, 1995.



QUEM ESTÁ NA MIRA DA POLÍCIA? UMA REFLEXÃO SOBRE O MAL E VIOLÊNCIA POLICIAL

GOUDAR, Jéssica da Silva
Universidade Católica de Petrópolis

Palavras-chave: Criminalidade. Masculinidade. Negritude. violência policial. Racismo institucional.

O trabalho busca fazer uma reflexão filosófica acerca dos casos de abuso de poder por parte da polícia, para isso, julgo ser necessário investigar não só o fenômeno em si como também os agentes. Nesse primeiro momento faço uma reflexão sobre aqueles que sofrem a ação policial, os ditos infratores, para isso apresentarei a tese de Frantz Fanon e acontecimentos históricos relatados no livro Raízes do Conservadorismo brasileiro, de Juremir Machado da Silva. Não faz parte da proposta defender aqueles que cometem crimes ou argumentar que esses não devem ser punidos, busco, entretanto, pensar em como a abordagem policial ainda pode carregar crenças retrógradas e no quanto isso contribuiu para o racismo institucional e o genocídio do jovem negro.

A criminalidade no Brasil pode ser investigada por uma espécie de tripé sustentado por questões econômicas, pela construção histórica de raça e gênero e pela epigenética, esta última, por não ter ainda trabalhos muito conclusivos não será diretamente explorada.

O período escravocrata deixou marcas muito mais profundas que se pode perceber a olho nu, a principal delas é a questão econômica: no período pós abolição, enquanto os senhores puderam continuar desfrutando dos frutos do trabalho negro, a população até então escravizada foi abandonada a sua própria sorte o que gerou um quadro de extrema desigualdade que segue encarcerando a população negra em favelas e periferias. Além da falta de políticas públicas, a mentalidade do brasileiro não favorecia a real emancipação, por isso, muitos homens e mulheres permaneceram nas casas de seus senhores por questão uma de sobrevivência. Prova disso é o anúncio colocado no jornal Diário do Maranhão, no dia 14 de maio de 1888, em que uma “mulatinha de 14 anos, própria para todo serviço doméstico” estaria disponível para aluguel.

O mesmo jornal, nesse mesmo dia foi responsável por exemplificar o segundo ponto de minha argumentação. Um dia depois da abolição, enquanto os negros estavam na rua comemorando sua vitória, o jornal exigia do governo a criação de leis contra a vagabundagem e a ociosidade. Esses indivíduos, agora sem ofício e com suposto horror



ao trabalho, nas palavras do editor, deveriam ser vigiados de perto e recolhidos às escolas construídas especialmente para o ensino qualquer ofício ou agronomia de forma que pudessem ser utilizados mais tarde. A proposta não passava de uma cópia do modelo usado pelos EUA com a emancipação, em que toda mão de obra é livre, com exceção da presidiária.

A filósofa, teórica política e ativista bell hooks descreve como o corpo negro, graças as crenças ligadas ao eurocentrismo responsável por legitimar a escravidão foi marcado como animalizado e lascivo e por isso deveria ser dominado, a construção dessa imagem da negritude gera expectativas e comportamentos a serem performados similares para homens e mulheres de cor, entretanto, o gênero pode acentuar ou atenuar esses aspectos.

A masculinidade traz em si uma série de comportamentos que devem ser performados como racionalidade, força, virilidade, um certo nível de agressividade e territorialidade, quando se trata de homens negros, todos os aspectos marcados como positivos são negados e aqueles negativos tomam ainda mais força. “De um homem exige-se uma conduta de homem; de mim, uma conduta de homem negro – ou pelo menos uma conduta de preto” dizia Fanon em seu livro.

Fanon pergunta no começo do seu livro o que quer o homem negro e a resposta é ser reconhecido apenas como homem. O reconhecimento passa pelo processo de perceber as determinações que lhe são atribuídas e a partir disso aceita-las ou nega-las. Ora, se devido o processo de escravização foi construído uma imagem negativa do negro no imaginário social cabe ao negro, que busca reconhecimento, abraça-lo ou não. Seria possível, mesmo com as condições econômicas e com os marcadores de raça e gênero, o indivíduo negro não recorrer a criminalidade? Sim, seria. E muitos o fazem, entretanto não é possível ignorar que além de todos esses fatores existe falta de oportunidade concreta, a constante exposição à violência nas favelas, o sofrimento psíquico causado pelo racismo e etc.

Se o próprio negro, que é diretamente prejudicado por todas essas crenças, por vezes não consegue se desvencilhar, quem dirá aqueles que não são afetados diretamente. Ao somar todas essas crenças à crescente banalização do mal, que pretendo investigar mais detalhadamente, seria impossível que ataques físicos não se tornassem tão comuns, em ambos os lados, mas seria imprudente não considerar a raça como fator determinante para a violência que sofrem os negros e aqui me refiro aos negros em geral tendo em vista os recentes casos noticiados de civis assassinados por policiais ao serem confundidos com



assaltantes apenas por estarem carregando uma furadeira, um guarda-chuva ou dirigindo seu carro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

FANON, F. **Pele negra, mascaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

HOOKS, B. **Intelectuais negras**. Florianópolis: Revista Estudos Feministas.

MACHADO, J. **Raízes do conservadorismo brasileiro**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2017.



GUIA DE LEITURA DO “TRATADO DE ARGUMENTAÇÃO: A NOVA RETÓRICA”

SILVA, Luiz Arthur Giordano
Universidade Católica de Petrópolis

Palavras-chave: Retórica. Direitos Humanos. Hermenêutica. Perelman. Filosofia do direito.

Perelman e Tyteca começam seu tratado por uma contraposição entre a argumentação e a concepção clássica de demonstração, notadamente a partir da lógica formal. É suscitado na obra que o lógico moderno é considerado o mais livre, pois os sistemas formais axiomáticos por ele desenvolvidos já não mais correspondem a quaisquer evidências racionais. A única regra imposta ao construtor de sistemas axiomáticos formalizados, seria a de ater-se para que os signos empregados não gerem ambiguidades.

Qualquer consideração suscitada acerca da origem dos axiomas ou das regras de dedução empregados era considerada alheia à lógica concebida, o que denotava uma dissociação desta com o formalismo em questão. Esta busca por univocidade acabou por levar os lógicos formalistas a construir sistemas nos quais não há preocupação com o sentido das expressões, ao contrário, a única preocupação destes passou a ser o cumprimento da regra de construção dos sistemas axiomáticos, satisfazendo-se assim com o simples fato de seus signos e regras de dedução ficarem fora de discussão.

A formação de uma comunidade intelectual, de uma congregação de mentes em uníssono, parece partir indiscutivelmente de dois fatores: uma linguagem comum e de uma técnica que possibilite a argumentação. A argumentação exige ainda um apreço pela adesão do interlocutor, pelo seu consentimento, o que também subentende certa modéstia do orador.

Para que uma argumentação se desenvolva em plenitude se faz necessário que aqueles a quem se dirige lhe prestem alguma atenção, por isto é indispensável que se prenda a atenção de um público indiferente. É melhor percebida a argumentação quando desenvolvida por um orador que verbalmente se dirige a determinado auditório do que quando contida em material impresso, o que pode se dar conforme várias circunstâncias, seja pela maneira com que se apresenta, pelo pertencimento a um grupo, pela função que exerce, etc.



Muito comum que o auditório ao qual se deva dirigir seja heterogêneo, cujos integrantes diferenciem-se entre si pelo caráter, pelas funções ou pelos vínculos, e isto exigirá que o orador se utilize de argumentos múltiplos. Não é necessário, contudo, se encontrar perante diferentes facções para pensar no auditório como heterogêneo, podendo-se considerar cada integrante como participante simultâneo de múltiplos grupos.

Destaca-se a maior importância dentro da argumentação para a opinião do auditório acerca do que é verdadeiro ou probatório, inclusive acima da opinião do orador. Isto se dá porque um orador apaixonado, embora possa exercer certa influência sobre pessoas sugestíveis, parecerá ter um discurso desarrazoado para os demais ouvintes. Aquele que discursa apaixonadamente não leva em conta adequadamente o auditório, presumindo que este será sensível aos mesmos argumentos que persuadiram a ele próprio.

A variedade de auditórios é quase infinita e uma vez querendo o orador se adaptar as particularidades de cada um enfrentará tantos problemas quantos forem os auditórios. Por este motivo suscita-se na obra que devem-se buscar acima de tudo técnicas argumentativas que se imporiam indistintamente a todos os auditórios (PERELMAN, 2014, p.29). Para quem se importa mais com o resultado, persuadir será mais do que convencer posto que a convicção se mostra como a primeira fase que leva a ação. Entretanto para aqueles que dão maior valor ao caráter racional da adesão, convencer será mais que persuadir.

No contexto da obra admite-se como persuasiva a argumentação que se pretende válida para um auditório particular e convincente aquela que suporia a adesão de todo ser racional. Na concepção dos autores o matiz entre persuadir e convencer será sempre impreciso (PERELMAN, 2014, p.33), posto que as fronteiras entre vontade e inteligência serão sempre incertas.

É deste modo a natureza do auditório que determinará a medida e o aspecto das argumentações, sendo de plano distinguidos pelos autores (PERELMAN, 2014, p.33) três espécies de auditórios considerados privilegiados tanto na prática quanto no pensamento filosófico: o primeiro seria composto pela humanidade inteira, chamado auditório universal, o segundo, formado através do diálogo, pelo interlocutor e, por fim, o terceiro seria o próprio sujeito quando delibera as razões de seus atos.

Todo argumento que se dirige apenas a um auditório específico apresenta o inconveniente de ser estranho ou mesmo o oposto do que admitem outros auditórios, o que se verifica com mais facilidade em auditórios heterogêneos. Distó advém o valor conferido às argumentações que desfrutam de aprovação unânime (PERELMAN, 2014,



p.35), o valor desta unanimidade depende do número e da qualidade dos que a manifestam, sendo atingido o limite pelo acordo do auditório universal.

O auditório universal é constituído por cada qual a partir do que sabe de seus semelhantes, de modo a transcender as poucas oposições de que tem consciência. Assim, cada cultura, cada indivíduo tem sua própria concepção do auditório universal (PERELMAN, 2014, p.37). Uma argumentação dirigida a um auditório universal deve convencer o leitor do caráter coercivo das razões fornecidas, de sua evidência, de sua validade intemporal e absoluta, independente das contingências locais ou históricas (PERELMAN, 2014, p.35). Presume-se que o juízo seja válido a todos porque o próprio orador está convencido de que ele não poderia ser posto em dúvida.

Se a argumentação dirigida ao auditório universal acaba por não convencer a todos, restará o recurso de desqualificar o recalcitrante, considerando-o estúpido ou anormal. Tal exclusão só pode obter adesão se o número e o valor intelectual não ameacem tornar o procedimento ridículo, pois se tal perigo existir dever-se-á recorrer à oposição do auditório universal a um auditório de elite, dotado de meios de conhecimento excepcionais, neste caso a elite será a vanguarda a qual todos se amoldarão.

O objetivo de toda argumentação é provocar ou aumentar a adesão às teses, e deveria segundo Platão (PERELMAN, 2014, p.50) ser pautada na verdade. Diversos ataques à teoria da persuasão racional parecem à primeira vista mais fundados uma vez que o objeto da argumentação segundo teóricos limitava-se a problemas de conjectura e de qualificação. Aqueles primeiros concernem aos fatos e os segundos perguntam se um fato pode ser qualificado de tal ou qual forma (PERELMAN, 2014, p.51). As conclusões práticas que deveriam ser tiradas do estudo dos fatos se imporiam por si só a qualquer espírito racional.

A argumentação sempre visa à modificação de um estado de coisas pré-existente e, portanto, sempre será a alternativa à violência. Deste modo, toda sociedade que preza seus valores acaba por favorecer ocasiões que permitem aos discursos epidícticos se reproduzirem em um ritmo regular (PERELMAN, 2014, p.61). Pode-se de fato tentar obter um mesmo resultado através do uso da violência, em função disto se concebe mais claramente a distinção entre liberdade espiritual e coação (PERELMAN, 2014, p.61).

Dada a impossibilidade de desvincular a argumentação de quaisquer preocupações de ordem prática, certas noções que envolvem o conhecimento devem ser revistas, tal qual os conceitos de subjetividade e objetividade. O conceito que se busca, de imparcialidade, não se confunde com objetividade. Imparcialidade subentende que se faça



parte do grupo referido mas que não se tenha tomado partido de nenhum dos lados, cada um, ainda os ditos imparciais constituem pois parcela do auditório universal e como tal suas concepções tem de ser reputadas válidas, tomando-se sempre cuidado com os detratores que quando muitas provas exigirem, classificar-se-ão como cétricos e quando crerem de forma exacerbada, mesmo que com poucas provas, classificar-se-ão como fanáticos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

PERELMAN, Chaim. **Tratado da Argumentação: A nova Retórica**. -3ª ed. – São Paulo. Editora WMF Martins Fontes, 2014.



SOBRE O “LUGAR” NA ARTE COMO PROCEDIMENTO METAFÍSICO

DEISTER, Gustavo
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Palavras-chave: Arte. Filosofia. Homem. Lugar. Metafísica.

Já é bem conhecida a crise que sofreu a metafísica filosófica na virada do séc. XIX para o XX. Diante dela, Álvaro de Campos, o engenheiro heterônimo de Fernando Pessoa, ao invés de simplesmente abandonar a construção ontológica do real, propõe que criemos metafísicas várias, ligando-as à arte. Essa potência multilateral da metafísica, isto é, a de perpassar diversas poéticas sob inúmeros modos, emerge não somente como alternativa moderna para uma nova arte, mas como possibilidade de lançarmos um novo olhar para os próprios procedimentos artísticos: e se isso que chamamos crise da metafísica não for somente um ponto localizado na história dos saberes, mas sim uma tensão permanente, um *continuum* de fraturas em qualquer sistema metafísico? Ora, quando retomamos a metafísica grega em suas primeiras formulações, podemos perceber algo de interessante: estas respondem, muitas vezes, ao mundo de domínio do *epos* e da lírica pré-filosóficos. No diálogo *Ion* de Platão, onde Sócrates discute com o rapsodo sobre a inspiração poética, a escuta das musas realizada pelos poetas se opõe ao conhecimento universal da técnica operado pelo filósofo. A perspicácia socrática derrotara a presunção do poeta assim como Ulisses, no canto XII da *Odisseia*, vencera as sereias. A força que movimenta o artista vem de fora, das musas que cantam em seus ouvidos, enquanto o domínio da técnica habita o território da consciência humana. No entanto, as duas experiências, tanto a artística quanto a filosófica, demandam uma origem metafísica: a primeira necessita de um procedimento informal e inconsciente, místico, quer dizer, abrir-se ao que será dito pelas filhas de memória, de maneira a ultrapassar a experiência cotidiana. A segunda, de outro modo, pelos caminhos da consciência e da técnica, dão forma e estrutura ao discurso que nos levará também ao ultrapassamento da cotidianidade. A metafísica filosófica responde, assim, a uma metafísica anterior, mais primitiva: a da arte. Com efeito, ao falarmos de uma metafísica na arte, não podemos esperar dela a sistematização da metafísica filosófica; temos, portanto, de compreendê-la por outra via, com uma estrutura menos sólida e menos propositiva, porque ela perde a característica de formar-se, sobretudo, a partir de uma série de enunciados, para ser construída através da enunciação (os Cantos no caso da literatura grega), da ação, do drama e da visão enquanto intuição. Quando William Blake evoca as musas no seu poema-viagem *Milton*, o historiador da



arte Herbert Read anota que aí onde o poeta inglês compreende uma “visão”, Platão enxergaria uma “loucura”. E a loucura – aprendemos com Foucault – opera nas regiões originárias do erro. O poeta é este que delira (*de-lirium*, movimento em que o arado sai para a borda do sulco). Esse movimento de “saída de si” caracterizaria, segundo o que estamos aqui elaborando, a metafísica da arte. O homem, como objeto da reflexividade metafísica, teve sua figura bem codificada e delineada através da história da filosofia, ainda que com muitas modificações. A história da arte, por outro lado, nos apresenta uma série de narrativas sobre a deformação antropomórfica. Se a metafísica filosófica cria no homem um centro, uma substancialidade, aquela da arte constitui uma série de fissuras, operando nas bordas, nos lugares de errância e deformação da figura humana. Chamaremos essa metafísica artística de metafísica da aberração, posto que aqui o homem é desfigurado e transfigurado. É um perigo, entretanto, aceitarmos tão rapidamente essa divisão entre o que tende para o interior e o que se abre a um exterior do homem. Precisamos pensar, com mais calma e paciência, o “dentro” e o “fora” para então elaborarmos de forma mais profícua o lugar onde se movimenta o imaginário poético. Esta curta comunicação tem duas pretensões: primeira, a de pensar uma espacialidade própria da arte; e a segunda, de maneira ilustrativa, quase como uma micromitologia, a de trabalhar o surgimento do homem e de sua deformação no episódio de uma pintura rupestre (dizem Georges Bataille e Jean-Luc-Nancy que estes são os “primeiros homens”) encontrada nas cavernas de Chauvet, no sul da França, considerado como o sítio primitivo de pinturas mais antigo encontrado até hoje, com aproximadamente 36 mil anos de idade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BATAILLE, Georges. **O nascimento da arte**. Trad. Aníbal Fernandes. Lisboa: Sistema Solar, 2015.

BLANCHOT, Maurice. **O livro por vir**. Trad. Leyla Perrone-Moisés. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

CAVE of Forgotten Dreams (A caverna dos sonhos esquecidos). Direção: Werner Herzog. EUA: History Films et alli, 2010, documentário.

FOUCAULT, Michel. **História da loucura**: na idade clássica. Trad. José Teixeira Coelho Neto.. São Paulo: Perspectiva, 2010.



GIL, José. **Metamorfoses do corpo**. Trad. Maria Cristina Meneses. Lisboa: Relógio D'água, 1997.

NANCY, Jean-Luc. **Les Muses**. Paris: Éditions Galilée, 2001.

PESSOA, Fernando. “O que é metafísica?”. In: _____. **Ultimatum e páginas de sociologia política** (por Álvaro de Campos). Lisboa: Ática, 1980.

PLATÃO. **Íon**. Trad. Victor Jabouille. Lisboa: Editorial Inquérito, 1988.

READ, Herbert. **As origens da forma na arte**. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.



A (RE)FUNDAMENTAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS EM LEVINÁS

LEÃO, João Antônio Johas Marques da Silveira
MARRA, Rodrigo Bandeira
Universidade Católica de Petrópolis

Palavras-chave: Direitos Humanos. Levinás. Fundamentação. Alteridade. Ser.

Se o nihilismo ganha força para propor uma afirmação da vida sem norma, Levinas propõe que antes mesmo de que possamos decidir alguma coisa, a presença do rosto do outro, de sua face, já é para o “eu” um mandamento. Em outras palavras, a aparição da face, com sua nudez e miséria, já diz “Não matarás” e obriga uma resposta ética anterior a qualquer resposta ontológica. É a partir dessa percepção que se pode pensar, com o filósofo, em uma fundamentação dos direitos humanos a partir do outro enquanto outro, antes mesmo de ser alguém definido e positivado como cidadão em qualquer estado nacional de direito.

Levinás, que estudou com Heidegger, entende que a pergunta heideggeriana sobre o ser está bem colocada, mas o filósofo judeu diz que a resposta dada por Heidegger é insuficiente porque permanece na totalidade do ser. A famosa figura da clareira que Heidegger utiliza para falar a situação do homem no mundo, da verdade como desvelamento e não como correspondência, não atingiria para Levinas nada mais que o próprio ser mesmo. Para o filósofo judeu é preciso ir além deste pensamento ontológico obcecado pelo ser para se abrir a irrupção do outro enquanto outro, por meio do rosto do outro, prévio a qualquer categorização.

Mas dizer que o Outro pode permanecer absolutamente Outro, que não entra na relação do discurso, é dizer que a própria história – identificação do Mesmo – não pode ter a pretensão de totalizar o Mesmo e o Outro. O absolutamente Outro – cuja alteridade, no plano pretensamente comum da história, a filosofia da imanência sobrepuja – conserva sua transcendência no seio da história. O Mesmo é essencialmente identificação no diverso, ou história, ou sistema. Não sou eu que me recuso ao sistema, como pensava Kierkegaard, é o outro. (LEVINAS, 1988, p. 27)

Essa tentativa de mostrar a completa irreducibilidade do outro é de central importância no pensamento levinasiano. E é sobre esse argumento que se pode pensar em



uma resposta para o problema das pessoas que se encontram sem seus direitos assegurados pelos estados nacionais.

Para isso é preciso estar aberto, ou melhor, é preciso despertar para perceber um novo modo de aparecer que “eclipsa a essência”⁴, que é como o repouso do outro no ser, sua identificação. Esse aparecer novo se dá por aquilo que Levinas chamou de face. A face pode ser entendida como o ponto de encontro no qual o outro se submete ao mesmo, ao ser, sem deixar-se apreender por ele. Sempre manifestando algo que está além do ser e que é anterior a ele. O filósofo fala nesse ponto de um passado que não foi nunca presente. Essa noção temporal pode ajudar a pensar na radicalidade do que está tentando se expressar aqui. A face é, ao mesmo tempo, presença e interrupção da presença.

Mas esse outro que se manifesta pela irrupção da face diante do eu tem voz. E aqui toca-se o ponto fundamental para se fundamentar os direitos humanos em Levinas. Não é uma palavra que está dentro do domínio ontológico. Nós é que a articulamos para que se faça entender, mas o outro, com sua presença, sua nudez e miséria, faz um mandamento ao “eu”. Esse mandamento Levinas o explicita com o “não matarás” bíblico. E aqui é preciso muita cautela para não se deixar cair rapidamente na ontologia.

A esse nível não se trata mais de descobrir uma dignidade do outro que é comum a todas as pessoas. Na realidade, não se trata de nenhum movimento intelectual que descobre alguma coisa. Não se trata tampouco de uma liberdade que responde a um apelo vindo de fora. O “não matarás” é anterior a tudo isso é obriga uma responsabilidade diante dessa face que não pode escolher não ser responsável. Pode-se negar essa responsabilidade, dizer não à nudez da face do outro, mas não se pode negar essa ligação anterior a qualquer negação. Uma relação verdadeiramente metafísica, no sentido de que transcende e é anterior a todas as outras relações. Uma metafísica que se mostra, mais precisamente, como uma ética, uma atitude a ser tomada diante do face a face. E é precisamente porque essa ética é anterior a qualquer palavra dita ontologicamente que todas as pessoas, mesmo as que não tem suas vozes escutadas, têm dignidade.

A ética da alteridade no sentido levinasiano permite uma mudança de paradigma. Permite uma alteração tão radical do ponto de inflexão da realidade que é difícil de ser compreendido. Parece abstrato demais, utópico demais, mas se trata de uma realidade bem concreta. Se trata de olhar a miséria do rosto do outro e deixar-se invadir pelo

⁴ “Escrevemos essência, com “a” (essence) como insistence para nomear o aspecto verbal da palavra ser. Esta “gesta” equivale à afirmação que, à guisa de linguagem, repercute como pro-posição e aí se confirma a ponto de aparecer e de se fazer presença numa consciência” (LEVINAS, 2002, p. 154)



mandamento de socorrê-lo, o “não matarás” anterior a qualquer fala. Pode-se entrever, portanto, que os direitos são “Anteriores a toda concessão: a toda tradição, a toda jurisprudência, a toda distribuição de privilégios, de dignidade ou de títulos, a toda consagração de uma vontade que pretenderia ser tomada por razão” (LEVINAS, 1997, p. 131-132)

Escutar essa voz proveniente da face, que fala antes mesmo de que se aprenda a falar, é o caminho proposto por Levinás para que se fundamente uma sociedade no qual o outro tenha prioridade. Uma sociedade que esteja absorvida em cuidar do necessitado, acolher o refugiado, proteger o indefeso, respeitar o estrangeiro, em suma, uma sociedade que descubra o mandamento vindo do outro de “não matarás”, de sua fragilidade, como a primeira resposta a se dar. Uma sociedade que reconheça a responsabilidade como anterior a liberdade. Uma anterioridade tão antiga que nunca foi presente, que sempre já está lá quando se resolve aceitar ou não tal responsabilidade.

Não se trata, então, de fazer justiça para com os que não tem voz. Se trata, antes de reconhecer a responsabilidade para com o outro como fundadora de qualquer possibilidade de discurso sobre a justiça. Se trata menos de fazer uma regra que sirva para todos do que o esforço para que cada um seja acolhido em sua infinita alteridade. É assim que se escuta a “voz” dos que não tem voz.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

HEIDEGGER, M. **Ser e Tempo. Parte I.** Tradução. Marcia Sá Cavalcante Schubak. Petrópolis: Vozes, 2005.

LEVINAS, E. **Totalidade e Infinito. Ensaio sobre a exterioridade.** Tradução. José Pinto Ribeiro. Lisboa: Edições 70, 1988.

LEVINAS, E. **De Deus que vem à ideia.** Tradução. Pergentino Stefano Pivato. Petrópolis: Vozes, 2002.

LEVINAS, E. **Fuera del sujeto.** Traducción a la edición española de Roberto Ranz Torrejón y Cristina Jarillot Rodal. Madrid: Caparrós, 1997.



**RESUMOS DE COMUNICAÇÕES:
HISTÓRIA E TEOLOGIA**



A PESQUISA EM HISTÓRIA SOCIAL E OS REGISTROS ECLESIÁSTICOS DE ÓBITO

SANTANA, Cláudia Henrique da Silva
CASTRO, João Vitor Ribeiro Borde de
Universidade Católica de Petrópolis

Palavras-chave: História Social. Registros eclesiásticos. Registros de Óbito. Arquivo da Cúria. Freguesia de São Pedro de Alcântara.

A partir do projeto “*Fontes Eclesiásticas e História Social: o acervo da cúria diocesana de Petrópolis e a preservação da memória regional*” pesquisamos os registros paroquiais, presentes nos livros de casamento, batismo e óbito da Igreja Católica depositados no Arquivo da Cúria de Petrópolis referentes a diversos sacramentos realizados na freguesia de São Pedro de Alcântara entre os séculos XVII e XIX. O presente trabalho se insere nas pesquisas do referido projeto e tem como finalidade a compreensão das possibilidades e potencialidades de pesquisas a partir, especificamente dos registros de óbito presentes no acervo. Paralelo ao esforço de levantamento quantitativo dos documentos presentes no referido arquivo com vistas a uma nova catalogação, buscamos operar uma análise qualitativa das informações contidas nos assentos de óbito de modo a apreender suas variáveis mais recorrentes e observar as possibilidades de futuras de pesquisas com base nas informações contidas.

Além de ajudar a desvendar a dinâmica e o estado das populações de tradição cristã, tais documentos são fundamentais para o entendimento das condições de saúde dos indivíduos, bem como das taxas de mortalidade período estudado. Esses registros são essenciais também pelo fato de que naquela época não havia o registro civil, pois o Estado ainda não tinha se desvinculado da Igreja. Dessa forma, o registro paroquial servia como base institucionalizada para operações seculares, como, por exemplo, os processos de herança. A partir desses documentos, é possível recuperar a história de uma certa população na medida em que esses livros são reconhecidos como fontes democráticas, universais. Esses registros são tratados como fontes nominativas, pois carregam o nome de pessoas, e servem para cruzar informações entre si e com outras fontes.⁵

Foi no concílio de Trento realizado entre os anos de 1560 a 1565 que se estabeleceu a prática de elaborar registros de batismo e casamento como obrigatória. A

⁵ BASSANEZI, M.S.C.B. “Os eventos vitais na reconstituição da história”. In PINSKY, C.B. e LUCA, T. R. de. O historiador e suas fontes. São Paulo: Contexto, 2009.



posteriori, a Igreja introduziu a esses dois documentos, o registro de óbito através do *Rituale Romanum* em 1614, criando a partir dessa anexação, normas mais rigorosas de assentar os sacramentos que delineavam a sequência da vida dos cristãos. Essa prática chegou a Portugal com *as constituições de Coimbra* no ano de 1591, que tornou obrigatório no país a confecção de um livro para cada registro. As ordens promulgadas atravessaram o oceano, até serem consolidadas em território nacional, no século XVI, com a difusão *das Constituições primeiras do arcebispado da Bahia* e vigoraram até o fim século XIX, quando houve a ruptura do Estado com a Igreja Católica.⁶

Essa prática auxiliou os historiadores em vários aspectos, pois, na medida em que é constituída com um caráter serial e cronológico, pode possibilitar tanto uma análise individual quanto coletiva, nos estudos de reconstituição de trajetórias e percursos de indivíduos, famílias e grupos sociais. Entretanto, o alcance da informação apresentada nesses assentamentos dependia da preocupação do vigário ao registra-los, acrescentando ou omitindo dados. Como pode ser observado, no Brasil há um maior zelo com os registros feitos de indivíduos de camadas mais elevadas da sociedade, evidenciando certa hierarquia que menosprezava as outras camadas em decorrência de sua condição social.

Observa-se nas informações coletadas de forma preliminar nos obituários depositados na cúria diocesana referentes a freguesia de São Pedro de Alcântara do século XIX a formatação típica daquela preconizada a partir do concílio de Trento no século XVI. Desse modo, está sempre presentes nos registros a data do falecimento, o nome do morto e estado civil. Sendo solteiros, o nome de seus pais era publicado. Além disso, o falecido era caracterizado como “exposto” (aquele abandonado para ser abrigado na Santa Casa de Misericórdia) ou filho natural, caso fosse fruto de uma união consensual. No caso do falecido que possuía um cônjuge, o nome do companheiro (a) também era registrado na descrição. Outra peculiaridade que podem ser mencionada, é o assinalamento da naturalidade do morto, em se tratando de um estrangeiro ou não. Havia também a a ratificação da idade, a ocupação profissional, a causa da morte do falecido e o registro se o finado havia deixado testamento. No caso dos escravos, era tomado conhecimento sobre o nome de seu proprietário, conseqüentemente. Em algumas ocasiões, as condições da realização do evento fúnebre eram mencionadas: tipo e cor de mortalha ou do caixão

⁶ SCOTT, Ana Silvia Volpi; SCOTT, Dario. “Análise quantitativa de fontes paroquiais e indicadores sociais através de dados coletados para sociedades de Antigo Regime”. Londrina, *Mediações*, v.18, n.1, p. 106-124, jan./jun. 2013.



(século XIX), local do sepultamento, algum detalhe cerimonial, como no quarto de registros de óbito transcrito: “com acompanhamento e sem cerimônia”

Tais informações permitem ao pesquisador, portanto, conhecer a fisionomia socioeconômica do falecido e de suas atribuições perante a vida com a igreja e a sociedade, na medida em que tais anotações estavam presentes sistematicamente na estrutura dos documentos. A partir desta dinâmica de análise de caráter tanto quantitativo como qualitativo, é possível uma análise não só dos aspectos religiosos em torno dos eventos de morte como para fins de estudos socioculturais e econômicos. Fica clara a dinâmica da sociedade passada brasileira e as suas condições de vida em seu cotidiano como: saúde, expectativa de vida, taxas de mortalidade e disseminação de doenças no período pesquisado. Essas fontes, podem partir de um ponto de vista demográfico, mas também de sua dinâmica sociocultural. Sendo este um material que desperta o interesse acadêmico em estudar a sociedade vigente do passado a partir de análises bem estabelecida como registrado no estudo de Cacilda Machado, *A inserção social de negros, índios e bastardos a partir de registros de óbitos (Planalto Paranaense na primeira metade do século XVIII)*.⁷

Dessa forma, os profissionais da história, a partir da exploração das fontes eclesiásticas e em especial dos registros de óbito, tem a possibilidade de apresentar fatos inexplorados da conjuntura histórica das sociedades do passado, expandindo o conhecimento dos acontecimentos históricos a partir do uso das informações contidas em tais documentos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

Arquivo da Cúria Diocesana De Petrópolis - Registros de óbito, 1842-1945.

BASSANEZI, M.S.C.B. **Os eventos vitais na reconstituição da história.** In PINSKY, C.B. e LUCA, T. R. de. *O historiador e suas fontes.* São Paulo: Contexto, 2009.

⁷ Outros exemplos de trabalhos que utilizam registros de óbitos como fontes: LONER, Beatriz Ana; GILL, Lorena Almeida; SCHEER, Micaele Irene. “Enfermidade e morte: os escravos na cidade de Pelotas, 1870-1880”. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.19, supl., dez. 2012, p.133-152; SILVA, Michele Helena Peixoto da. “Os registros de óbitos dos escravos da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação de Irajá do Rio de Janeiro no século XVIII: suas especificidades e comparações”. *XXIX Simpósio Nacional de História - contra os preconceitos: história e democracia – Brasília*, Jul. 2017.



MACHADO, Cacilda. A inserção social de negros, índios e bastardos a partir de registros de óbitos (Planalto Paranaense na primeira metade do século XVIII).

Revista de História Regional, v. 15, p. 160-183, 2010.

SCOTT, Ana Silvia Volpi; SCOTT, Dario. Análise quantitativa de fontes paroquiais e indicadores sociais através de dados coletados para sociedades de Antigo Regime.

Londrina, Mediações, v.18, n.1, p. 106-124, jan./jun. 2013.



AS FONTES ECLESIASTICAS DE CASAMENTO E SUAS POSSIBILIDADES DE EXPLORAÇÃO E PESQUISA

GUIMARÃES, João Pedro da Silveira
MELLO, Lucas
Universidade Católica de Petrópolis

Palavras-chave: História Social. Arquivo da Cúria. Registros eclesiásticos. Registros de casamento. Freguesia de São Pedro de Alcântara.

A pesquisa realizada no arquivo da Cúria Diocesana em Petrópolis, desenvolvida como parte do projeto de pesquisa *Fontes Eclesiásticas e História Social: o acervo da Cúria Diocesana de Petrópolis e a Preservação da Memória Regional* tem sua matriz assentada nos registros eclesiásticos de batismo, casamento e óbito da freguesia de São Pedro de Alcântara. O presente trabalho focar-se-á na análise dos livros de casamento compreendidos entre os séculos XIX e XX, resgatando sua historicidade, suas características e suas possibilidades de pesquisa futuras, como, por exemplo, nas áreas de História Demográfica e História Social. O objetivo desta investigação é compreender as possibilidades e as potencialidades desse tipo de documento, em especial os registros de casamento e, além disso, entender suas especificidades e a viabilidade de estudos futuros a partir deles.

A investigação do grupo de pesquisa tem como parâmetro metodológico inicial o levantamento quantitativo dos registros de casamento depositados no arquivo da Cúria de Petrópolis, com vistas a, futuramente, observar questões as escolhas matrimoniais e hierarquias sociais dos agentes sociais envolvidos. No entanto, no atual estágio da pesquisa, estamos empreendendo uma análise qualitativa acerca das principais informações contidas nesse tipo de fonte e suas potencialidades para a pesquisa em História Social.

Uma característica importante dos registros eclesiásticos em geral é o fato de eles envolverem uma ampla gama de personagens históricos de diversos estratos sociais. Neles encontramos: mulheres, homens, negros, brancos, adultos, crianças, idosos, livres, escravos. Tal característica se deve ao fato de que durante a Contra Reforma na Igreja Católica, na Europa, suscitou-se a necessidade premente de se buscar um instrumento que distinguisse e controlasse cada membro da Igreja. Foi, então, com o Concílio de Trento (1545-1563) que os registros de batismo e casamentos tornaram-se obrigatórios e padronizados. A chegada das metrópoles europeias em outras partes do mundo



possibilitou a difusão do Catolicismo e das regras e domínios dos registros eclesiásticos para outras localidades. Em Portugal, as divisões dos livros para cada sacramento e a obrigatoriedade dos registros tornaram-se oficiais com as *Constituições de Coimbra* em 1591. No Brasil, as normas para o movimento de assentar as informações da comunidade católica nestes livros chegou em 1707 com as *Constituições primeiras do arcebispado da Bahia*.⁸

As informações obrigatórias de um assento de matrimônio, conforme as determinações de Trento são a data e o local do casamento, os nomes dos noivos, bem como de seus pais, o lugar onde residem os cônjuges (paróquia referência), o nome das testemunhas e, além disso, a legitimidade dos que pediram o sacramento à Igreja, ou seja, os noivos. A condição jurídica dos nubentes também era anotada quando se tratava de indivíduos escravos ou forros. Por fim, registrava-se também as informações referentes a validação do mesmo sacramento, conforme orientava o Código de Direito Canônico, informando se os nubentes estavam inseridos nos impedimentos graves ou leves. Assim, o casamento só acontecia após a dispensa dos impedimentos promulgada pelo bispo local.

Vale ressaltar que muitas vezes o grau de completude no preenchimento de um registro era determinado pela da classe social dos noivos e, desse modo, era possível encontrar documentos mais completos referentes a famílias mais abastadas. Destarte, muitas vezes, algumas outras informações eram anotadas de modo que era possível saber, por exemplo, onde o casamento havia sido realizado, a idade dos noivos e o nome de seus avós. No caso do escravo, era assinalado o nome de seu proprietário e, para os imigrantes, a informação sobre a sua nacionalidade.⁹

A partir do recolhimento sistemático dos dados contidos de forma reintegrada nas documentações de natureza eclesiástica, podemos perceber os processos de escolhas matrimoniais dos agentes sociais dos séculos passados e ver desvelados comportamentos importantes relativos às uniões orientadas por alianças políticas e pelo cuidado com o patrimônio, ao peso da origem ética dos nubentes na escolha dos cônjuges, bem como suas múltiplas estratégias de sociabilidade e inserção social. A atenção do pesquisador ao conteúdo, às relações entre as informações e às fórmulas utilizadas pelos párocos permite

⁸ BASSANEZI, Maria Silvia. *Registros paroquiais e civis*. In: PINSKI, Carla; LUCA, Tania Regina de. Os eventos vitais na reconstituição da história. São Paulo: Contexto, 2009.

⁹ SCOTT, Ana Silvia Volpi; SCOTT, Dario. Análise quantitativa de fontes paroquiais e indicadores sociais através de dados coletados para sociedades de Antigo Regime. Londrina, Mediações, v.18, n.1, p. 106-124, jan./jun. 2013.



a observação de inúmeras pistas sobre a dinâmica da sociedade e sobre os construtos sociais daquele tempo e também sobre diversos outros aspectos ligados à instrução, às mentalidades, à moral. As fontes eclesiásticas possibilitam uma grande diversidade de pesquisa em âmbitos variados da História Social e Cultural.¹⁰ As investigações do comportamento sazonal dos casamentos, observando em quais estações do ano ocorriam com mais ou menos frequência, podem revelar costumes, tradições e mentalidades religiosas. O entendimento, por exemplo, dos casamentos legalizados de escravos, auxiliou na transformação da historiografia relacionada à escravidão no Brasil. A pesquisa de Aureliano José Ferreira Filho e Túlio Andrade dos Santos promove uma análise, utilizando documentos eclesiásticos de matrimônio de escravos no período de 1835-1875, sobre a constituição de famílias cativas no século XIX.¹¹

Conforme vimos, as possibilidades de pesquisa com fontes eclesiásticas de casamento são múltiplas. Desse modo, é possível ao pesquisador analisar elementos estritamente religiosos como as práticas sacramentais, as taxas de nupcialidade e as escolhas matrimoniais como também, no âmbito social, contribuir para estudos sobre questões de hierarquia e reconstituição de redes sociais. A preservação da memória está intimamente ligada a preservação de documentos como os registros eclesiásticos. Os assentos de matrimônio, quando devidamente explorados, proporcionam um olhar privilegiado sobre as populações do passado por meio de inúmeras possibilidades de pesquisa em História Social, Cultural e Demográfica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

Arquivo da Cúria Diocesana de Petrópolis. **Registros de Matrimônio da Freguesia de São Pedro de Alcântara**, 1847-1987.

BASSANEZI, Maria Silvia. **Registros paroquiais e civis**. In: PINSKI, Carla; LUCA, Tania Regina de. Os eventos vitais na reconstituição da história. São Paulo: Contexto, 2009.

¹⁰ Conferir o trabalho de referência da historiadora SILVA, Maria Beatriz Nizza. *Sistema de casamento no Brasil colonial*. São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 1984.

¹¹ FILHO, Aureliano José Ferreira; SANTOS, Túlio Andrade dos. *Documentação eclesiástica e perspectiva de pesquisas sobre escravidão: a constituição de famílias cativas nos assentos de batismo e matrimônio no Arraial de Campo Belo – MG (1835-1875)*. VI Simpósio Nacional de História Cultural - Escritas da História: ver – sentir – narrar. Universidade Federal do Piauí – UFPI, 2012. Disponível em: <http://gthistoriacultural.com.br/VIsimposio/anais/Aureliano%20Jose%20Ferreira%20Filho%20&%20Tulio%20Andrade%20dos%20Santos.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2019.



FILHO, Aureliano José Ferreira; SANTOS, Túlio Andrade dos. **Documentação eclesiástica e perspectiva de pesquisas sobre escravidão: a constituição de famílias cativas nos assentos de batismo e matrimônio no Arraial de Campo Belo – MG (1835-1875).** VI Simpósio Nacional de História Cultural - Escritas da História: ver – sentir – narrar. Universidade Federal do Piauí – UFPI, 2012. Disponível em: <http://gthistoriacultural.com.br/VIsimposio/anais/Aurelino%20Jose%20Ferreira%20Filho%20&%20Tulio%20Andrade%20dos%20Santos.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2019.

SCOTT, Ana Silvia Volpi; SCOTT, Dario. **Análise quantitativa de fontes paroquiais e indicadores sociais através de dados coletados para sociedades de Antigo Regime.** Londrina, Mediações, v.18, n.1, p. 106-124, jan./jun. 2013.

SILVA, Maria Beatriz Nizza. **Sistema de casamento no Brasil colonial.** São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 1984



FONTES ECLESIÁSTICAS E HISTÓRIA SOCIAL: POSSIBILIDADES DE PESQUISA OFERECIDAS PELOS REGISTROS DE BATISMO

ROSA, Alexia de Santana
PEREIRA, David Barroso de Melo
Universidade Católica de Petrópolis

Palavras-chave: História social. Fontes eclesiásticas. Registros de batismo. Arquivo. Cúria Diocesana.

O presente trabalho, desenvolvido no âmbito do projeto *Fontes Eclesiásticas e História Social: o Acervo da Cúria Diocesana de Petrópolis e a Preservação da Memória Regional*, trata das possíveis alternativas oferecidas pelos registros de batismo nas pesquisas em história social. Entendendo a importância desse tipo de fonte e a variedade de informações que podem ser retiradas delas, pretendemos, em nosso grupo de pesquisa, fazer um levantamento do acervo depositado na Cúria Diocesana de Petrópolis, onde se encontram 133 livros de registros, sendo 80 de batismo, que contemplam o período de 1844 a 1984 da Freguesia São Pedro de Alcântara. Partindo desse levantamento e dessa nova catalogação, conseguiremos ter ideia do conteúdo real contido nos livros de registros paroquiais e, partindo desse ponto, ter a possibilidade de melhor preservar os arquivos, bem como digitalizá-los e torná-los disponíveis de modo a facilitar o acesso à pesquisa ao público para diversos fins.

Como citado acima, a partir das reuniões de nosso grupo em discussões teóricas, que contam com a reflexão de textos referentes às fontes eclesiásticas, bem como do comparecimento semanal ao arquivo da Diocese petropolitana, nosso trabalho, ainda em fase inicial, compreende uma revisão do conteúdo de todos os livros de batismo, e a checagem das informações contidas nesse acervo. Dados importantes como data do sacramento (ano), condição social dos envolvidos e o código de identificação dos livros estão sendo revisados de acordo com as informações contidas nos livros de registro. A próxima etapa do trabalho será recatalogar e criar um novo instrumento de pesquisa de acordo com o real conteúdo dos referidos arquivos, buscando ser o mais fiel possível ao que as fontes informam.

O período abarcado pelos documentos, se enquadra em um espaço temporal em que não havia uma separação entre o Estado e a Igreja Católica. Ou seja, os registros tinham a dupla função de inserir os batizados na sociedade, além de ter o papel de legitimá-los dentro da religião. Essa máxima prevalecerá nos países católicos até



praticamente os dias de hoje, porém como no período citado não havia uma separação entre as duas instituições, os registros eclesiásticos acabavam cumprindo a função importante de registrar e ter uma noção de controle censitário de seus fiéis e das paróquias mais distantes. Com tal prática, acabou-se então, gerando um precioso *corpus* documental riquíssimo de informações sobre um vasto número de locais, na medida em que o número de igrejas e paróquias era grande e tinham um controle muito presente sobre as localidades e seus fiéis. Por esse motivo as fontes eclesiásticas são abundantes e tem um forte potencial informativo sobre todos os níveis sociais, desde os escravos, que também tinham seus momentos de inserção no catolicismo registrados (batismo, casamento e óbito), até a mais alta nobreza, possibilitando pesquisas que exploram diversas dinâmicas sociais e tem acesso à todos os níveis hierárquicos da sociedade dessa época, até mesmo para os não religiosos.¹²

Os documentos eclesiásticos de batismo são compostos por uma fórmula específica, determinada pelo Concílio de Trento (1560-1565), que estendia a mesma exigência aos registros realizados nos países católicos. Essas determinações estavam sujeitas à fiscalização por parte da Igreja que analisava se o responsável pela paróquia estava registrando essas dinâmicas da devida forma. Nos registros de batismo, foco de nosso presente trabalho, as seguintes informações deveriam ser anotadas: data do acontecido, nome completo do indivíduo a ser batizado, nome dos pais, caráter da filiação (legítima ou ilegítima), local onde residiam pais ou responsáveis, nome de no mínimo um padrinho e, por fim, a assinatura do sacerdote responsável. Vale lembrar que além dessas informações obrigatórias, poderiam constar também informações como condição social da criança ou dos pais.

Diante desses dados contidos nos registros de batismo, as possibilidades de pesquisa se tornam múltiplas por mais que esses documentos não tenham sido criados com essa intenção. A partir das informações sobre os indivíduos batizados e seus pais e padrinhos, podemos observar a dinâmica sociocultural à sua volta, suas trajetórias de vida e de seus familiares. Além disso, podemos também coletar e comparar as informações de um número muito maior de registros, estabelecendo uma série de padrões que podem elucidar as transformações e índices sociais de um certo recorte temporal, como por exemplo indicativos que dizem respeito à fertilidade da população, nascimento,

¹² PINSKY, Carla Bassanezi (Org.); LUCA, Tania Regina de (Org.). *O historiador e suas fontes*.

1. Ed. São Paulo: Editora Contexto, 2009.



hierarquias sociais, padrões de nomeação, práticas religiosas, índices de legitimidade e ilegitimidade, sistema de compadrio, redes sociais, entre outros. Essa possibilidade de cruzamento de informações nos permite fazer uma “fotografia” da sociedade, entendendo suas práticas sociais e seus comportamentos, a fim de trazer à tona as estruturas socioculturais em que esses indivíduos estavam inseridos.¹³

O trabalho de Cacilda Machado sobre compadrio é um exemplo de pesquisa baseada nesse tipo de documentação. Para observar a relação entre escravos e forros, a autora usa registros de batismo e casamento do período em questão, para estabelecer conexões e entender a dinâmica de compadrio dada na Freguesia de São José dos Pinhais¹⁴. A partir dessa análise, Cacilda entende que o compadrio pode estreitar laços sociais entre classes distantes (escravo e proprietário), bem como reforçar a dominação entre esses diferentes níveis sociais. Ou seja, ela entende a relação entre negros, pardos e brancos cruzando esses registros e entendendo suas consequências sociais, assim como seus motivos que a princípio são ocultos.¹⁵

Diante do exposto, podemos concluir que os registros eclesiásticos de batismo podem nos fornecer um leque muito variado de informações importantes sobre a dinâmica social e cultural brasileira, em um período em que inexistiam registros civis. Tais documentos, transformados em fonte para o historiador, fornecem, uma variedade de informações ao longo do tempo e tornam-se preciosos para o trabalho de pesquisa em História Social. A partir da exploração do acervo de livros de batismo da Freguesia de São Pedro de Alcântara, poderemos desvendar trajetórias individuais e coletivas dos fiéis batizados e seus familiares, contribuindo, assim, para a preservação da memória da cidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

Arquivo da Cúria Diocesana de Petrópolis. **Registros de batismo da Freguesia de São Pedro de Alcântara**, 1844 – 1984.

¹³ SCOTT, A.S.V.; SCOTT, Dario. Análise quantitativa de fontes paroquiais e indicadores sociais através de dados coletados para sociedades do Antigo Regime. *Revista Mediações* (UEL), v. 18, p.106-124, 2013.

¹⁴ MACHADO, Cacilda. Compadrio de escravos & paternalismo: o caso da Freguesia de São José dos Pinhais (PR), na passagem do século XVIII para o XIX. *Revista Brasileira de História*, v. 26, n. 52, São Paulo, dez. 2006. Conferir também o trabalho da mesma autora em seu livro *A trama das vontades: negros, pardos e brancos na construção da hierarquia social do Brasil escravista*. 1. ed. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008.

¹⁵ O trabalho de Stuart Schwartz, *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru, SP: Edusc, 2001, é uma referência na historiografia atual sobre compadrio a partir do uso de registros de batismo.



MACHADO, Cacilda. **Compadrio de escravos & paternalismo:** o caso da Freguesia de São José dos Pinhais (PR), na passagem do século XVIII para o XIX. *Revista Brasileira de História*, v. 26, n. 52, São Paulo, dez. 2006.

_____ **A trama das vontades:** negros, pardos e brancos na construção da hierarquia social do Brasil escravista. 1. ed. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008.

PINSKY, Carla Bassanezi (Org.); LUCA, Tania Regina de (Org.). **O historiador e suas fontes.** São Paulo: Editora Contexto, 2009.

SCHWARTZ, Stuart B. **Escravos, Roceiros e Rebeldes.** Bauru, SP: Edusc, 2001.

SCOTT, A.S.V.; SCOTT, Dario. **Análise quantitativa de fontes paroquiais e indicadores sociais através de dados coletados para sociedades do Antigo Regime.** *Revista Mediações* (UEL), v. 18, p.106-124, 2013.



OS PRIMEIROS ENSAIOS DA DOCTRINA SOCIAL DA IGREJA CATÓLICA NA EUROPA E A SUA RECEPÇÃO NO BRASIL: NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XIX

Nilmar de Sousa Carvalho
Universidade Federal de Juiz de Fora

Palavras-chave: Doutrina Social da Igreja, social-catolicismo, educação católica, questão social, associações católicas.

A Igreja Católica possui um extenso relato de apoio assistencial e de doutrinas sobre a caridade e a justiça social. Entretanto, o tema da questão social, tal como conhecido hoje, surgiu a partir da revolução industrial, no final do século XVIII, das lutas sociais promovidas pelos seus membros na Inglaterra, França, Bélgica e Alemanha (SOUZA, 1997, p.76). Na Alemanha, de um modo particular, a progressiva perda da influência cultural e política da Igreja Católica e os desafios da modernidade, traduzidos em torno da industrialização, da proletarização da sociedade e da difusão de novas ideologias, motivaram a emergência crescente do movimento social cristão. Diante dessa nova realidade, houve a necessidade de formular um corpo doutrinário-filosófico como referência para a organização social e, que defendesse o espaço eclesial e a liberdade religiosa. Dessa preocupação, originou-se na Alemanha, o social-catolicismo. Esse novo pensamento se fundamentou na premissa de que a valorização de todo o esforço e de toda construção individual deveria adquirir sentido e expressão quando comungadas e articuladas coletivamente (SCHALLENBERGER, 2003, p. 117).

Como precursor do social-catolicismo, o bispo de Munique, Emanuel Guilherme Von Ketteler foi um dos primeiros a direcionar as associações católicas para a questão social e a apresentá-la como problema de justiça e não de caridade (JUNIOR, 2013, p. 5). Segundo o bispo, a centralização do capital, o distanciamento do trabalhador dos resultados do seu próprio trabalho e a exploração da força de trabalho pela força do capital representou a perda dos valores morais, a desintegração familiar e social. O trabalho e o homem passaram a ser considerados como mercadorias e a força de trabalho como máquina. Diante dessa realidade, o único meio seria organizar os operários para defender seus direitos e pressionar o Estado para levar adiante uma política social efetiva. À Igreja, caberia, neste ínterim, desenvolver um trabalho pastoral de apoio solidário às organizações operárias, independentes da tutela religiosa e política. As ideias do bispo



Keteller tiveram influência decisiva no desenvolvimento do social-catolicismo na Alemanha e influenciaram de modo significativo, o pensamento social da Igreja Católica, ao ponto do Papa Leão XIII denominá-lo de seu predecessor (SCHALLENBERGER, 2001. p. 70).

O social-catolicismo alemão foi, portanto, de certa forma, precursor da doutrina social da Igreja. O papa Leão XIII, certamente, reconheceu o esforço da Igreja Católica na Alemanha e, sensibilizado com os mesmos problemas, promulgou em 15 de maio de 1891, a encíclica *Rerum Novarum* (das coisas novas), em que tratou da questão operária e dos antagonismos gerados pela revolução industrial que acentuou o distanciamento entre capital e trabalho, entre os donos dos meios de produção e os trabalhadores. O pontífice percebeu, portanto, que não era mais possível postergar o encontro entre a tradição cristã e as coisas novas trazidas pela contemporaneidade.

Segundo Leão XIII a sede de inovações, que há muito tempo se apoderou das sociedades e as tem numa agitação febril, devia, tarde ou cedo, passar das regiões da política para a esfera da economia social. Leão XIII destacou ainda, que os homens das classes inferiores estavam numa situação de infortúnio e de miséria imerecida (*RERUN NOVARUM*, 2).

No Brasil, o projeto social de Leão XIII foi defendido pelo padre Júlio Maria de Moraes Carneiro (1898) e, pelo recém-nomeado arcebispado de Olinda, dom Sebastião Leme da Silveira Cintra (1916). Os dois autores estavam preocupados em realizar uma análise acerca da relação entre a Igreja e o povo (MARCHI, 2011. p. 85).

O padre Júlio Maria, Sob a inspiração do papa Leão XIII, defendeu que do ponto de vista social, só havia duas forças motrizes capazes de provocar mudanças na sociedade: “a Igreja e o povo” e, seria dever dos “católicos, principalmente do clero, uni-las”. No entanto, a comunhão entre Igreja e povo deveria ser sacralizada mediante o envolvimento da instituição católica com as questões sociais. Afirmou também que os católicos e os padres brasileiros não deveriam ficar de fora do movimento social da Igreja. Além do mais, todos os fiéis deveriam “consorciar os espíritos e harmonizar as vontades”, além de substituir às questões políticas, erroneamente predominantes por questões sociais, pois elas “afetam os interesses fundamentais do homem e da sociedade”. Segundo Júlio Maria, o “padre é um reformador social”. Quando a Igreja se interessa em encontrar soluções para os problemas sociais, além de estar cuidando dos assuntos que lhes são pertinentes, contribui para o fortalecimento dos poderes civis, ajuda a acalmar as agitações populares



e, ao mesmo tempo, atuar no seio da sociedade como reconciliadora, diante das diversas tensões sociais (MARIA, 1983, p. 35 e 46).

Seguindo na mesma direção apontada pelo padre Júlio Maria, dom Sebastião Leme, afirmou que diante dos tantos obstáculos enfrentados ao longo dos séculos, a Igreja sempre procurou “conhecer os males do tempo, estudar as suas causas e preparar os meios de salvação”. Dom Leme também procurou fundamentar o seu discurso nas encíclicas dos últimos papas, de um modo especial na *Rerum Novarum* de Leão XIII. Inspirou-se também no papa Bento VX, que afirmara que a sociedade sofria a influência de quatro males: “a falta de amor entre os homens, o desprezo da autoridade, a luta injusta entre as diversas classes e a desmedida ambição dos bens da terra” (CINTRA, 1916, p. 9 -11).

Bruneua (1974, p.74), em uma breve análise do pensamento político e religioso do arcebispo Dom Sebastião Leme, destacou que ele reconhecia que o Brasil era um país, tradicionalmente e historicamente, católico, bastava ver os nomes das cidades e a crença do seu povo. No entanto, o que se observava era uma situação paradoxal, pois ao mesmo tempo em que representava a maioria dos brasileiros, tinha pouca influência nos campos sociais, políticos, nas artes, nas letras e entre os intelectuais. Como causa do problema, o bispo apontava a falta de educação religiosa. O povo não era instruído na fé, portanto, ignorava os ensinamentos da religião. Como solução, sugeriu que a Igreja devesse se organizar, unificar e pressionar o governo para conseguir a posição que lhe cabia por direito nos negócios públicos. Uma vez alcançada esse objetivo, se tornaria mais fácil promover a educação católica, abolir a ignorância religiosa e, conseqüentemente, fazer recrudescer a influência da Igreja. Em linhas gerais, as suas pretensões se resumiriam em usar a ideia de que os católicos representavam a maioria da população brasileira para pressionar o poder público e conquistar espaço no cenário político e relevância na sociedade. Dom Leme, portanto, demonstrava defender que se quisesse consolidar no Brasil um modelo de cristandade, deveria exercer certo monopólio cultural e, que para isso, dependeria do braço do Estado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- BRUNEAU, Thomás C. **Catolicismo brasileiro em época de transição**. São Paulo: Editora Loyola, 1974.
- CINTRA, Dom Sebastião Leme da Silveira. **Carta Pastoral**. Petrópolis/RJ: Vozes, s/d.



JUNIOR, A. F. de Melo. **Sim, para frente, mas primeiro para trás:** o pensamento católico Alemão e o mundo do trabalho no final do século XIX. XXVII Simpósio Nacional de História – ANPUH. Natal/RN, 22 a 26 de julho de 2013. p. 1-13.

LEÃO XIII. **Rerum Novarum**, ASS 23 (1890-1891), 97-144.

MARIA, Padre Júlio. **A Igreja e o povo**. São Paulo: Edições Loyola/CEPEHIB, 1983.

MARCHI, Euclides. **Igreja e povo: católicos?** os olhares do padre Júlio Maria e de dom Sebastião Leme da Silveira Cintra sobre a catolicidade do brasileiro na passagem do Século XIX para o XX. In: História: Questões & Debates, Curitiba, n°. 55, p. 83-110, jul./dez. 2011. p. 83 -110.

SCHALLENBERGER, Erneldo. **O associativismo cristão no sul do Brasil a contribuição da sociedade união popular e da liga das uniões coloniais para a organização social e o desenvolvimento sul-brasileiro**. Erneldo Schallenberger, Tese (doutorado em História) programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre/RS, 2001. p. 591.

_____. **Social-catolicismo e associativismo cristão:** Alemanha e Sul do Brasil. Estudos Ibero-Americanos. PUCRS. v. XXIX. n° 2. Dez. 2003. p. 117-134.

SOUZA, Luiz Alberto Gómez de. **A Igreja Católica e a questão social**. São Paulo em Perspectiva, 11(4) 1997. p. 76-81.



A LIBERDADE RELIGIOSA E A RELIGIÃO DO ESTADO NA CONSTITUIÇÃO DE 1824

GOMES, Daniel Machado
PALIOLOGO, Nicholas Arena
CICILIO, Tiago da Silva
Universidade Católica de Petrópolis

Palavras-chave: Império do Brasil. Estado confessional. Catolicismo. Regalismo. Liberdade de culto.

No Brasil do Oitocentos, diferentes alternativas de futuro estavam engendradas a partir de múltiplas identidades políticas que traziam consigo elementos de modernidade sem abandonar a tradição. É neste contexto aparentemente paradoxal que as liberdades civis, políticas e individuais foram introduzidas entre nós pela Constituição de 1824, documento que buscava conciliar a ordem pública com as conquistas liberais, à semelhança da Carta Constitucional francesa de 1814, vigente no período da Restauração. Assim como ocorreu na França de Luís XVIII, a Constituição Imperial do Brasil adotou o catolicismo como religião do Estado, dispondo em seu artigo 5º que a religião católica continuava a ser a religião do Império e que todas as outras religiões eram permitidas com seu culto doméstico, ou particular em casas para isso destinadas, sem forma alguma exterior de templo. A fórmula exprime a ligação entre a Coroa e a Igreja que perdurou durante todo o Império, fato que não impediu que a liberdade religiosa também estivesse prevista no texto constitucional. O regime de união entre o Estado e a Igreja Católica adotado pela Constituição Imperial importou em reflexos sobre a cidadania, bem como em uma certa subordinação da religião aos interesses do poder estatal que ecoava a união entre o Trono e o Altar, característica do Antigo Regime. Além disso, a Constituição demonstrava grande eficiência em regular no artigo 102 a hegemonia do Estado sobre a religião, seguindo os traços do antigo regalismo português - ingerência do poder estatal nos assuntos da Igreja -, conforme demonstram os institutos jurídicos do padroado e do beneplácito régio.

O presente resumo investiga os termos em que ocorreu a recepção da liberdade religiosa na ordem jurídica brasileira, pois não obstante o caráter confessional do Estado durante o Império, o artigo 179, V previa que “Ninguém pode ser perseguido por motivo de religião, uma vez que respeite a do Estado e não offenda a moral pública”. Em comentários ao artigo 179, V, José Antônio Pimenta Bueno, o futuro marquês de São



Vicente, reafirma que “a liberdade da consciência está acima do poder social, é a liberdade do pensamento moral, o sentimento íntimo, a crença, o culto interior que não pode ser constrangido” (BUENO, 1857, p.397). A Constituição de 1824 oscilava entre o direito reconhecido à Igreja Católica e a tolerância dirigida às demais religiões, mantendo uma continuidade em relação ao que vigia desde a assinatura dos Tratados de Aliança e Amizade e de Comércio e Navegação, firmados em 1810 com a Inglaterra. A legislação de 1810 estabelecia que “vassalos de Sua Majestade Britânica” residentes nos territórios portugueses não seriam perseguidos, perturbados, inquietados, perseguidos, ou molestados por causa de sua religião.

A Constituição de 1824 foi elaborada após a dissolução da Assembleia Geral Constituinte e Legislativa de 1823, que ocorreu por um decreto do imperador D. Pedro I, referendado por Ferreira França e Oliveira Barbosa, ministros da Marinha e da Fazenda. No decreto de 12 de novembro de 1823, o imperador estabelecia que, havendo convocado a Assembleia Geral Constituinte e Legislativa e havendo esta perjurado ao solene juramento, que prestara, de defender a integridade e independência do Império e sua dinastia, a dissolvia e convocava outra, à qual seria por ele apresentado um projeto duplamente mais liberal de constituição. Na verdade, a segunda Assembleia não chegou a ser votada, pois o imperador nomeou o Conselho de Estado e encarregou os vinte conselheiros de apresentarem um novo projeto de constituição.

Varnhagen (1957, p. 233) explica que em 11 de dezembro o Conselho de Estado deu por findo o seu projeto, e que já no dia 20 o texto oficial estava impresso. Segundo o autor, o projeto limitou-se a dar melhor classificação às doutrinas consignadas no projeto da Assembleia, além de “ser mais generoso a respeito da liberdade de cultos” e introduzir, como primeira experiência na prática, o poder moderador” (VARNHAGEM, 1957, p. 234). De fato, a comparação entre o texto aprovado e o projeto Antônio Carlos evidencia que o projeto da Assembleia era menos liberal em termos de religião, pois previa que:

Art. 15 As outras religiões além da Christã, são apenas toleradas, e a sua profissão inibe o exercício dos Direitos Políticos.

Art. 16 A Religião Catholica Apostolica Romana he a Religião do Estado por excellencia, e única manteuda por ele.

Integrava o Conselho de Estado, José Joaquim Carneiro de Campos, futuro Marquês de Caravelas, que tinha atuado como deputado na Assembleia Constituinte,



notabilizando-se pela perspectiva liberal moderada. Carneiro de Campos é considerado o grande artífice do texto constitucional de 1824. Varnhagen (1957, p. 234) defende que ele seja o principal organizador da Constituição do Império, destacando que o texto recebeu de Vilela Barbosa “alguns retoques de redação e modificação da ordem de exposição das doutrinas”. Armitage também pensa do mesmo modo, transmitindo informações orais da época, diz que o autor seria José Joaquim Carneiro de Campos (BRASIL, 1973, p.4).

De todos os deputados da Constituinte, José Joaquim Carneiro de Campos foi o que mais se aproximou da moderna noção de Estado laico, da separação entre os poderes temporal e espiritual, defendendo a não intervenção estatal nos assuntos da Igreja, segundo aponta Cecília Cordeiro (2016, p.147). Carneiro de Campos afirma que “o Estado não tem direito de legislar sobre a Religião que cada um abraça”, devendo “conservar-se absolutamente imparcial aos dogmas dos diferentes Cultos que entre nós se estabelecem”. Do ponto de vista político, entretanto, Carneiro de Campos adotaria uma posição de certa forma ambígua, defendendo que a Igreja deveria continuar unida ao Estado, ainda que subordinada a ele. Isso porque o Estado não poderia abrir mão da religião, já que esta era vista como garantiria a boa moral à sociedade:

Em verdade, os meios que possui o Governo para reprimir os crimes são limitados (...). É, portanto, indispensável que haja um meio de prevenir que eles se formem no coração, e aí só pode entrar a Religião. (...) Só na Religião se encontrará o suplemento necessário às Leis civis e a uma moral sempre incompleta (BRASIL, 2003, p. 197).

Christian Lynch explica que Caravelas buscava “garantir a liberdade de consciência e o direito de cada um de celebrar publicamente seu culto, sem dispensar a continuidade entre Igreja e Estado, que punha a religião a serviço da política” (LYNCH, 2014, p. 81). Percebe-se, portanto, que a articulação entre a religião e o poder civil proposta por Carneiro de Campos na Assembleia foi adotada, posteriormente, pela Constituição outorgada pelo imperador em 1824. Conclui-se que, dentre as diferentes concepções políticas sobre direitos que estavam em disputa no início do século XIX, a Constituição de 1824 adotou uma fórmula conciliatória entre modernidade e tradição nas relações entre o Trono e o Altar, exercendo em nossa história constitucional um papel



essencial que permitiu à sociedade brasileira seguir ampliando a concepção de liberdade religiosa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BRASIL. **Atas do Conselho de Estado**. Segundo Conselho de Estado, 1823-1834. (Direção: José Honório Rodrigues). Brasília: Senado Federal, 1973.

BRASIL. **Diário da Assembleia Geral, Legislativa e Constituinte do Império do Brasil** (1823). 3 tomos (edição fac-símile). Brasília: Senado Federal, 2003.

BUENO, José Antonio Pimenta. **Direito Público Brasileiro e Analyse da Constituição do Imperio**. Rio de Janeiro: J. Villeneuve e C., 1857.

CORDEIRO, Cecília Siqueira. **Liberdade Religiosa na Constituinte de 1823: Atores e Debates**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

LYNCH, Christian Edward Cyril. **Monarquia Sem Despotismo e Liberdade Sem Anarquia: o Pensamento Político do Marquês de Caravelas**, Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014. (Coleção Humanitas).

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História da Independência do Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Melhoramentos, 1957.



UM CONVITE A REFLEXÃO: PERSPECTIVAS HUMANÍSTICAS SOBRE O ENCARCERADO NA CONCEPÇÃO DE FRANCESCO CARNELUTTI

RAPOSO, Lorena Braga
MADURO, Flávio Mirza
Universidade Católica de Petrópolis

Palavras-chave: Sociedade. Encarcerado. Preconceito. Ressocialização. Remição.

Analisar os impactos do processo criminal na vida do encarcerado e o seu retorno ao seio da sociedade com a observância do papel Estadual na efetivação de seu dever ressocializador.

O presente estudo objetiva examinar a perpetuaridade da pena na vida do encarcerado pela sociedade perante o preconceito e a discriminação, bem como almeja refletir sobre a ampliação do instituto da remição através de atividades socializadoras como medida eficaz para o resgate da perspectiva humanística do detento, da redução da população carcerária e da diminuição do instituto da reincidência.

A metodologia empregada será a bibliográfica com foco nas lições introduzidas por Francesco Carnelutti e viés na criminologia crítica, visando compreender com maior acuidade a necessidade de superação do preconceito e da discriminação em relação às pessoas após o cárcere.

O que define uma pessoa a ser civilizada? Não será uma expressiva incivilidade considerar o encarcerado como "coisa" quando se encontra em cárcere? O sonho do encarcerado seja qual for o delito cometido, sua raça, seu gênero ou sua religiosidade é a sua libertação, o que quer dizer o retorno de sua vida em sociedade. Segundo o mestre Carnelutti (2017, p. 79) a esperança de retornar ao convívio humano de desvestir finalmente o horrível uniforme, de reassumir o aspecto de homem livre, de retomar ao seu lugar na sociedade, é o oxigênio que alimenta o encarcerado.

Contudo a espera por este grande dia é uma falácia pois o processo termina com a sua consequente saída do cárcere após o pagamento de sua pena (mencionada vulgarmente como sua "dívida com a sociedade"), porém o sofrimento e castigo impostos são perpétuos por dois motivos.

O primeiro são as dificuldades do encarcerado retomar as suas relações, hábitos e rotinas familiares e pessoais.



O segundo, que apesar deste crer não ser mais encarcerado o corpo social assim não pensa impondo de forma taxativa a continuidade de exclusão deste a sociedade tal qual durante o cárcere.

Podemos confirmar estas afirmações através do número ínfimo de contratações pelo mercado de trabalho, tanto que em 24 de julho de 2018 foi instituída a Política Nacional de Trabalho no âmbito do Sistema Prisional através do Decreto nº 9.450 que consiste em cotas para a empresa contratada pela administração pública federal terá de reservar de 3% a 6% da mão de obra para presos ou egressos do sistema carcerário, tendo o percentual variado consoante a quantidade de pessoas necessárias para prestar o serviço.

Apesar do avanço a legislação mencionada se restringe a esfera da administração pública federal o que certamente não ameniza a problemática de forma significativa.

Passamos então ao Estado.

Carnelutti (2017, p. 81) brilhantemente narra sobre o Estado:

Quando se trata de proclamar os princípios, especialmente no regime de democracia, o Estado é o primeiro a dar o exemplo: "o acusado não é considerado culpado enquanto não seja condenado por sentença definitiva (...) Mas quando se trata de tutelar seus interesses, também o Estado enrugou a fronte.

É primordial que a pena desenvolva o papel ressocializador, uma vez que não basta a punição para os que encontram as margens da lei, não basta repressão, é essencial prevenção, desta forma, a pena privativa de liberdade se assenta nos fundamentos de respeito aos direitos e garantias fundamentais do preso, evitar a dessocialização, ao passo, que promove a socialização do detento.

Como detento, como sujeito de direitos, tem o lazer como um direito social como todos nós, eis que se encontra inserido entre os direitos e as garantias fundamentais disposto na Carta Magna de 1988.

A Lei de Execuções Penais assegura o direito ao descanso, a recreação e o exercício das atividades profissionais, intelectuais, artísticas e desportivas anteriores, desde que compatíveis com a execução da pena. Assim, o acesso ao lazer representa um direito garantido pelo ordenamento jurídico brasileiro que possibilita a produção de processos de sociabilidade e socialização dos aprisionados.

Nesta esteira, se entende por sociabilidade atividades de promoção de entretenimento, e por socialização, as que exigem aprofundamento teórico para o desenvolvimento de cunho artístico, cultural, esportivo, entre outros.

A remição é o instituto jurídico que visa a redução de pena pelo trabalho e pelo estudo, diante do exposto, por que não a remição pela socialização?



Esta prática possibilita que sujeitos do sistema se tornem músicos profissionais, artistas, atores, atletas, mestres de capoeira, dentre outras qualificações.

Outro ponto seria a remição pelos projetos de leitura monitora com a respectiva entrega da resenha da obra lida, o que é uma realidade em muitos presídios no Brasil, posto que o estudo descrito na lei se restringe ao reconhecimento da frequência em cursos de ensino regular ou de educação profissionalizante.

Certamente a questão da reincidência seria um ponto relevante a ser averiguado empiricamente caso a proposta seja regulamentada.

Em um país onde as classes artísticas e esportivas são extremamente exaltadas será que haveria uma mudança de pensamento da sociedade sobre o tema na medida se iniciassem relatos de sucesso dos detentos e egressos, após o cumprimento de sua pena, em suas carreiras de origem artística, cultural ou esportiva?

A visão preconcebida do preconceito com a sua ação que se configura na discriminação necessitam serem entendidas, pois nenhum comportamento humano ocorre por uma lógica social, ainda que deturpada, sendo assim, somente podemos combatê-lo através da força intelectual, pois jamais este será eliminado pela força bruta ou pela punição normativa,

O amargo sabor experimentado pelo encarcerado no momento de seu retorno a coletividade somente podem ser superados pela educação e o ensino que são fatores inibitórios da discriminação.

A inserção de atividades de socialização pela ampliação das possibilidades de remição atualmente descritas na legislação correlata contribuiriam para decrescer a população carcerária e para a provável diminuição da reincidência.

Igualmente contribuiriam para a transformação intelectual da sociedade a fim de superar o preconceito e a discriminação diante do reconhecimento que a ressocialização é uma realidade e uma tarefa que não cabe apenas ao Estado.

Muito embora seja um tema que divide opiniões, a ressocialização do detento necessita de uma resposta imediata com relação à receptividade do indivíduo no momento em que este retorna à sociedade, devendo o Estado criar políticas administrativas que incentivem a sociedade para receber essas pessoas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BRASIL. **Constituição Federal.** São Paulo: Saraiva: 2018.



BRASIL. **Decreto-Lei 9.450, de 24 de julho de 2018.** Diário Oficial da União publicado em 25/07/2018.

BRASIL. **Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984.** Diário Oficial da União publicado em 13/07/1984.

CARNELLUTI, Francesco. **As Misérias do Processo Penal.** São Paulo: CL EDIJUR, 2017.



PASTORAL DE RUA DA IGREJA CATÓLICA COMO POSSÍVEL INSTRUMENTO DE INCLUSÃO SOCIAL.

OLIVEIRA, Diego Ramos de
Faculdade São Bento

Palavras-chave: Pastoral de Rua. Igreja Católica. Situação de rua. Sociedade. População.

Esta pesquisa pretende abordar a importância da Pastoral de Rua como instrumento de inclusão social. A Pastoral de Rua, diariamente se depara in loco com a realidade de pessoas que passam grande parte de suas vidas em situação de rua. Algumas dessas pessoas procuram saciar às suas necessidades buscando algum auxílio na igreja, como alimentos, roupas limpas, dinheiro e palavras de conforto. Essa pesquisa procura entender a preocupação da igreja em ajudar pessoas em estado de rua que por muitas vezes são esquecidas pela sociedade. Esse trabalho terá como fundamentos sócio religiosos a Doutrina Social da Igreja para compreensão do tema proposto.

Apesar da carência de documentos historiográficos que registram fatos ou dados marcantes sobre a história das pessoas em situação de rua no Brasil e, também pesquisas que apresentem informações que esclareçam o papel da Pastoral de Rua da Igreja Católica, foi possível reunir um número relativamente considerável de documentos, registros em sites e bibliografias que abordam o tema. Esses referenciais teóricos foram relevantes para situar o fenômeno social e, ao mesmo tempo evidenciar a existência dessa população que vive a margem da sociedade. Partindo desses pressupostos, apresento como tema de pesquisa, a pastoral de rua no Brasil e, como objeto de estudo procurarei compreender a iniciativa da Igreja Católica, a partir dessa pastoral específica, no processo de ressocialização das pessoas em situação de rua. Além de tentar perceber se a pastoral de rua contribui para que essas pessoas tenham os seus direitos básicos, previstos na Carta Constitucional, garantidos.

As pessoas em situação de rua no Brasil têm atraído olhares de muitos intelectuais e entidades políticas que examinam esse fenômeno de diversas maneiras. Essas pessoas que passam dificuldades “às quais não se atribui “valor nenhum”, porque vivem “jogadas na rua” e, por isso, então, não vivem dignamente” (BASTOS, p.16) sofrem de pré-conceitos e acabam vivendo a margem da sociedade. Dependendo de auxílios do governo e por algumas vezes de movimentos não governamentais para a sua subsistência.

Baseado na análise de David Snow e Leon Anderson (1998), existem grupos de pessoas que vivenciam diferentes tipos de desabrigo, porém, a natureza dessas



experiências pode ser esclarecida, considerando-se os motivos geradores dessa migração para a rua. Três dimensões separadas de desabrigo. A primeira dimensão foi denominada de residencial. Nesse caso, o estilo de vida é caracterizado pela falta de moradia convencional permanente. Essa dimensão residencial foi a base primordial das mais recentes conceituações do desabrigo. O termo desabrigo é entendido como “aqueles que dormem em abrigos fornecidos a pessoas moradoras de rua ou em lugares, privados ou públicos, não previstos como moradias”.

A segunda dimensão é marcada pela presença ou ausência de apoio familiar. Essa dimensão é incluída e contemplada por três razões distintas. A primeira diz respeito ao conceito de família, com sua ênfase em laços, redes sociais, e na ligação entre o indivíduo e a sociedade mais ampla. Em segundo aparece a inclusão de algum tipo de vínculo familiar e por fim, a dimensão familiar aparece como imagem popular tradicional do lar. Na sua grande maioria, os moradores de rua sem vínculos tendem a encarar sua vida cotidiana como quase destituída de apoio familiar confiável (SNOW & ANDERSON, 1998, p. 23).

A terceira distinção do desabrigo é o grau de dignidade e valor moral atribuído às diversas categorias de desabrigo. De um ponto de vista sociológico, ser morador de rua é, entre outras coisas é ser possuidor de um status social.

A Igreja Católica se posiciona em favor do pobre e exorta os seus fieis para ir ao encontro dos necessitados e oferece amparo. “Cada cristão e cada comunidade são chamados a ser instrumentos de Deus ao serviço de libertação e promoção dos pobres, para que possam integrar-se plenamente a sociedade; (...)” (EVANGELII GAUDIUM, nº187). A Pastoral de Rua vem ao encontro dos necessitados para oferecer refúgio e subsídios as pessoas em situação de rua se manterem e conservarem a sua dignidade para terem novas expectativa de vida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BASTOS, Carlita Moraes et al. **Vida e Missão** – Pastoral do Povo de Rua. São Paulo: Loyola. 2003.

FRANCISCO. *Evangelii Gaudium*: a alegria do Evangelho; sobre o anúncio do Evangelho no mundo atual. São Paulo: Paulus & Loyola, 2013.

SNOW, David; ANDERSON, Leon. **Desafortunados**: um estudo sobre o povo de rua. Petrópolis. Editora Vozes. 1998.



REGISTROS PAROQUIAIS COMO MECANISMO DE PESQUISA: REFLEXÕES EM HISTÓRIA SOCIAL

SILVA, Lucas Ventura da
LAGE, Natália da Paz
Universidade Católica de Petrópolis

Palavras-chave: Historiografia. História Social. Fontes paroquiais. Trajetória familiar. Ciclo de vida.

A utilização de Registros Paroquiais como fonte na construção de uma História Social tem ganhado cada vez mais espaço nas discussões do meio acadêmico. Por meio do iniciante trabalho de catalogação dos documentos paroquiais da Freguesia de São Pedro de Alcântara entre os séculos XIX e XX, depositados na Cúria Diocesana de Petrópolis, foram observados possíveis caminhos de pesquisa, principalmente com o cruzamento dos dados recorrentes contidos nesse tipo de documentação. O objetivo central deste trabalho, desenvolvido como parte do projeto intitulado “Fontes Eclesiásticas e História Social: o acervo da cúria diocesana de Petrópolis e a preservação da memória regional”, é buscar apresentar caminhos para a pesquisa histórica a partir desses documentos, aqueles relacionados a História Social, com foco em elucidar a importância dos Registros Paroquiais na compreensão da dinâmica social dos sujeitos em determinado tempo e espaço.

A pesquisa foi realizada inicialmente, de forma quantitativa, com a catalogação das fontes paroquiais da Freguesia de São Pedro de Alcântara e conseqüentemente de forma qualitativa na observação das variáveis contidas nos documentos de batismo, casamento e óbito do séc. XIX.

Na historiografia, desde o advento da História Social, muito se discutiu sobre novas possibilidades de reconstituição da trajetória histórica das sociedades. No entanto, os historiadores, desde então, se deparavam com alguns problemas relativos às fontes. Dessa maneira, suscitaram diversas questões: como compreender o sistema de relações sociais, alianças e compadrio no século XVIII? Como pensar o estudo do cotidiano de escravos e forros no século XIX? São inúmeros os questionamentos levantados. Uma das possibilidades de pesquisa na área é a que estamos trazendo para a reflexão, o uso das variáveis contidas nos registros paroquiais. Segundo o professor João Fragoso, “estamos diante de sociedades católicas, cujas populações eram tementes a Deus ou, o que é o mesmo, cuja disciplina social passava pelos sacramentos da Igreja Católica, o que transformava as fontes paroquiais, insisto, em massivas e reiterativas” (FRAGOSO, ano,



p. 23). O uso do conteúdo presente nesses registros só foram possíveis porque os mesmos fizeram parte da própria história da Igreja que padronizou e tornou obrigatório, através do Concílio de Trento, os assentamentos de casamento e batismo, e posteriormente, por meio do *Rituale Romanum*, os de óbito.

Cada fonte aqui apresentada e discutida possui a sua peculiaridade que nos ajuda a ter dimensão de como utilizá-las para entender a sociedade que o produziu e todo o seu tecido social. No documento de batismo, por exemplo, os dados encontrados são: a data do evento; o nome do batizando; filiação; a legitimidade e naturalidade; nome dos padrinhos. Já no caso dos registros de casamento, além de data e local de nascimento, encontra-se também: data do evento; local da cerimônia; nome dos cônjuges e filiação, estatuto jurídico, naturalidade, local da residência dos noivos; nome das testemunhas. Os registros de óbito encontrados, por sua vez, possuem: data e local do falecimento; nome do morto e sua filiação, nome do cônjuge, estatuto jurídico, naturalidade, estado civil, tipo e condição do sepultamento; causa da morte.

Pensar as fontes paroquiais é pensar em um material genuinamente rico em possibilidades de pesquisa e produção de conhecimento, sobretudo pelo fato de encontrarmos, de forma reiterada no tempo, as informações descritas acima. No que diz respeito ao campo metodológico, as fontes eclesiais que estamos tratando, nos possibilita a serialização, que por sua vez está lidada a um novo conceito: o de série. “Trata-se de considerar os documentos ou as fontes históricas não mais em sua perspectiva singular, como documento único, a ser analisado em seus próprios limites, mas sim como partes constituintes de uma grande cadeia de fontes de mesmo tipo” (BARROS, 2012, p.286). Essa serialização nos dá margem para uma outra abordagem, a micro-história, onde opta pela observação de um *locus* delimitado (uma prática social, trajetória individual, uma comunidade). Sendo assim, a microanálise possibilita o historiador empreender pesquisas no que tange a estratégias e mudanças dos agentes sociais, compreendendo, portanto, os complexos sistemas de relações sociais existentes nas diferentes freguesias, em nosso caso, a freguesia de São Pedro de Alcântara. Portanto, a partir dessas mesmas informações podemos, também, inferir questões relativas aos ciclos de vida, dos envolvidos e suas relações parentais e estados sociais. Nos livros de batismo e de casamento, por exemplo, é bastante claro todo um sistema de alianças entre famílias, além de relações de vizinhança e política, principalmente quando observamos as escolhas de testemunhas e padrinhos, que em muitos casos podemos encontrar repetições. Nos livros de óbito, em contrapartida, é interessante percebermos as



representações de morte e suas diferenças, por exemplo, como as mortes de crianças eram representadas enquanto inocentes, indivíduos puros e livres de pecado. Um exemplo dessa possibilidade de pesquisa é o trabalho de João Fragoso “**Arquivos Paroquiais e História Social Na América Lusa: Métodos e Técnicas de Pesquisa Na Reinvenção De Um Corpus Documental**”¹⁶. Dessa forma, tudo isso nos ajuda a pensar, taxas de natalidade e mortalidade, doenças, idade recorrente para o casamento, compadrio, quem era escravo (e de que senhor), casos de adultério, relações de poder, entre tantas outras possibilidades.

Percebemos que, a partir do exposto, os registros que colocamos aqui em reflexão, nos dão a possibilidade de acompanhar a trajetória histórica de indivíduos, famílias e grupos sociais, acompanhar, portanto, todo o ciclo de vida, desde o nascimento até a morte: iniciando no batismo, passando pelo casamento e terminando no óbito. Assim, fica evidente as inúmeras possibilidades de procedimento com os registros paroquiais, tendo como pilar sustentador as problemáticas levantadas pela História Social. Essas por sua vez são fontes muito ricas que nos ajudam apreender não só o complexo sistema de relações, mas, sim, toda uma estrutura de hierarquia de poder e dominação nas diferentes camadas sociais. Contribuindo potencialmente à atualização, produção e sistematização do conhecimento historiográfico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

Arquivo da Cúria de Petrópolis. **Registros de batismo**, 1844 – 1984.

_____. **Registros de casamento**, 1847 – 1987.

_____. **Registros de óbito**, 1842 – 1945.

BARROS, José D'assunção. **Teoria da História: A Escola dos Annales e a Nova História**. Petrópolis: Vozes, 2012. (Volume V).

BASSANEZI, Maria Silvia. **Registros paroquiais e civis**. In: PINSKY, Carla; LUCA, Tania Regina de. **Os eventos vitais na reconstituição da história**. São Paulo: Contexto, 2009. p.p 141-172.

¹⁶ Outros exemplos de trabalhos acadêmicos realizados com as fontes eclesiásticas abordadas nesse resumo:

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. A vida conjugal. In: Sistema de Casamento no Brasil Colonial. São Paulo: T. A. Queiroz: Edusp, 1984.

FARIA, Sheila de Castro. A Colônia em Movimento: fortuna e família no cotidiano colonial. RJ: Nova Fronteira, 1998.

_____. “A morte de livres e escravos em registros católicos, séculos XVIII e XIX”, em *População e família*, São Paulo, CEDHAL/USP/Humanitas, n.3, pp. 181- 206, 2000.

E. D. Bilac, “A sociologia e os registros paroquiais”, em M. S. B. Bassanezi e T. R. Botelho (org.), *Linhas e entrelinhas: as diferentes leituras das atas paróquias dos setecentos e oitocentos*, Belo Horizonte, Editora PUC- Minas/ FAPEMIG (prelo).



FRAGOSO, João. **Apontamentos para uma metodologia em História Social a partir de assentos paroquiais** (Rio de Janeiro, Séculos XVII e XVIII). In: FRAGOSO, João; GUEDES, Roberto; JUCÁ, Antônio Carlos. **Arquivos Paroquiais e História Social Na América Lusa: Métodos E Técnicas De Pesquisa Na Reinvenção De Um Corpus Documental**. Rio de Janeiro: Mauad, 2014. p.p 21-32.



SÍNODO DO CADAVER

GUETTNAUER, Pedro Dideco Antunes
Universidade Católica de Petrópolis

Palavras-chave: Formoso. Igreja. Spoletanos. Papa. Imperador.

Este trabalho tem como objetivo analisar a união entre Estado e Igreja durante o período medieval e como essa união vai motivar uma intensa disputa entre o alto clero da Igreja durante os séculos IX e X motivando o julgamento pós morte do Papa Formoso no ano de 897. Para entender essas disputas dentro da Igreja é necessário entender como surge a união entre Estado e Igreja, portanto é necessário voltar ao Império Romano no ano de 313 quando foi decretado o Edito de Milão que dava ao cristianismo a liberdade de culto, dando fim ao período das perseguições aos cristãos. Posteriormente no ano de 380 o imperador Teodósio I, através do Edito de Tessalônica, declarava o cristianismo como a única e oficial religião do Império Romano, marcando assim o início da união entre o Império Romano e a Igreja Católica. Entretanto após uma série de invasões bárbaras o Império Romano do Ocidente chega ao fim no ano de 476. Dando fim a união entre o Império e a Igreja. Com o fim do Império seu antigo território dá lugar a uma série de Reinos Bárbaros, mais nenhum destes reinos possuía a mesma hegemonia militar que exercia o Império Romano. A Igreja Católica então só vai ganhar um novo aliado com a subida ao trono do Reino dos Francos de Carlos Magno. O novo rei franco tinha o objetivo de restabelecer a antiga glória do Império Romano restaurando suas antigas fronteiras e a união com a Igreja Católica. Para simbolizar esta união o Papa Leão III, na noite de natal do ano de 800, coroou Carlos Magno como imperador, marcando o começo desta nova união, na qual o Papa coroava o imperador e o imperador, por sua vez, deveria aprovar o nome do novo papa, quando solicitado. Após a morte de Carlos Magno sua dinastia, a Carolíngia, continuaria no poder até o ano de 876, quando Carlos o Gordo é obrigado a renunciar, dentro deste contexto de renúncia do imperador é que Formoso vai assumir o trono pontifício. Uma das primeiras decisões é justamente escolher o novo imperador. Dois candidatos se apresentaram: Arnulfo de Caríntia e Lamberto de Spoleto. Formoso coroou Arnulfo de Caríntia como novo imperador, o que desagradou a ala da Igreja conhecida como spoletana, partidária do nome de Lamberto como imperador. A ala spoletana portanto insatisfeita com a decisão do Papa, organizou um golpe, mantendo Formoso como refém dentro do Castelo de Santo Ângelo. Arnulfo chegou à Itália onde derrotou Lamberto na batalha de Paiva e chegou aos muros da cidade de Roma e



posteriormente tomada a cidade e libertando Formoso do cativeiro dos spoletanos. Após o resgate, Formoso coroou Arnulfo como imperador do Sacro Império em 22 de fevereiro na Basílica de São Pedro e os spoletanos foram obrigados a jurar fidelidade ao novo imperador. O revés de nada agradou aos spoletanos que, com a inesperada saída de Arnolfo para resolver algumas questões na Germânia, organizaram uma revolta e marcharam até Roma com o objetivo de vingança. Formoso, ao tomar conhecimento desta revolta, partiu em fuga, mas, durante a fuga, foi atingido por fortes dores que o levaram a óbito. Bonifácio VI da ala spoletana assumiu então o papado no ano de 896. Porém Bonifácio acabou falecendo de um ataque de gota, encerrando o seu pontificado com apenas duas semanas. Bonifácio dá lugar, por sua vez, a outro membro da ala spoletana da Igreja: Estevão VI assume o papado em maio de 896. Estevão VI ficaria marcado por o julgamento pós morte do Papa Formoso nove meses após sua morte. Para o julgamento o cadáver de Formoso foi exumado, retiram os farrapos decompostos que estava trajando e o revestiram com novos mantos sagrados sendo colocado em um trono da sala onde seria realizado o julgamento dirigido pelo papa Estevão VI, enquanto um diácono ficou responsável por fazer a defesa do já falecido papa, defesa esta que se resumiu a apenas uma confissão de culpa. Formoso foi, portanto, condenado por heresia, tendo os três dedos da mão direita responsáveis por abençoar cortados e posteriormente teve seu cadáver retirado da Basílica e arrastado pelas ruas de Roma até ser atirado no rio Tibre. O julgamento tinha, portanto, como objetivo declarar nula e sem validade as decisões de Formoso, limpando a Igreja de membros formosianos, abrindo espaço para o domínio spoletano. O julgamento do cadáver do papa gerou tamanha repulsa na sociedade romana que levou a população a prender o papa Estevão e posteriormente mata-lo estrangulado. Os papas posteriores vão iniciar um processo de reabilitação da memória de Formoso, porém esse processo chegou ao fim com a subida ao trono pontífice de Sergio III. Como uma das suas primeiras medidas, convocou um sínodo que anulou todas as medidas adotadas nos sínodos anteriores convocados por Teodoro II e João IX, que reabilitaram a memória do papa Formoso e validaram todas as consagrações feitas por ele. Apesar da forte oposição da ala Formosiana, Sergio III conseguiu anular todas as consagrações feitas por Formoso e com isso o objetivo do Sínodo do Cadáver estava completo: as consagrações feitas por Formoso estavam definitivamente anuladas.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

MONDIN, Batista. **Dicionário Enciclopédico dos Papas**. São Paulo: Ave Maria, 2009.

LE GOFF, Jaques. **A civilização do Ocidente Medieval**. Petrópolis: Vozes, 2016.



HISTORIOGRAFIA E RELIGIÃO: A IMPORTÂNCIA DOS ESCRITOS TEOLÓGICOS NOS ESTUDOS HISTÓRICOS A PARTIR DE A CIDADE DE DEUS DE SANTO AGOSTINHO

CARREIRO, Maicon da Silva
Universidade São Francisco

Palavras-chave: Historiografia. Teologia. Santo Agostinho. *De Civitate Dei*. Roma

Esta pesquisa pretende abordar a importância dos escritos teológicos no desenvolvimento dos estudos historiográficos, tendo como premissa *A Cidade de Deus* de Agostinho de Hipona (354-430), obra que transmite uma abordagem histórico-teológica de um importante período da história romana.

A antiguidade clássica destaca-se por ser uma era de constante produção de conhecimento. Tendo em vista que muitas áreas do saber foram pensadas e analisadas por muitos autores dessa época, é de inteira importância propor análises que propiciem resultados para a compreensão e crítica de tais fatos, sempre buscando entender que o homem está inserido em uma sociedade específica, ou seja, no seu próprio tempo.

Roma foi uma “civilização” que deu exemplo de onde a grandeza de um Império pode chegar. No entanto, em meio a muitos acontecimentos, o Império viveu no séc. V um fato que marcou a História, os bárbaros protagonizaram um infortúnio na cidade eterna. Com a invasão de Alarico, em 410¹⁷, toda a pompa imperial foi abalada, o saque de Roma foi o ponto de partida para desfechos trágicos. Em seu livro *De Civitate Dei*¹⁸ (412-425), Santo Agostinho descreve uma luta religiosa entre pagãos e cristãos, ele produz uma apologia ao cristianismo defendendo-o da acusação de ser o culpado de tal desgraça. Alguns acontecimentos remontam ao contexto histórico que culminou na escrita de Agostinho: a ascensão de Constantino (280-337) ao poder depois de sua “conversão”; o concílio de Nicéia em 325 e posteriormente a oficialização do cristianismo por Teodósio (347-395), em 380.

Durante o percurso, que teve origem na antiguidade, a História sofreu muitas mudanças, no que diz respeito a forma de abordagem, escrita e objetivo final. Do “século XVI ao XVIII, a história transformou-se em instrumento ora de desconstrução, ora de

¹⁷ (...) com seus godos, Alarico entrou em Roma pela porta salária, ao som das trombetas e dos cantos de guerra. Seus cavalos podiam matar sua sede nos chafarizes de mármore da cidade. Imagine-se em junho de 1940, Adolf Hitler fazendo sua entrada triunfal em Paris e subindo a Avenida des Champs-Élysées – pois foi esse o efeito produzido pela queda da Urbs, a Cidade Eterna (HAMMAN, 1989, p. 271).

¹⁸ A Cidade de Deus.



legitimação (...) ao longo do século XIX, o regime de historicidade iria se transformar, evoluindo para formas mais complexas (...)” (LOPES, 2013, p.8). A historiografia produzida pelos historiadores da antiguidade contribuiu de maneira significativa para a formação desta disciplina organizada e com metodologias próprias que conhecemos hoje. Contudo, neste período de transição para uma consciência histórica¹⁹, alguns desafios demandaram certos desprendimentos, “por exemplo, um senso de desprezo pela retórica e pela eloquência dos historiadores que emulam Tito Lívio e outras figuras modelares da Antiguidade. Chegando o momento de a História reivindicar para si o estatuto de ciência” (LOPES, 2013, p.8).

Há um papel muito importante da historiografia em todo o percurso que a história como ciência alcançou e é através dela que as teorias são forjadas. Neste sentido, algumas escolas se destacam por serem ousadas em suas abordagens. A Escola dos Annales²⁰ destaca-se por propor pesquisas que antes não faziam parte da concepção histórica, como a interdisciplinaridade, o que possibilitou e maximizou a interação de outras fontes no desenvolvimento da História. Com a proposta dos annales a teologia passa a ter vez, não como forma de se fazer história, mas como ferramenta para compreendê-la. Os annales formaram-se através de três gerações a de Lucien Febvre e Marc Bloch, a de Fernand Braudel e a de Duby, Le Goff e Roy Ladurie, “(...) algumas de suas preocupações básicas permanecem, pois a revista e os indivíduos a ela associados oferecem o mais sistemático exemplo, neste século, de uma interação fecunda entre a história e as ciências sociais” (BURKE, 1997, p.13). Le Goff dá exemplo em muitas de suas obras a despeito da importância dos escritos teológicos para a história, entre elas algumas biografias como a de São Francisco de Assis e a de São Luís, além de obras consagradas como *A Civilização do ocidente medieval*, *O Deus da idade média* e *o Nascimento do purgatório*, entre outras.

Michel de Certeau, em seu livro “A Escrita da História”, apresenta questões importantes a serem analisadas acerca da lida com a teologia na História. “A relação entre história e teologia, inicialmente, é um problema interno da história. Qual é o significado *histórico* de uma doutrina no conjunto de um tempo? Segundo quais critérios compreendê-la? Como explicá-la em função dos termos propostos pelo período estudado?” (CERTEAU, 2002, p.33).

¹⁹ (...) Gadamer trata a consciência histórica como um fenômeno de importante relevância na sociedade contemporânea, permitindo ao homem entender a historicidade do presente e da relatividade de toda opinião. (MARRERA E SOUZA, 2013, p. 1070)

⁴ A revista, que tem hoje mais de sessenta anos, foi fundada para promover uma nova espécie de história e continua, ainda hoje, a encorajar inovações (BURKE, 1997, p.11)



Estas são dicas importantes. No caso de Agostinho, *A Cidade de Deus* representa uma obra apologética ao cristianismo que permite conhecer um período importante de mudanças em várias instâncias no mundo greco-romano. Dentro do contexto da obra, destacam-se alguns aspectos importantes, entre eles, o império sucumbindo, as invasões bárbaras, a acusação pagã de tal desgraça ser culpa dos cristãos, entre outras questões de cunho teológico. Diante da acusação de que o Deus cristão não protegeu o Império e do fato de seus adeptos estarem esmorecidos sem saber como responder tal acusação, Agostinho escreve a *De Civitate Dei*. Para “apresentar uma resposta a semelhante acusação, Agostinho estudou a história e a religião da Roma Antiga, (...) utilizando de tais fontes²¹ Agostinho defendeu a fé cristã contra as acusações pagãs (...)” (LACERDA, 2004, p. 51). A referida obra de Santo Agostinho dá comprovação de que a teologia representa uma ferramenta importante para a História, tendo o historiador a noção de que uma análise livre de julgamentos pessoais deva ser feita, dando espaço para uma boa construção e escrita da História.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

AUGUSTINUS, Santo. **A Cidade de Deus: Contra os pagãos: Parte II** (Livros XI a XXII).

Tradução de Oscar Paes Leme. Petrópolis: Vozes, 2012. (Vozes de bolso, 12).

BROWN, Peter Robert Lamont. **Santo Agostinho: uma biografia**. Tradução de Vera Ribeiro. 10.ed. Rio de Janeiro: Record, 2017.

BURKE, Peter. **A escola dos annales (1929-1989): A revolução francesa da historiografia**. Tradução de Nilo Odalia. São Paulo: UNESP, 1997.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da história**. Tradução de Maria de Lourdes Menezes; revisão técnica de Arno Vogel. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

HAMMAN, Adalbert-Gautier. **Santo Agostinho e seu tempo**. Tradução de Alvaro A. Cunha. São Paulo: Paulinas, 1989.

⁵ Ele escreveu a parte apologética (I.I-X), onde abundam as lembranças da história romana (sobretudo nos livros I-V), tendo sob seus olhos os textos de Tito Lívio, de Florus e de Eutropus, e, no que concerne às instituições, as ‘Antiguidades’ de seu grande informante, o velho Varron. (MARROU, p. 418 apud LACERDA, 2004, p. 51)



LACERDA, Gerson Correia de. **Se Roma perecer, o que se há de salvar? Santo Agostinho e a Queda do Império Romano.** In: Revista Teologia e Sociedade. Vol. 1. São Paulo. 2004.

LOPES, Marcos Antônio. **A constituição da História como ciência: de Ranke a Braudel.** Organização de Julio Bentivoglio, Marcos Antônio Lopes. Petrópolis: Vozes, 2013. 318p

MARRERA, Fernando Milani e SOUZA, Uirys Alves de. **A tipologia da consciência histórica em Rüsen.** in: Revista Latino-Americana de História, Vol. 2, nº. 6 – Agosto de 2013 – Edição Especial, p. 1069-1078.



ESTADO, DE EXCEÇÃO?

SANTOS, Lara de Freitas

SOUZA, Évelin Estêvam

TELLES, Gabriel

Universidade Católica de Petrópolis

SALLES, Denise Mercedes Nunez Nascimento Lopes

Universidade Estadual do Rio de Janeiro

Palavras-chave: Educação. Pobreza. Programa Bolsa Família.

Atualmente, mais de 258 milhões de pessoas vivem como migrantes no mundo inteiro, número que cresce a cada minuto com a intensificação de conflitos, desigualdades econômicas e sociais e crises humanitárias em diversos contextos nacionais e regionais. A globalização, por um lado, facilitou a emigração de milhões de pessoas por motivos econômicos, mas também conduziu os Estados a problemas complexos e novos conflitos. Nesse contexto, ergue-se o sistema internacional de proteção dos Direitos Humanos e os Estados assumem compromissos de promover o respeito a dignidade da pessoa humana dentro e fora dos seus territórios nacionais. Paradoxalmente, no que concerne ao respeito à mobilidade humana e ao acolhimento de migrantes forçados, diversos Estados ainda utilizam critérios discricionários de seleção de migrantes e criminalizam pessoas em função de seus países de origem, cor da pele, grupo político, entre outros.

Agamben, em sua obra *O Estado de Exceção*, faz uma análise histórica dos casos em que governos impetravam ressalvas em alguns casos excepcionais. O filósofo italiano faz uma análise do Direito Romano e segue até as grandes guerras do século XX. Expõe, então, a ideia de Estado de Exceção como uma medida que, em sua origem, deveria ser provisória, mas que acaba sendo usada por governos hoje como uma espécie de técnica permanente, mostrando que isso se intensificou ainda mais a partir dos atentados nos EUA. Sendo assim, muitos Estados começam a tornar ainda mais rígido o tratamento com migrantes sob o argumento de segurança nacional apresentando, como diz o próprio autor, “uma forma legal daquilo que não pode ter forma legal”. Logo, algo que deveria ser excepcional se torna regra.

A partir dos conceitos de soberano utilizados por Carl Schmitt, que diz que “soberano é aquele que decide sobre o estado de exceção”(AGAMBEN, 2004, 11), e de W. Benjamin, que afirma que soberano é, justamente, quem tem que evitar esse estado de exceção (AGAMBEN, 2004, 87), uma vez que precisa manter a ordem e esse Estado só pode ser declarado em casos de desequilíbrio, Agamben faz uma espécie de síntese de



ambos e tira o foco da soberania de um indivíduo, dando a ideia de deflação desse poder, uma vez que o Estado precisa parecer democrático. Mas ao declarar esse estado de exceção cria-se um meio termo entre democracia e totalitarismo. No caso dos migrantes, a partir da afirmação de reforço da segurança nacional, como supracitado, retira-se ou dificulta-se a obtenção de direitos dos mesmos para que fiquem à mercê do Estado tornando a situação destes cada vez mais de submissão.

No direito romano existia a previsão constitucional de haver uma exceção ao comportamento típico do Estado, o *iustitium*. Assim, por meio de um *senatus consultum ultimum*, o Senado Romano solicitava que os cônsules e, em situações extremas, todos os cidadãos, “tomassem qualquer medida considerada necessária para a salvação do Estado” (AGAMBEN, 2004, 67). Nessas situações, diferentemente de uma ditadura, em que há excesso de poder nas mãos do Estado soberano, há um vazio de direito, em que muito é permitido sob o amparo de uma previsão constitucional que necessita, completamente, de uma decisão do próprio Estado.

A análise que se faz a partir disso no caso brasileiro é se, com o decreto 9.199/17, abre-se a possibilidade de se discutir se hoje no país há uma espécie de aplicação de um estado de exceção à luz da definição agambeniana. Ou seja, mesmo com a nova lei de migrações (Lei 13.445/17), que previa um grande avanço no que tange à política de garantia de direitos humanos aos migrantes, o decreto dificulta a acolhida humanitária tornando mais complexa a garantia de direitos de migrantes, vulnerabilizando-os a ações estatais “truculentas”. Como não é de interesse do Estado a facilitação para os migrantes, o mesmo postula crises para abrir precedentes para a aplicabilidade dessa exceção que na realidade é um recurso permanente.

Sob a negação de responsabilidade comum em relação às crises humanitárias e catástrofes ambientais, os Estados Modernos deixam de proteger e garantir direitos aos migrantes forçados, defendendo inadequadamente que assim protegem seus nacionais. Todavia, a retórica e a prática se mostram inadequadas diante de uma perspectiva ética cosmopolita como a defendida através do reconhecimento do direito humano à mobilidade da responsabilidade dos Estados nas atuais crises políticas e processos de exclusão social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

AGAMBEN, Giorgio. **Estado de exceção**. São Paulo: Boitempo, 2004.



PONTEL, Evandro. **Estado de exceção em Giorgio Agamben.** Revista Opinião Filosófica, [S.l.], v. 3, n. 2, fev. 2017.



LUGAR DE MEMÓRIA E A DITADURA MILITAR BRASILEIRA

GOMES, Daniel Machado
Universidade de Coimbra
CICILIO, Tiago da Silva
Universidade Católica de Petrópolis

Palavras-chave: Lugar de memória. Ditadura militar. Casa da morte. Direito à memória.

Com o advento da Constituição Cidadã, a transformação do regime político brasileiro impôs ao Estado o reconhecimento das graves violações aos direitos humanos através de políticas que alcancem e disponibilizem a todos o acesso à toda verdade, respeitando o princípio da transparência e gerando meios de efetivação do direito à memória para a garantia de uma justiça transicional plena. Com isso o direito à memória coletiva torna-se meio essencial para efetivação da cidadania e para a justa proteção da identidade coletiva, indo ao encontro à ambição da civilização moderna em conhecer os fatos sociais e históricos para a construção do espaço público comum.

Valendo-se das contribuições dos historiadores Pierre Nora na obra “*Entre Memória e História: a Problemática dos Lugares*” e Jacques Le Goff, o presente resumo investiga o conceito de memória coletiva e lugares de memória. Serão utilizados preceitos contidos nos instrumentos normativos produzidos pela ONU e em autores contemporâneos para definir e contextualizar os direitos à verdade e a memória coletiva. Por derradeiro, busca-se no Relatório Preliminar de Pesquisa sobre a Casa da Morte de 2014, confeccionado pela Comissão Nacional da Verdade junto a outros documentos, a descrição de um dos lugares mais violentos que a nação brasileira teve no fim dos anos 60’ até quase meados dos anos 70’: a Casa da Morte

Apesar de inúmeras concepções de memória, consideremos, nesse momento, aquela memória que procura salvar o passado para servir ao presente e ao futuro (LE GOFF, 2013, p. 437) e que pode ser definida como aquela de um grupo que está viva e se comporta no hábito. No contexto da atualidade, em um mundo cada vez mais volátil, a preservação obsessiva do passado e do presente em arquivos torna-se uma obrigação. Nesse sentido, o historiador Pierre Nora (1993, p. 15) atribui três causas para o aumento exponencial de produção de arquivo nos últimos tempos: (i) o volume natural que a sociedade moderna produz; (ii) os meios de reprodução e conservação que se sofisticou; (iii) a crescente necessidade/obrigação de acumular dados, que, em última análise, serve



tanto como mecanismo de segurança e estabilidade existenciais, conferindo uma sensação de permanência e durabilidade frente à crescente insegurança sobre nossa identidade na contemporaneidade, como também ferramenta para provar o que aconteceu.

A partir dessa necessidade surgem os lugares de memória que com “unidade significativa, de ordem material ou ideal, que a vontade dos homens ou o trabalho do tempo converteu em elemento simbólico do patrimônio memorial de uma comunidade qualquer” (NORA, 1997, p.34). Estes lugares que são construídos pelo trabalho do tempo e pela vontade de memória - essa determinante para a existência dos lugares de memória –, comportando três aspectos essenciais e indissociável: (i) o material; (ii) o simbólico; e, (iii) o funcional. Sem os quais, mesmo que mínimo ou quase imperceptível, deixa de ser lugar de memória para se transformar em lugar de história.

Na conjuntura da ditadura militar, a proteção jurídica de todas as memórias é possibilitada por dois vieses, inicialmente pela garantia de acesso à verdade, pois deve ser garantido o “direito inalienável de saber a verdade sobre os acontecimentos passados relativos à perpetração de crimes hediondos e sobre as circunstâncias e razões que levaram, através de violações maciças ou sistemáticas, à perpetração desses crimes” (ONU, 2005, tradução nossa).

Doravante o direito à memória é instrumento de importância ímpar à apuração da verdade e à busca pela justiça no que concerne as violações aos direitos humanos e fundamentais de forma que o Estado interaja com a sociedade e dessa relação surjam políticas galgadas na democracia. Assim, o direito de preservar a memória deve ser exercido por meio de medidas apropriadas, sendo dever do Estado a preservação de lugares de memória e de “outras evidências relativas a violações dos direitos humanos e do direito humanitário”, para facilitar o conhecimento dessas violações e para prevenir o desenvolvimento de argumentos revisionistas e negacionistas (ONU, 2005, princípio 3, tradução nossa).

Nesse contexto, como objetivo de “estabelecer uma verdade sobre violações graves a direitos humanos ocorridos em regimes autoritários” (LAFER, 2014, p. 179), impedindo o esquecimento por apagamento de rastros, a Comissão Nacional da Verdade surge para reconhecer, por parte do Estado, os atos cometidos pelos agentes da ditadura. Por intermédio dos seus trabalhos, compilou-se um dossiê completo relatando todos os fatos em seus pormenores, apontando responsáveis, vítimas e crimes lesa-humanidade, além de locais e instituições que foram palco de diversas violações. Em um desses relatórios contém a investigação sobre à “Casa da Morte”.



Um centro clandestino de prisões ilegais, tortura, assassinato e ocultação de cadáveres de presos políticos nos anos de chumbo, localizada na cidade de Petrópolis/RJ. Local que só foi descoberto por meio do depoimento da Inês Etienne Romeu, a única vítima sobrevivente que passou por esse lugar. A contribuição da Comissão com o relatório, além de efetivar o direito à verdade, trazendo luz ao lugar palco das memórias da ditadura, reivindicou políticas que devem ser implementadas para a rememoração do que aconteceu nessa propriedade, a fim de preservar toda memória para a realização da justiça social.

Destarte, a busca pela verdade e o resgate da memória coletiva das violações ocorridas no período ditatorial são fundamentais no processo de efetivação dos direitos humanos e na construção e preservação do espaço público comum, razão pela qual se justificou o trabalho da Comissão Nacional da Verdade. A relação de interdependência entre o direito à verdade e à memória transforma-se em instrumento eficaz para a garantia do direito a ter direitos, porque o sigilo, o esquecimento absoluto e a não implementação de propostas que reparem as ofensas aos direitos humanos são inconcebíveis com a consolidação do Estado Democrático de Direito. Conclui-se, portanto, que o acesso à toda a verdade dos crimes lesa-humanidade cometidos na Casa da Morte somada a políticas de memória são fundamentais para a consolidação da democracia e para a não repetição de tais atrocidades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

LAFER, Celso. **Justiça, História, Memória:** Reflexões sobre a Comissão da Verdade. In: PRADO, Inês Virginia; PIOVISAN, Flávia (Coord). Direitos Humanos Atual. ed 1. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014, p. 175-184.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória.** Trad. Bernardo Leitão [et al.]. Campinas: UNICAMP, 1990.

NORA, Pierre. **Entre memória e história:** a problemática dos lugares. Trad. de Yara Aun Houry. **Projeto História.** São Paulo: PUC-SP. N° 10, p. 12. 1993.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Updated Set of principles for the protection and promotion of human rights through action to combat impunity.** UE, Washington, 2005. Disponível em: <<http://www.derechos.org/nizkor/impu/principles.html>>. Acesso em: 12/2/2019.



RESUMOS DE COMUNICAÇÕES: HISTÓRIA



A I EXPOSIÇÃO NACIONAL DE ARTE ABSTRATA DE 1953 E A HISTÓRIA SUSPensa DE UMA CIDADE

RODRIGUES, Anna Carolina Eckhardt de Medeiros
Universidade Católica de Petrópolis

Palavras-chave: Arte Moderna. I Exposição Nacional de Arte Abstrata. Petrópolis. Cenário cultural. Cidade Imperial.

A presente proposta dá-se a partir de um trabalho monográfico em andamento que tem como título provisório: "A I Exposição Nacional de Arte Abstrata de 1953 e a história suspensa de uma cidade" - requisito para a conclusão do curso de licenciatura em História. Tem como objetivo investigar como o cenário cultural da cidade de Petrópolis, compreendido como conservador, contribuiu para o apagamento da exposição. Sendo a I Exposição Nacional de Arte Abstrata um momento da história da arte de nosso país pouco estudado em âmbito nacional devido a questões políticas envolvendo o eixo Rio - São Paulo no cenário artístico da época, pensar o porquê do apagamento deste evento no cenário petropolitano torna-se uma questão. Considerando Petrópolis uma cidade que tem como discurso a importância de sua história, por que este momento foi apagado? Posta esta questão, o trabalho busca compreender o contexto em que a mostra se deu, a cidade de Petrópolis, e questionar a memória oficial da "Cidade Imperial", ideia desenvolvida pelo historiador petropolitano Paulo Henrique Machado (2015). Segundo o autor é um imaginário saudosista criado a partir do mito fundador da cidade que reforça a ideia de Petrópolis como uma cidade pacata, de povo trabalhador que para cá veio de outros países com o objetivo de fazer desta terra seu lar. Esse imaginário "escolhe" um período, uma identidade para a cidade e isto determina, em certa medida, também o caráter cultural dela. Para além disso, não podemos deixar de observar que este imaginário contribui também para uma história cheia de lacunas, pois se constrói uma preferência por temáticas relacionadas ao período imperial da cidade. Partindo desta compreensão, é possível pensar a I Exposição Nacional de Arte Abstrata dentro deste contexto como uma manifestação de vanguarda na cidade. Segundo historiador da arte Hans Belting (2006), que ao falar sobre as vanguardas modernas as coloca como "(...) o grito de guerra dos refusés (recusados), que romperam com a arte de salão e experimentavam na arte a resistência contra as convenções acadêmicas." (BELTING, 2006, p. 236-7), podemos compreender esta mostra em especial dentro do contexto petropolitano, onde tínhamos como expoente artístico o Salão Koeler, espaço tradicional de pintura na cidade, como



vanguarda. Sendo considerada por Mário Pedrosa, crítico de arte, em crítica publicada no jornal Tribuna da Imprensa no mesmo ano, como uma iniciativa diferente do que estava acontecendo na época, sendo por ele destacado a juventude e o início da carreira de muitos dos artistas presentes como um fator diferencial. Em suas palavras: "ficaram, pois, os organizadores da mostra de Quitandinha com esse mérito de terem sido os iniciadores da experiência, que precisa ser repetida." (1953). Experiência esta que não se deu deslocada do contexto em que aconteceu. Isto é, a mostra mesmo que tenha acontecido no Hotel Quitandinha sob uma justificativa de caráter econômico, como diz Edmundo Jorge (1984), artista e um dos responsáveis pela mostra, em catálogo do projeto do Ciclo de Exposições sobre Arte no Rio de Janeiro (Galeria BANERJ) quando afirma que "o Quitandinha era bastante procurado por artistas, naquela época, em função do seu status de hotel internacional. Nomes bem sucedidos comercialmente, como Barros, o Mulato, aí expuseram." (JORGE, 1984, S.L.) Os artistas abstratos, pelo menos, os responsáveis pela mostra, tinham uma relação com a cidade. Uma delas é a Associação Petropolitana de Belas Artes (A.P.B.A.), que na época da exposição, início dos anos 1950, tinha como presidente o artista visual Antonio Luiz, participante da mostra. Portanto, podemos observar a existência na cidade de um grupo compromissado com o cenário cultural. Em documento solicitando isenção de impostos para a prefeitura define-se como uma "agremiação autônoma de natureza cultural destinada a trabalhar pelo progresso das artes plásticas no Brasil"¹ (1948) e ainda define alguns de seus objetivos como manter um curso de modelo vivo, iniciar um curso de desenho e outro de pintura, patrocinar exposições e conferências e organizar uma biblioteca especializada. Aulas e cursos esses promovidos pela A.P.B.A. que foram frequentados pelos abstratos, como confirma Lygia Pape apud Mattar (2003) ao contar sobre as aulas de um húngaro - nomeado por Edmundo Jorge (1984) como Pedro Holzer - que frequentara com Décio Vieira. A existência da A.P.B.A. não se dá como uma iniciativa isolada, de acordo com Edmundo Jorge (Ibdem), o secretário da prefeitura, Dr. Amil Alves, entusiasmou-se com a ideia da exposição e assim a administração de Cordolino Ambrósio patrocinou a mostra. Afirmando ainda que este governante já tinha mostrado seu interesse cultural, apoiando manifestações artísticas na cidade e entregando a decoração do Salão Nobre do Liceu Municipal a artista Djanira da Motta e Silva. Portanto, podemos perceber que a I Exposição Nacional de Arte Abstrata não aconteceu como um evento deslocado, porém mesmo assim sofreu com o apagamento dentro da história do município.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ASSOCIAÇÃO Petropolitana de Belas Artes. Pedido de isenção a Prefeitura de Petrópolis, 1948. [Acervo pessoal da pesquisadora]

BELTING, Hans. **O fim da história da arte**. São Paulo: Cosac Naify, 2012.

MACHADO, Paulo Henrique. **Pão, terra e liberdade na Cidade Imperial**: a luta antifascista em Petrópolis no ano de 1935. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS, 2015.

MATTAR, Denise. **Lygia Pape** (Coleção Perfis do Rio). Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

JORGE, Edmundo. **I Exposição Nacional de Arte Abstrata**. In: Grupo Frente/1954-1956. I Exposição Nacional de Arte Abstrata, Hotel Quitandinha/1953. Rio de Janeiro: Galeria de Arte BANERJ, 1984. (Ciclo de Exposições sobre Arte no Rio de Janeiro) [Acervo pessoal da pesquisadora]



A LUTA DE HISTORIADORES CONTRA AS LEGITIMAÇÕES HISTORICAMENTE ORIENTADAS NOS DISCURSOS EM REGIMES AUTOCRÁTICOS

COSTA, Camila dos Santos da
CUNHA, João Marcelo
Universidade Católica de Petrópolis

Palavras-chave: Autoritarismo. Política. História. Guerra. Legitimidade

É quase impossível estudar historiografia sem perceber o papel político, que esta desempenhou durante toda a história. Ao longo dos anos, aqueles que praticaram poder político usaram de certo arcabouço teórico historiográfico, para legitimar seus atos, usando o passado como orientação para alcançar a afirmação de suas ações presentes. Isso ocorreu significativamente, a partir da década de 30, quando regimes autoritários chegaram ao poder, após a crise do liberalismo econômico. O fascismo que surgiu na Europa, com Mussolini, eleito primeiro ministro da Itália em 1922, demonstrou em seus discursos (em pronunciamentos oficiais e atos extremos) o tipo de história que era permitida em seu país. Os governos posteriores, tanto de Franco na Espanha, quanto de Hitler na Alemanha, e outros, que também se inspiraram no líder fascista, usaram de táticas parecidas para se manterem firmes no poder. Os países fascistas tinham perdido a convicção no liberalismo, e por isso rejeitavam toda a historiografia que evocasse esse parâmetro, condenavam também o socialismo e todos os historiadores que tivessem alguma ideia atrelada a teoria de Karl Marx, pois viam na União Soviética um inimigo em potencial. A maioria dos países fascistas também foram derrotados, ou ficaram neutros na Primeira Guerra, por isso perderam muito em questão de fatores econômicos e prestígio perante os demais países. Por isso, todo período da Segunda Guerra Mundial foi atrelado a uma guerra da História, na qual a memória que se permitia perpetuar na população, deveria servir para a aprovação de ações arbitrárias promovidas pelos regimes políticos. Com isso, pode-se afirmar a veracidade desse fenômeno na obra *A Escrita da História* (2010) de Jaume Aurell, quando o autor descreve que a partir da década de 30, a História corria como nunca o perigo da manipulação e da subordinação a ações políticas. O regime fascista de Mussolini inaugurou na Europa uma onda de regimes totalitários, governos autocráticos, que, comandavam todas as esferas da vida do ser humano. Não se tinha liberdade política, intelectual: não se podia despertar na multidão um senso crítico que a faria questionar as atitudes governamentais. Esses pensadores importantes para a



História, calados pelo regime, deixaram em seus escritos e em seus exemplos, um legado de luta contra um discurso de cunho histórico que ceifou milhões de vidas. Acima de tudo nesses exemplos se vê, que a História é um instrumento de poder. O caso mais celebre de um pensador marxista que sofreu com a perseguição durante o fascismo na Itália foi o de Antonio Gramsci, este viveu as transformações econômicas e sociais que aconteciam no país de forma tardia em comparação com os outros Estados nacionais devido ao processo de unificação que ocorreu na Itália posteriormente aos demais. Gramsci mudou-se do sul do país para a cidade de Turim durante esse processo de industrialização em busca de emprego e após começar a trabalhar em umas dessas indústrias se envolveu em movimentos sindicais que se preocupavam com as condições de trabalho da época. Após isso, teve contato com as ideias de Karl Marx que despertaram nele o interesse pelo estudo da dominação de uma classe sobre outra. Gramsci começou a publicar textos com suas teorias em jornais destinados a trabalhadores. Como suas ideias iam contra todos os tipos de dominação ideológica, incluindo a dominação do Estado, Mussolini ordenou em 1926 a prisão de Gramsci com o objetivo de repreender qualquer tipo de oposição que ele pudesse fazer ao seu regime totalitário. Gramsci ficaria preso até sua morte em 1937, após isso, o Partido Socialista Italiano publicou todas suas obras escritas durante seu período na prisão com o nome de *Cadernos do Cárcere*. O século XX foi marcado por essa guerra entre discursos historicamente orientados para legitimar governos autoritários, e a favor e contra essa tarefa, historiadores batalhavam para continuarem realizando suas funções. Durante a Guerra Fria, o mundo se bipolarizou, e os historiadores assumiram ou o lado capitalista ou o socialista. Existem provas de historiadores que trabalhavam como consultores servindo este ou aquele sistema na formação de táticas de política externa (FONTANA, 2004). Na Europa, muitos seguindo ao seu ideal socialmente orientado, se aliavam aos partidos socialistas e comunistas, tornando-se verdadeiros inimigos da superpotência norte-americana. Mas quando os historiadores começaram a descobrir as atrocidades cometidas por Stalin, sobre as mortes e os campos de trabalho forçado, o posicionamento da maioria foi denunciar esse regime, justamente por defenderem as pautas sociais. Um exemplo desses historiadores foi E.P. Thompson. Este foi um dos mais célebres e importantes historiadores ingleses do século XX ao lado de outros nomes como Eric Hobsbawm e Christopher Hill. Thompson trabalhou durante toda sua vida lecionando de maneira voluntária dentro de universidades em cursos voltados para trabalhadores (muitas vezes funcionários da própria universidade) pois ele acreditava ser sua obrigação ajudar no processo de formação de consciência de classe mesmo acreditando que esta



apenas se constitui durante o processo de revolução. Thompson também foi durante anos um líder sindical e membro do Partido Comunista Britânico porém em 1956. O historiador, deixa o partido após as primeiras notícias de crimes e perseguições políticas cometidos por Josef Stalin chegarem na Europa. Thompson então se torna um crítico ferrenho do comunismo soviético e outros tipos de governos tiranos, porém Thompson continua acreditando no Marxismo. Durante a década de 1980 se tornou um líder do movimento pacifista antinuclear, liderando manifestações contra instalação de mísseis americanos na Europa durante uma das fases mais tensas da Guerra Fria, levando enormes multidões aos seus comícios. Sendo assim, é possível analisar o papel do discurso histórico na construção de legitimidade política, e o papel social dos historiadores frente a governos autoritários, que tiraram a liberdade da população, disseminando caos e violência. Com isso, observa-se que o historiador possui um forte compromisso para com a população, de usar o conhecimento como um meio de emancipação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- AURELL, Jaume. **A Escrita da História**. São Paulo: Editora Raimundo Lulio, 2010.
- FONTANA, Josep. **A História dos Homens**. Baurú: Editora Edusc, 2004.
- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Edição de Carlos Nelson Coutinho com a colaboração de Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1999-2002.
- MAGNOLI, Demétrio. **História das Guerras**. São Paulo: Editora Contexto, 2006.



PRIMEIRO DE MAIO: ASSOCIATIVISMO E AS LIDERANÇAS OPERÁRIAS NA CIDADE DE MANAUS DA PRIMEIRA REPÚBLICA

CANDIDO, Richard Kennedy Nascimento
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Palavras-chave: Primeiro de Maio. Associativismo. Lideranças operárias. Manaus. Primeira República.

As primeiras organizações de trabalhadores surgidas no Amazonas foram de finais do século XIX, mas foi no início do século XX que essas organizações proliferaram cada vez mais na cidade.²² No final da década de 1910 foram criadas duas das maiores organizações operárias do estado: a União Operária Nacional no Amazonas, em 16 de junho de 1918 e o Centro Operário Amazonense, em 22 de dezembro de 1918. Como destacaram Luís Balkar Pinheiro e Maria Luiza Pinheiro, poucas informações sobre o Centro Operário chegaram aos dias de hoje, exceto por seus estatutos. O maior destaque deste documento, segundo os autores era a definição de seus objetivos e estratégias que ignoravam “termos como greve, luta operária e ação direta, enfatiza a negociação e a prudência. E assume de forma franca o assistencialismo”.²³

No caso da União Operária Amazonense aconteceu diferente. Sobreviveram mais documentos e informações – como o livro de registros da associação - que serviram de fonte para pesquisadores locais²⁴. Segundo os autores, cerca de 1010 trabalhadores foram listados nos livros da associação. Destes, 895 eram nacionais e 115 estrangeiros, entre os nacionais cerca de 319 eram amazonenses,²⁵ o que caracterizava 31,58% da população filiada a União Operária Amazonense. Entre as profissões as que possuíam maiores trabalhadores estavam os caldeireiros (131), os serralheiros (70), os operários (234), os sapateiros (53) e os carpinteiros (49).²⁶

A União Operária Amazonense foi também responsável por uma grande impulsão na difusão de jornais operários. Foi o caso do *Jornal Primeiro de Maio*, publicado em

²² Destacamos apenas as que tinham vieses operários. Ver mais: PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto e PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *Mundos do Trabalho na cidade da borracha: trabalhadores, lideranças, associações e greves operárias em Manaus (1880-1930)*. Jundiá: Paco Editorial, 2017, pág. 122.

²³ PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto e PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. 2017, pág. 194.

²⁴ Vale destacar que atualmente essa documentação foi dada como perdida pelo CEMERJ (Centro de Memória da Justiça do Trabalho da 11ª região do Amazonas). Consideramos uma perda incalculável para a História do Trabalho do Amazonas.

²⁵ Dados extraídos a partir de um olhar rápido sobre a documentação da União Operária Amazonense.

²⁶ PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto e PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. 2017, pág. 196/197.



1928 e foi financiado pela própria União com a ajuda do Sindicato dos Gráficos. Foram dessas duas associações que as lideranças operárias da cidade estavam vinculadas e a partir delas ganharam destaque na cena local.

Ao tratar do Primeiro de Maio, de suas ideias e pensamentos o leitor deve ter se questionado sobre de quem são as vozes a que temos acesso através da imprensa, seja ela operária ou de grande circulação. Podemos afirmar que os líderes operários foram os principais responsáveis por essa massiva divulgação das pautas dos trabalhadores, na “tentativa de acompanhar as manifestações da classe em nível mundial” e não foi atoa que alguns aspectos de caráter nacional e internacional apareceram nas manifestações²⁷.

Contudo, os fluxos de informações trazidos pelos líderes da classe trabalhadora local foram no sentido de enfatizar a universalidade da data a partir dos ideais da Revolução Francesa. A ideia de universalidade, muito difundida pelos militantes, trata, principalmente, das ideias trazidas da Europa para serem difundidas deste lado do Atlântico. Entretanto, os únicos elementos unificadores dessa universalidade caracterizavam-se pela simultaneidade das mobilizações e pela luta pelas oito horas de trabalho. Afinal, como planejado em Paris no ano de 1889, as manifestações do 1º de maio visavam “dar à classe operária consciência de si mesma através da realização de gestos idênticos num amplo espaço e de impressionar a opinião pública”.²⁸

A opinião pública era importante para a compreensão da real dimensão do impacto das exigências da classe trabalhadora unida em torno de seus próprios interesses, como a luta pelas oito horas de trabalho, principal pauta do 1º de maio em âmbito internacional.

A data, que acabou sendo instituída também no Brasil no próprio mês de maio, é um dos fatores de forte demonstração dessa influência, pois já que na Europa este mesmo mês tem grandes conexões com a natureza, onde “ela se enraíza na combatividade habitual do maio operário, mês recordista de greves, e talvez, a mais longo prazo, na tradição de primavera dos maios aldeões” em que “Maio carrega toda uma simbologia que é preciso saber se e como foi levada em conta, a que nível do consciente ou do inconsciente coletivo”.²⁹ Eric Hobsbawm destacou que a “linguagem iconográfica reflete as imagens da primavera, da juventude e do crescimento” exclusivamente para o

²⁷ COSTA, Deusa. Quando viver ameaça a ordem urbana – Trabalhadores de Manaus (1890-1915). Manaus: Editora Valer e FAPEAM, 2014, pág. 178.

²⁸ PERROT, Michelle. Os Excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros. 7ª edição – Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017, pág. 136.

²⁹ PERROT, Michelle, 2017, pág. 134.



hemisfério norte, onde “as flores eram parte importante destas imagens”³⁰. Ainda segundo o autor “era uma celebração de renovação e de esperança em uma estação do ano caracterizada pela renovação e pela esperança”.³¹

Enquanto no hemisfério norte a primavera se inicia, o hemisfério sul está no outono e num período pouco produtivo de flores. Portanto, como mostrou Cláudio Batalha foi impossível fazer “uma ligação direta entre as celebrações da primavera (por razões óbvias) e o 1º de maio”.³² Batalha afirmou também que não havia essa “propalada homogeneidade étnica e idiomática do proletariado nos países europeus” se posicionando contrário a essa ideia³³ que as lideranças locais buscavam mobilizar para criar um ideal de homogeneidade e universalidade em troca de alguma unidade a partir da identidade de classe entre os trabalhadores de origens tão diversas como os do continente Europeu.

Para tanto, iremos caracterizar os atores que utilizavam a cidade de Manaus como palco para pensar as mobilizações em torno da data mais importante do operariado mundial. Seleccionamos quatro líderes operários com grande atuação na cidade de Manaus e que exerceram influências nas mobilizações do Primeiro de Maio na cidade, seja proferindo discursos em prol da data ou na difusão dessas ideias por meio da imprensa. Apresentaremos Joaquim Azpilicueta, Tércio de Miranda, João Cursino da Gama e Joaquim Rocha dos Santos e suas principais ações em torno do Primeiro de Maio.

No segundo momento discutiremos o associativismo em torno de um bloco recreativo ligado a União Operária Amazonense que animava parte da classe trabalhadora local durante o Primeiro de Maio, sob direção de um trabalhador negro chamado Adalgiso Santos. Por falar em imprensa, ela será nosso principal conjunto de fontes, sobretudo nos periódicos como o *Jornal do Comércio* de 1904 a 1930 e o *Primeiro de Maio* de 1928. Utilizaremos outras fontes como os processos crimes e decretos lei do Amazonas para nos auxiliar na construção das relações entre os trabalhadores e também do associativismo na cidade.

³⁰ HOBBSAWM, Eric J. *Mundos do Trabalho: novos estudos sobre a História Operária*. 6ª Edição. São Paulo: Paz e Terra, 2015, pág. 129.

³¹ HOBBSAWM, Eric J, 2015, pág. 130.

³² BATALHA, Cláudia Henrique de Moraes. *Cultura associativa no Rio de Janeiro da Primeira República*. IN.: BATALHA, Cláudio Henrique de Moraes e SILVA, Fernando Teixeira da. *Culturas de classe: identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004, pág. 109.

³³ BATALHA, Cláudio Henrique de Moraes. “Identidade da Classe Operária no Brasil (1880-1920)” IN: *Revista Brasileira de História*. São Paulo. V. 12, n°23/24. Set. 91/agos. 92, pág. 116.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BATALHA, Cláudio Henrique de Moraes. **Identidade da Classe Operária no Brasil (1880-1920)** IN: Revista Brasileira de História. São Paulo. V. 12, n°23/24. Set. 91/agos. 92.

BATALHA, Cláudia Henrique de Moraes. **Cultura associativa no Rio de Janeiro da Primeira República.** IN.: BATALHA, Cláudio Henrique de Moraes e SILVA, Fernando Teixeira da. **Culturas de classe: identidade e diversidade na formação do operariado.** Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004, pág. 109.

COSTA, Deusa. **Quando viver ameaça a ordem urbana – Trabalhadores de Manaus (1890-1915).** Manaus: Editora Valer e FAPEAM, 2014.

HOBSBAWM, Eric J. **Mundos do Trabalho: novos estudos sobre a História Operária.** 6° Edição. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

PERROT, Michelle. **Os Excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros.** 7° edição – Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017.

PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto e PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. **Mundos do Trabalho na cidade da borracha: trabalhadores, lideranças, associações e greves operárias em Manaus (1880-1930).** Jundiaí: Paco Editorial, 2017.



MEMÓRIA, HISTÓRIA E NARRATIVA NO PROCESSO HISTORIOGRÁFICO

GOULART, Pablo Gomes
Universidade Católica de Petrópolis

Palavras-chave: Historiografia. Memória. Narrativa.

Uma das discussões mais presentes nos debates da historiografia atual é o lugar da memória nos estudos históricos, principalmente em análises que tem como eixo central temas que abordam experiências traumáticas como o holocausto e a escravidão por exemplo.

É fato dizermos que esta pauta nunca tenha sido eliminada, efetivamente das reflexões historiográficas, já apresentando debates densos acerca disso, tendo como referências a escola francesa, tendo expoentes como Paul Ricoeur e Pierre Nora, todavia não são poucos estudiosos que refletiram sobre o lugar da memória no interior dos estudos históricos ao longo do tempo.

Com base nisto, será proposto uma alternativa de sintetizar algumas preocupações a partir do questionamento que coloca em evidência e em dúvida como que se dá a relação memória, história e narrativa para os historiadores, principalmente a partir da segunda metade do século XX. Com base no artigo do autor Júlio Bentivoglio denominado de *Paul Ricoeur e o lugar da memória na historiografia*, desde o final da Segunda Guerra Mundial “tem se evidenciado em muitas análises históricas, uma nova ordem de relações estabelecidas entre a história e a memória”.

A partir de 1945, observou-se uma passagem bastante fértil de novas contribuições produzidas pela historiografia europeia, nas quais se identificam afirmativas distintas para explicar tal relação, e conforme tais afirmativas, abordagens e objetivos por diversos historiadores, atribuindo a esta problemática uma variação de posicionamentos e estudos até então nunca experimentada, e é nesse momento que a memória passou a ser questionada em seu estado inicial, justificativa e formas de reprodução.

Com isso, entende-la passou a ser, neste momento da história, uma prática que cabia a muitas disciplinas, pois envolvia diferentes características assumidas pelo homem e pela sociedade, frente às mudanças tecnológicas, aos desdobramentos que guerras mundiais trouxeram consigo; ou seja, com tudo aquilo que permitiu ao homem uma compreensão mais plural de si mesmo e do legado que lhe impunha o passado, coletivo e individual.



Tal diversificação se baseia em demonstrar a urgência no homem contemporâneo de compreender o peso e o trabalho da memória como uma dimensão fundamental da existência, diagnosticada na crescente obsessão pelo reconhecimento e busca da identidade e da diferença a fim de pensar maneiras de assimilar e apreender o outro.

Com isso, um interesse pelas questões do trauma e do ressentimento emergiu nesse contexto, compreendido pela ideia de que, para além das razões, aquilo que costumamos chamar de sentimentos também poderia nos evidenciar uma maneira de ver e de se posicionar no mundo. Neste caminho surgiu uma história pautada nas manifestações do inconsciente, como desejaram historiadores como Peter gay (1989). Mas também, e não em contraponto, uma história caracterizada por uma memória dos sentimentos e uma narrativa de ressentimentos. Tendo no início a segunda guerra mundial como um aspecto decisivo para se pensar a possibilidade de narrativas sobre o passado, produzindo verdadeira cicatriz constituidora da escrita da história contemporânea, mas depois incluindo os estudos sobre a violência da escravidão e seus traumas passados para gerações contemporâneas.

Assim, o “fazer histórico” passou a indicar, de que lugar e de que modo configuravam, respectivamente, para muitos historiadores, um papel de postura e de método, de modo que era necessário entender a escrita da história como uma escrita de si. Necessitava pensar como as experiências individuais e coletivas, localizadas nas memórias e nos lugares de memória realizados mostrava este homem do século XX e do século XXI.

Em suma, estas análises traduziam uma problematização das relações entre memória e narrativa que seriam possíveis nos séculos XX e XXI, com o objetivo de evidenciar que alguns questionamentos dos historiadores pudessem ser compreendidos. O que conferiria sentido à sociedade contemporânea? À Revolução Francesa? À Revolução Russa? Ao Holocausto?, o que nos torna o que somos hoje e como compreender aqueles que viveram e narraram antes de nós? Para alguns historiadores, naquele momento, os marcos mencionados acima eram considerados não apenas como objetos para a narrativa, mas também para reflexão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ARRUTI, J. M. **Quilombo**. In: PINHO, O. (org) **Raça: perspectivas antropológicas**. ABA/ Ed. Unicamp/ EDUFBA.



BENTIVOGLIO, Júlio, DURAN, Maria Renata da Cruz. **Paul Ricoeur:** e o lugar da memória na historiografia contemporânea. Vol. 30, 2013, p. 213-244.

BOSI, Eclea. **O tempo Vivo da Memória:** Ensaio de psicologia. São Paulo: Ateliê.

BURKE, Peter (org). **A escrita da história:** novas perspectivas. São Paulo: Unesp, 1996.

DOSSE, François. **A História à prova do tempo:** da história em migalhas ao resgate do sentido. (trad. Ivone Castilho Benedetti) São Paulo: Edunesp, 2001.

GAY, Peter. **Freud para historiadores.** Campinas, Paz e Terra, 1989.

HOBBSAW, Eric. **Sobre História.** São Paulo: Companhia das letras, 2000.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento.** Campinas: Editora da Unicamp, 2007.



RESUMOS DE COMUNICAÇÕES: EDUCAÇÃO



A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO CRÍTICO-REFLEXIVA DO DOCENTE MÉDICO NO INTERNATO DA GRADUAÇÃO DE MEDICINA

BAISCH, Queiroz Elisama
HORA, Martins Dayse
Universidade Católica de Petrópolis

Palavras-chave: Reflexividade. Educação médica. Formação docente. Ensino superior. Internato.

A formação para a docência médica é assunto bastante discutido na literatura específica, com enfoques variados. A relevância de uma nova discussão encontra-se, pois, na aplicabilidade da reflexão da prática docente na formação do professor. Isso porque o ensino na graduação de Medicina tem sofrido, especialmente nas últimas duas décadas, após a criação do Sistema Único de Saúde (SUS), inúmeras críticas, principalmente quanto à atuação dos médicos recém-formados no sistema de saúde, bem como quanto ao papel desempenhado pelos docentes médicos num novo contexto social. Assim, a questão ou problema da pesquisa é: como docentes médicos podem desenvolver ideias e atitudes crítico-reflexivas em favor da promoção de uma postura investigativa e pró-ativa de seus alunos, durante o Internato da graduação de Medicina? Nesse sentido, o objetivo geral deste trabalho é analisar a formação crítico-reflexiva dos docentes médicos no processo de ensinoaprendizagem do Internato dos cursos de Medicina, detectando a maneira como estes professores refletem a prática de ensino. Os objetivos específicos são: 1. obter referências teóricas e metodológicas acerca do uso da prática de ensino e da experiência médica como subsídios da formação do docente médico; 2. avaliar os achados obtidos por meio de entrevistas realizadas individualmente com os professores, e com os alunos do Internato por meio de grupos focais, sobre a prática docente; 3. investigar o papel da reflexividade na formação do docente médico e no desenvolvimento das habilidades e competências dos alunos egressos na Medicina; 4. identificar as falas dos professores e dos alunos e correlacioná-las com três concepções de processo de ensinoaprendizagem: empirismo, apriorismo e construtivismo. Metodologia: Para o alcance do objetivo geral e dos específicos, foram realizadas visitas de observação não intervencionista aos módulos do Internato de duas faculdades de Medicina privadas do Rio de Janeiro, bem como entrevistas individuais com roteiro semiestruturado com 15 professores do Internato de cada uma das faculdades de Medicina utilizadas como *locus* da pesquisa, totalizando 30 professores avaliados, e entrevistas com os alunos do Internato das duas instituições



médicas dispostos em dois grupos focais, cada um com 10 alunos, totalizando 40 alunos avaliados. Paralelamente, foram analisados o currículo e o projeto pedagógico de curso de cada uma das instituições. Para análise dos dados, foi utilizada uma metodologia qualitativa, com a análise do discurso e, a seguir, a técnica de “triangulação de dados”, procurando articular dados referentes aos depoimentos dos entrevistados, aos documentos curriculares e aos referenciais teórico-conceituais. Resultados: Por meio das entrevistas, observou-se que os professores avaliados refletem sobre sua prática de ensino, mas não de forma estruturada e consciente, não aplicando a reflexividade como ferramenta em sua formação docente. Preocupam-se, somente, com questões técnicas de aula, e não com a formação humanística dos sujeitos. Utilizam as experiências pessoais e de sala de aula para compor sua identidade profissional, além de modelos de outros professores. A possibilidade de uma formação na área de Educação é um dos elementos apontados pelos professores como proposta positiva para uma formação docente mais qualificada e mais reflexiva. A observação não intervencionista mostrou-se bastante rica pois pôde corroborar com a análise do discurso dos professores e alunos. Os docentes não realizam uma reflexão ativa de suas práticas, nem as incitam em seus alunos. As aulas são baseadas em modelos prévios de outros professores e não são construídas com base em uma reflexividade recíproca, entre professor e aluno. Os discentes mostram-se passivos diante do professor, com poucas possibilidades de atuação participativa em aula. Sentem-se inseguros e frustrados em suas concepções de ensino e de aprendizagem. Conclusões: A formação do docente médico ainda está atrelada a experiências pessoais e situações de tentativa e erro, não havendo uma metodologia específica para a sua capacitação como professor. A reflexividade é utilizada de forma superficial e naturalizada e ligada apenas a questões técnicas do processo de ensinoaprendizagem. Assim, o uso da reflexão *no* trabalho e *para* o trabalho carece, ainda, de maiores pesquisas para a sua aplicação na formação docente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ALTET, M. **Formes de résistance des pratiques de formation d’enseignants à la pratique réflexive et conditions de développement de lá réflexivité.** In: ALTET, M. **La formation des enseignants para la réflexivité: obstacles, résistances at atouts.** Paris: p. 37-54, 2014.



- AMARAL, J.L. **Duzentos anos de Ensino Médico no Brasil**. Tese (Doutorado)-Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2007.
- BATISTA, N.A.; BATISTA, S.H. **Docência em Saúde: temas e experiências**. São Paulo: Senac, 2003.
- BATISTA, N.A.; RIBEIRO, E.C.O. **Projeto Cinaem. Docência médica profissionalizada. Relatório de Consultoria**. Rio de Janeiro: Cinaem; 1999. 13 p. (mimeo).
- BORRELL BENTZ, R.M. **La educación médica de postgrado en la Argentina: el desafío de una nueva práctica educativa — OPS — 2005**. Buenos Aires.
- BOTTI, S.H.O. **O papel do preceptor na Formação de Médicos Residentes: um estudo de residências em especialidades clínicas de um hospital de ensino**. Tese (Doutorado)-Escola nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca. Rio de Janeiro, 2009.
- BRASIL. Lei número 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, 14 dez., 1962.
- BRASIL. Lei número 5.540, de 28 de novembro de 1968. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 23 nov., 1968.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.
- BRASIL. Lei n. 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 20 set., p. 18055, 1990.
- BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Resolução CNE/CES n° 4, de 9 de novembro de 2001. **Diário Oficial da União**, Brasília, seção 1, p.38, 2001.
- BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Resolução CNE/CES n. 3, de 23 de junho de 2014. **Diário Oficial da União**, Brasília, seção 1, p.8-11, 2014.
- CAPLAN, S. Using focus group methodology for ergonomic design. **Ergonomics**, v. 33, n. 5, p. 527-33, 1990



- CARVALHO, R.R.P. Avaliação do Ensino Médico em Nova Fase. Disponível em: www.portalmedico.org.br. Visualizado em 12 de jan., 2017.
- CECCIM, R.B.; FEUERWERKER, L.C.M. Mudança na graduação das profissões de saúde sob o eixo da integralidade. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 5, p. 1400-1410, set-out, 2004
- CECCIM, R.B.; FEUERWERKER, L.C.M. **O Quadrilátero da Formação para a Área da Saúde: Ensino, Gestão, Atenção e Controle Social. PHYSIS: Rev. Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 41-65, 2004
- CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. Demografia Médica Vol. 3. Disponível em: <http://portal.cfm.org.br>. Visualizado em 10 de nov., 2017.
- COSTA, N.M.S.C. Docência no ensino médico: Por que é tão difícil mudar? **Revista Brasileira de Educação Médica**, vol.31, n.1, p.21-30, 2007.
- COSTA, N.M.S.C. Formação pedagógica de professores de medicina. **Rev. Latino-Am.Enfermagem**, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 1-7, jan.-fev., 2010.
- CUNHA, A.M.O.; BRITO, T.T.R.; CICILLINI, G.A.. Dormi Aluno (a)... Acordei Professor (a): Interfaces da Formação para o Exercício do Ensino Superior. **Políticas de Educação Superior**, n. 11, p. 1-15, 2004.
- CUNHA, L.A. Autonomia Universitária: Teoria e Prática. Avaliação- Revista da Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior, Campinas, v. 10, n. 1, p. 1-19, mar. 2005.
- CUNHA, M.I.. **O bom professor e sua prática**. São Paulo: Papyrus, 2. ed., 1992.
- DEWEY, J. **Como Pensamos**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1953.
- DEWEY, J. **Democracia e Educação**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1959.
- DUARTE, R. **Pesquisa Qualitativa: Reflexos sobre o Trabalho de Campo**. Cadernos de Pesquisa, n. 115, p. 139-154, mar. 2002.
- DUARTE, R. **Entrevistas em pesquisas qualitativas**. Educar, Curitiba, n. 24, p. 213-225, 2004.
- DUBAR, C.. **A socialização: construção das identidades sociais e profissionais**. Porto: Porto Editora, 1997.
- DUBAR, C.. **A sociologia do trabalho frente à qualificação e à competência**. Educ. Soc., Campinas, v. 19, n. 64, p. 87-103, set. 1999.
- FÁVERO, M.L.A. **A Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968**. Educar, Curitiba, n. 28, p. 17-36, 2006.
- FLEXNER, A. **Universities: American, English, German**. Oxford University Press, 1930.



- FONSECA, M. R. F. **A source guide to the history of medical teaching in Rio de Janeiro (1808-1907).** Hist. Cienc. Saúde -Manguinhos. Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 126-130, mar./jun.1995. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59701995000200009&Ing=en&nrm=iso>. Acesso em: 24 maio de 2016.
- GÓMEZ, A.P. **O Pensamento Prático do Professor:** a Formação do Professor como Profissional Reflexivo. In: NÓVOA, A. **Os professores e sua formação.** Lisboa: Dom Quixote, 1992.
- HADDAD, A.E.; MORITA, M.C.; PIERANTONI, C.R.; BRENELLI, S.L.; PASSARELLA, T.; CAMPOS, F.E. **Formação de Profissionais de Saúde no Brasil:** uma análise no período de 1991 a 2008. Rev. Saúde Pública, São Paulo, v. 44, n. 3, p. 383-393, jun., 2010.
- LAMPERT, J.B. **Tendências de mudança na formação médica no Brasil:** tipologia das escolas. São Paulo: Hucitec/ABEM, 2002.
- MAMEDE, S.; PENAFORTE, J., ORG. **Aprendizagem baseada em problemas:** anatomia de uma nova abordagem educacional. Fortaleza: Hucitec; 2001.
- MERHY, E.E.; ACIOLE, G.G.. **Uma nova escola médica é possível? Aprendendo com a CINAEM as possibilidades de construção de novos paradigmas para a formação em medicina.** Pró-Posições., vol. 14, n. 1(40), p. 53-68, jan./abr., 2003.
- NIDECK, R.L.P.; QUEI ROZ, P.P.. **Perspectivas para o ensino na saúde:** do “apagão educacional” à política de educação permanente. Trab. Educ. Saúde, Rio de Janeiro, v.13, n.1, p. 159-179, jan./abr.2015.
- NÓVOA, A. **Os professores e sua formação.** Lisboa: Dom Quixote, 1992.
- NÓVOA, A. **Formação de professores e profissão docente.** In: NÓVOA, A., org. **Os professores e sua formação.** Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1997. p. 15-33.
- NÓVOA, A. **Para uma formação de professores construída dentro da profissão.** In: NÓVOA, A. (Org.) **Professores: imagens do tempo presente.** Lisboa: Educa, 2009.
- OLIVEIRA, N.A.; MEIRELLES, R.M.S.; CURY, G.C.; ALVES, L.A. **Mudanças Curriculares no Ensino Médico Brasileiro:** Um Debate Crucial no Contexto do Promed. Rev. Bras. Educ. Med., Rio de Janeiro, v. 32, n. 3, p. 333-346, jan.,2008
- PIMENTA, S.G.; ANASTASIOU, L.G.. **Docência no ensino superior.** São Paulo: Cortez, 2002.
- PIMENTA, S.G.; LIMA, M.S.L. **Estágio e Docência.** São Paulo: Cortez, 2012.



- PONTES, A.L.; REGO, S.; SILVA JUNIOR, A.G. Saber e prática docente na transformação do ensino médico. **Revista Brasileira de Educação Médica**, Rio de Janeiro, vol.30, n.2, p. 66-75, janeiro 2006.
- REGO, S. **Educação médica no Brasil no século XX**. Boletim da ABEM, v. XXVIII, n. 2, abr/jun, 2000.
- ROSA, A.R. Entrevista. **Boletim da ABEM**, v. XXIX, n. 1, jan./fev. Rio de Janeiro, 2001.
- SANTOS, B.S.. **Da Ideia de Universidade à Universidade de Ideias**. In: SANTOS, B.S.. **Pela Mão de Alice. O Social e o Político na Pós-Modernidade**. Porto: Edições Afrontamento, 1999, p. 163-201.
- SANTOS, F.M.D. **A Qualificação Profissional e a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde: Considerações sobre o Pró-Saúde e o Pet-Saúde**. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional em Saúde)- Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Fundação Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro, 2016.
- SANTOS, N.R. A luta pela reforma curricular. **Anais do XVIII Congresso Brasileiro de Educação Médica**. Rio de Janeiro, 1980.
- SCHÖN, D. **Educando o Profissional Reflexivo**. Porto Alegre: Artmed, 2000.
- SILVA, R.F.S.; SÁ-CHAVES, I. **Formação reflexiva: representações dos professores acerca do uso de portfólio reflexivo na formação de médicos e enfermeiros**. Interface – Comunic., Saúde, Educ., v. 12, n. 27, p. 721-34, out./dez. 2008.
- SOUZA, R.A.; MARTINELLI, T.A.P. **Considerações Históricas sobre a influência de John Dewey no Pensamento Pedagógico Brasileiro**. Revista HistedBr on-line, Campinas, n.º35, p. 160-172, set.2009.
- TARDIF, M. **Saberes profissionais dos professores e conhecimentos universitários. Elementos para uma epistemologia da prática profissional dos professores e suas consequências em relação à formação para o magistério**. Revista Brasileira de Educação, n.13, p. 5-24, 2000.
- TEIXEIRA, A. **Educação e o mundo moderno**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1997.
- TEIXEIRA, A. **Educação e universidade**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1998.
- TEÓFILO, T.J.S.; SANTOS, N.L.P.; BADUY, R.S. **Apostas de Mudança na Educação Médica: trajetórias de uma escola de medicina**. Interface, Botucatu, vol 21, n. 60, p. 177-88, 2017.
- TRIVIÑOS, A. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: Atlas, 1987.



ZEICHNER, K.M. **Formação Reflexiva de Professores: Ideias e Práticas**. Lisboa: Educa, 1993.

ZEICHNER, K.M. **Uma análise crítica sobre a “reflexão” como conceito estruturante na formação docente**. Educ. Soc., Campinas, vol.29, n. 103, p. 535-554, 2008.



**EDUCAÇÃO EM PAUTA NA CÂMARA MUNICIPAL DE
PETRÓPOLIS– RJ: LOBBY, CORRELAÇÕES DE FORÇAS, NUANCES,
ACOMPANHAMENTO, TENSÕES E POSSIBILIDADES DA FORMULAÇÃO
DE POLÍTICAS PÚBLICAS**

NASCIMENTO, Cristinne Costa do
FELIPE, Fernanda Thomazia do Amaral
OLIVEIRA, Rafael Bastos Costa de
Universidade Católica de Petrópolis

Palavras-chave: Políticas Públicas de educação. Grupos de interesse. Sociedade civil. Plano Municipal de Educação.

Este trabalho é fruto de investigações em andamento do Grupo de Pesquisa em Educação, Estado, Sociedade Civil e Participação Política (GPESP).

Em 2018.2 o grupo foi contemplado com uma bolsa de Iniciação Científica, cujo projeto dá título a este resumo.

Tem por objetivo acompanhar os Projetos de Lei, Leis, debates e reuniões sobre os principais temas relacionados à educação, apresentados na Câmara Municipal de Petrópolis e, observar os desdobramentos do Plano Municipal de Educação de Petrópolis (Lei Nº: 7334/2015). Outra finalidade é contribuir para a formação de novos pesquisadores dentro da temática de políticas públicas educacionais.

O respectivo projeto está contido na pesquisa “guarda-chuva” Sociedade Civil e participação social nas políticas públicas de educação em Petrópolis e região metropolitana, que conta com a parceria da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

As pesquisas desenvolvidas até então pelo GPESP se inserem no campo de estudos qualitativos (em especial de metodologias etnográficas e sociológicas) sobre algumas experiências de participação da sociedade civil, do município de Petrópolis e região metropolitana do Rio de Janeiro, na construção de políticas públicas de educação e na gestão democrática da escola. Que, de modo geral, objetiva acompanhar uma das políticas mais importantes da área da educação no município, que é o PME. Entendendo que a Câmara Municipal é um espaço central na elaboração das políticas públicas, captar por meio de investigações no campo das ciências sociais, os processos de elaboração da política é algo significativo para entender às tendências e as possibilidades da educação municipal.

A análise contempla a participação social em diversas esferas deste campo das políticas públicas, a saber: no espaço da gestão escolar, nos conselhos sociais (tanto da



escola, quanto no conselho municipal de educação, assim como nas conferências de educação) e em movimentos sociais. Dessa forma, são consideradas, principalmente, as categorias: participação social, democracia, juventude, ideologia, intelectual orgânico, organização política, projeto de educação, gestão democrática da educação, financiamento da educação e projeto de país.

No primeiro momento da pesquisa, no ano de 2016, nos deparamos com a experiência mais radicalizada de participação social, que é a democracia direta (SARTORI,1994), quando estudantes secundaristas ocuparam suas respectivas escolas em várias regiões do país. No Rio de Janeiro, acompanhamos de perto as experiências da capital fluminense, da baixada e região serrana. Estudamos este fenômeno, sistematizamos as principais características e investigamos as nuances deste processo. Em linhas gerais, os discentes revelam uma grande insatisfação com os rumos atuais da educação, criticam o sistema político representativo atual e ponderam sobre pautas latentes da juventude (uma das mais fortes é a questão de gênero). Em contrapartida, o poder público se demonstra bastante inábil para lidar com estes aspectos da sociabilidade política contemporânea.

O debate teórico traçado nesta pesquisa está voltado para o entendimento dos chamados Novos Movimentos Sociais (GOHN, 2017), suas especificidades, tensões e perspectivas de mobilização para uma agenda futura.

Até o presente momento, as investigações do projeto Educação em pauta na Câmara Municipal de Petrópolis– RJ: *lobby*, correlações de forças, nuances, acompanhamento, tensões e possibilidades da formulação de políticas públicas resultaram em: idas à campo nas reuniões do Conselho Municipal de Educação de Petrópolis (COMED); assim como nas reuniões do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - CMACS – FUNDEB; participação nas reuniões preparativas para a Conferência Nacional de Educação (CONAE) 2018, nas etapas estadual e municipal de Petrópolis; participação nas reuniões do Grupo de Trabalho Temático de atualização do Plano Municipal de Educação de Petrópolis; Participação na Conferência Municipal de Educação de Petrópolis (2018); sistematização das atas das reuniões do COMED e do CMACS – FUNDEB, do ano de 2018 até os dias atuais. Foi feita também uma entrevista com um dos vereadores ligados a bancada de educação em Petrópolis. Também está sendo feito um diagnóstico e uma sistematização do trato das Políticas Públicas de Educação na Câmara Municipal de Petrópolis no ano de 2018 e 2019 (até o presente momento).



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

CAMPOS, Antonia; MEDEIROS, Jonas; RIBEIRO, Marcio. Escolas de Luta. Coleção Baderna. São Paulo, Veneta. 2016.

KUSCHNIR, Karina. Eleições e representação no Rio de Janeiro. Relume Dumará: UFRJ, Núcleo de Antropologia da Política. 1999.

SOUZA, Celina. Estado da Arte da Pesquisa em Políticas Públicas. In: ARRETCHE, Marta et al. Políticas públicas no Brasil. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2007.



A DISPONIBILIDADE DOCENTE: EM BUSCA DE UMA RELAÇÃO HORIZONTAL NA SALA DE AULA

GAVIOLE, Leonardo de A.
Universidade Católica de Petrópolis

Palavras-chave: Professor. Docente. Pedagogia. Aluno. Palhaço.

A pedagogia tradicional doutrinou por décadas um regime de controle sobre os alunos no ambiente escolar. Controle, obediência, disciplina, punição, domínio, vigilância, entre outras, fundamentaram a relação entre escola x aluno. A busca por uma pedagogia inovadora projeta uma relação entre docentes e educando pensada de forma mais horizontal capaz de potencializar o aprendizado em um ambiente agradável e livre da repressão.

O professor é um indivíduo que em primeira instância se encontra em situação de vulnerabilidade. Imagine uma turma nova de 9º ano do ensino fundamental. O professor vai começar a ministrar qualquer disciplina na classe que têm em média 20 a 30 alunos. O docente não conhece e nunca se relacionou com nenhum deles. Provavelmente esses alunos já se conhecem e já determinaram relações entre si. O professor é minoria e está vulnerável nesse ambiente. Claro que sua posição hierárquica determina uma autoridade no local, aonde os alunos devem obedecer suas ordens. Mas essa pesquisa busca uma reflexão para minimizar essa relação de poder e estabelecer uma relação de cumplicidade. O professor exemplificado acima têm duas opções para começar uma relação com essa turma: relação vertical, onde o poder é norteador da relação autoritária, ou relação horizontal, onde a cumplicidade melhora a comunicação e cria uma atmosfera favorável à construção do conhecimento. A disponibilidade para a relação abre portas até então inviáveis numa relação ditatorial de cima para baixo. Olhar nos olhos do aluno e se mostrar mais humano, mais sensível e disponível para suas indagações, desconstrói todo um arquétipo atribuído ao professor. Quando falo de se mostrar humano é demonstrar interesse no que o aluno tem para falar e não apenas se colocar como uma enciclopédia humana transmissora de informação. É estar presente no momento presente e viver cada aula como uma única oportunidade de aprender. Essa proposta de relação de cumplicidade não significa que a liberdade total deva ser estabelecida pois o controle deve ser mantido. A palavra controle também vai de contra uma proposta horizontal, mas pode ser necessária para evitar o caos.



Em que poderia contribuir a linguagem teatral do palhaço para a prática docente? O palhaço é vulnerável em vários aspectos, sua origem antropológica é pobre e marginalizada. Mas ao contrário de qualquer outro indivíduo ele se aceita, revela seu humano e mostra sua identidade sem preocupações de julgamentos. O palhaço está sempre disponível, sua ação existe no encontro, na relação com o outro. Sua sensibilidade é aumentada numa perspectiva focal capaz de enxergar o outro e ser enxergado pelo mesmo. Esse olhar cria uma empatia que conquista as pessoas e transcende os bloqueios afetivos que intoxicam a nossa sociedade. Além de sua alegria e um novo olhar para o mundo por intermédio da graça³⁴, o palhaço tem a contribuir com a prática do professor nessa conquista da empatia dos alunos e na construção de uma relação horizontal de cumplicidade. A metodologia usada na pesquisa será oferecer um curso de extensão para professores com foco na palhaçaria, buscando formar um olhar mais sensível dos docentes por intermédio do olhar do palhaço. Serão realizadas entrevistas com professores que adotam uma pedagogia inovadora e também com outros que atuam na linha mais tradicional. Buscaremos intitular práticas e estratégias de relacionamentos que funcionam positivamente na construção de uma docência mais horizontal.

Os resultados e conclusões serão relatados após o término da coleta de informações no curso de extensão e nas entrevistas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovitch. **A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais** / Mikhail Bakhtin; tradução de Yara Frateschi Vieira – São Paulo: HUCITEC; [Brasília]: Editora da Universidade de Brasília, 1987.

³⁴ Graça de Engraçado. Também a capacidade de ver o lado positivo nas situações cotidianas.



O ENSINO DE NOSSO TEMPO: O PROBLEMA DE NÃO PODER ENGOLIR O CHICLETE!

MARIANO, Letícia Schmid
FERNANDES, Wendel Jorge Rocha
Universidade Católica de Petrópolis

Palavras-chave: Tecnologia. Filosofia. Educação. Inclusão. Didática.

Ao integrar a tecnologia a educação esquecemos de incluir o aluno. Antes de decidirmos usar o celular para ler um texto em sala de aula, o aluno já usufrui desse “recurso” para seu entretenimento com jogos, vídeos, e interações muito diferentes do modo como pretendemos utilizar esse meio eletrônico. É como se uma criança fosse mascar um chiclete pela primeira vez e nós tivéssemos a incumbência de dizer: - “Eu vou te dar essa chiclete, mas você não pode engolir!”; ou seja, nesses dois casos damos algo novo e diferente, mas nós determinamos como deve ser usado ao invés de deixarmos esse uso ser mais autônomo.

A tecnologia é neutra, diria Heidegger, o que fazemos dela é que pode ser bom ou ruim. Incluir novos meios de aprendizagem na escola é fundamental, o problema é não haver um ensino do uso dessas ferramentas que possam mostrar-las como possibilidade. A ideia é que não entregue a tecnologia sem entregar conjuntamente a técnica, desse modo, o controle dessa disponibilidade traria o equilíbrio proposto. O incentivo é que cada vez mais se “use” tecnologias, ou seja, que crie formas de desvelamento de verdades sem impedir outras formas de desvelamento; o que é diferente da “exploração” que faz com que as coisas sigam para um único fim impedindo outras formas de conhecimento possíveis.

A tecnologia não pode ser mera solução para problemas educacionais nem a criação de novos problemas. Talvez a criação de novas matérias escolares como: vida computacional, programação, entre outras, possa ser uma melhor adesão desse novo intruso do século XXI que entra na escola. Em particular, tecnologias como ferramentas tendem a ser apresentadas em contraposição a caricaturas empobrecidas e, com frequência, desvinculadas da realidade dos processos educacionais (FERREIRA, LEMGRUBER, 2018, pg.13). Em todo caso, o ser humano já está subordinado a tecnologia e a introdução do aluno nesse meio deveria ser responsabilidade de toda a sociedade. Mesmo não sendo tão claro, os chamados “nativos digitais” - nascidos depois dos anos 2000 - têm muita facilidade em manipular esses aparelhos digitais, mas possuem



grande dificuldade de interpretar o significado de suas ações nesses lugares. O “curtir” e “compartilhar” em uma plataforma de multimídia e de opiniões já não é só para mostrar suas preferências, e sim, uma forma de indicar suas próprias opiniões, seu apoio, dentre outras coisas que um jovem talvez não tenha a capacidade de interpretar sozinho. A frase: “Vamos tirar uma foto” acabou! Essa ideia de extrair uma imagem de algum momento para depois recordar já não existe, nossa geração não tira foto, ela põe fotos. Independente do momento, do lugar e das condições, que antes queríamos lembrar, o que se tem hoje são diários eletrônicos onde acumulamos e compartilhamos milhões de imagens nossas que são só mais um dado da nossa vida o que já não é mais um momento presente que queremos eternizar.

Esse é o novo aluno, pessoas que não são famosas (ou até podem ser), mas que já são pessoas públicas com uma vida que acontece, não só no tempo presente, no mundo virtual-digital. O que faz o momento da sala de aula ser fragmentado por essas múltiplas experiências, faz também com que a tecnologia tenha uma entrada sem muito controle. Nesse contexto, o aluno tem um excesso de informações sem nenhuma troca de experiências reais.

“Cada manhã que recebemos notícias do mundo todo. E, no entanto, somos pobres em histórias surpreendentes. A razão é que os fatos já nos chegam acompanhados de explicações. Em outras palavras: quase nada está a serviço da narrativa, e quase tudo está a serviço da informação.” (BENJAMIN, 1996, pg. 197-221).

O educador, proposto por Walter Benjamin, é o que assume o papel de Narrador que não centraliza as aulas em entrega de informações, ao invés, desenvolve com o aluno: experiências e a produção de entendimento e conhecimento no meio de tantos conteúdos disponíveis.

A pergunta é: de que modo podemos utilizar esses recursos para aprimorar o fazer docente e tornar a tecnologia algo mais didático? Desde o princípio a filosofia criou uma tradição de fazer com que o conhecimento ultrapassasse as gerações, no entanto hoje temos enfrentado um paradigma diferente: o de como se apropriar do conhecimento tecno-científico para criar uma educação que seja mais libertadora e de acesso para todos.

Ao invés de simplesmente reforçar aquilo que já é conhecido, talvez seja possível explorar a tecnologia de modo que o exercício de aprender seja mais dinâmico e prazeroso para os jovens que vivem inseridos nesse espaço virtual. No entanto, quanto mais complexo o conteúdo, mais difícil é sua adaptação pois deixam de ser acessíveis, muitas vezes se limitando apenas ao meio acadêmico, ou seja, a tecnologia pode cumprir um



papel educativo a partir do momento que não a aceitamos como uma mera condição mas como algo que faça-nos agir sobre uma ferramenta de uso, que segundo Heidegger, permite que novas formas de conhecimento surjam. O audiovisual é um exemplo de como essa intervenção pode ser fértil, já que é um campo cujo potencial tem se mostrado extremamente valioso como um modo de ilustrar os conteúdos didáticos. Estimular o contato e até mesmo a criação de produções cinematográficas é um jeito de auxiliar os jovens em sua apreensão e até mesmo de desenvolverem um senso crítico mais refinado, que se faz cada vez mais necessário dentro do contexto em que vivemos, especialmente pela distorção de informações nas redes sociais. Por isso, a proposta de promover um uso mais consciente e criativo das tecnologias é essencial para que se transforme o cenário pedagógico.

As artes visuais, audiovisual, e o cinema dentre outras produções artísticas despertam-nos para um senso crítico e para a quebra de um vício do olhar. Os recursos tecnológicos audiovisuais além de emprestar uma memória que não poderíamos ter ou sonhos com o futuro que estão muito distantes do que poderemos viver, é o que vemos em filmes, também é um grande canal para a interpretação de símbolos e ressignificação ou origem de conceitos através de imagens que não poderíamos presenciar.

A filosofia lida hoje em dia com questões problemáticas sobre a tecnologia e diversas tentativas de matá-la por cientistas que no avançar do conhecimento tecnológico pretendem superar perguntas feitas por toda a história da filosofia. No que pode parecer uma crise para a filosofia é, na verdade, o lugar onde ela se reinventa. A inteligência artificial e a replicação do ser humano poderia carregar consigo a morte da filosofia, mas nossa busca pelo conhecimento e nosso flerte com a verdade coloca em jogo a filosofia o lugar de conciliadora das ciências e para que a pense como parte da formação humana, “Acredito que uma das melhores formas de reabilitar a filosofia é rir dela, ou seja, salpicar seu discurso enfadonho com anedotas”(TEIXEIRA, 2016, pq.13). É claro que não devemos forçar o professor de filosofia a ser engraçado em suas aulas, mas redescobrir formas mais livres de ensino pode modificar a relação do aluno com a matéria.

Assim, nos apoiando em alguns autores contemporâneos para estabelecer um diálogo entre a filosofia, educação e tecnologia com o objetivo de debater o que é possível extrair dessa relação e como podemos ressignificar o uso das atuais ferramentas tecnológicas disponíveis. Em uma educação que assim como proposta a filosofia: devemos rir dela e de preferência com ela; em uma ligação com a tecnologia: a competência técnica para o lidar harmônico com a inclusão digitais. Assim, tudo bem



dizer a criança que ela não pode engolir o chiclete, mas desta vez temos a tranquilidade de saber que essa criança, por buscar outras possibilidades, vai pôr fora o chiclete quando for conveniente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

HEIDEGGER, Martin. **Ensaaios e Conferências** (Vorträge und Aufsätze); Tradução: LEÃO, Emmanuel Carneiro; FOGEL, Gilvan; SCHUBACK, Marcia Sá Cavalcante. 8 ed. Petrópolis: Editora Vozes

TEIXEIRA, João de Fernandes. **Por que Estudar Filosofia?** São Paulo: Ed. Paulos, 1ª ed. 2016.

BENJAMIM, Walter. **O Narrador** – Obras Escolhidas. São Paulo, 1996.

Ferreira, G. M. S., & Lemgruber, M. S. (2018). **Tecnologias educacionais como ferramentas:** Considerações críticas acerca de uma metáfora fundamental. *Arquivos Analíticos de Políticas Educativas*, 26(112). <http://dx.doi.org/10.14507/epaa.26.3864>. Este artigo faz parte do dossiê especial, Edtech e Políticas de Formação Humana, editada por Lílian do Valle, Daniel Mill e Aldo Victorio Filho.



OS DESAFIOS DO PROCESSO DE INCLUSÃO DA CRIANÇA AUTISTA COM SELETIVIDADE ALIMENTAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UM OLHAR DA ESCOLA E DA FAMÍLIA

SCHAEFER, Juliana Gouvea
Universidade Católica de Petrópolis

Palavras-chave: TEA. Autismo. Diferença. Inclusão escolar. Seletividade alimentar.

Trata-se de uma pesquisa de mestrado em andamento que tem como objeto a inclusão da criança autista com seletividade alimentar na Educação Infantil no município de Petrópolis. Tem como objetivo geral levantar as dificuldades encontradas pela escola e pela família no processo de inclusão escolar de crianças autistas com seletividade alimentar na faixa etária de 4 e 5 anos. O estudo se justifica quando pesquisas estatísticas demonstram que o diagnóstico do TEA (Transtorno do Espectro Autista) vem aumentando. Segundo dados do CDC (Center of Diseases Control and Prevention), órgão ligado ao governo dos Estados Unidos, existe hoje um caso de autismo a cada 110 pessoas, dessa forma, estima-se que o Brasil, com seus 200 milhões de habitantes, possua cerca de 2 milhões de autistas. A seletividade alimentar é definida como consumo muito restrito e limitado de alimentos tornando-se segundo Carreiro (2018), um gatilho importante para o surgimento de um ciclo de doenças inflamatórias repetitivas piorando ainda mais os sintomas neurocomportamentais (déficit de atenção, hiperatividade e outros) sendo um componente para dificultar ainda mais o processo da inclusão. Concomitantemente o movimento de inclusão escolar, conquista que vem se efetivando após a Declaração de Salamanca (1994), efetivou-se que:

Todas as escolas deveriam acomodar todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Devem incluir crianças deficientes ou superdotadas, crianças de origem remota ou de população nômade, crianças pertencentes a minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos em desvantagem ou marginalizadas (BRASIL, 1997, p. 03).

No Brasil, com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDBEN nº 9394/96 que define o atendimento de alunos com deficiência deve ser especializado e



preferencialmente na rede regular de ensino. Diante disso, a pergunta deste estudo é: a seletividade alimentar de uma criança autista pode ser um obstáculo para a sua inclusão escolar? Em termos teórico-metodológicos recorre-se a autores como Carreiro (2018) na compreensão da seletividade alimentar, Mello (2007) na complexidade da integração sensorial, Mantoan (2003) para a discussão acerca da escola inclusiva; Skliar (2003) e Freire (2004) na compreensão da diferença e da escola como espaço público de acesso a todos. A Metodologia deste estudo privilegia uma abordagem qualitativa e exploratória por entender ser a mais apropriada para investigar e compreender as necessidades de uma criança com seletividade alimentar e a relação entre a família e a escola no processo de inclusão/adaptação escolar. André (2013), entende que “as abordagens qualitativas de pesquisa se fundamentam numa perspectiva que concede o conhecimento como um processo socialmente construído pelos sujeitos nas suas interações cotidianas, enquanto atuam na realidade, transformando-a e sendo por ela transformados. Assim, o mundo do sujeito, os significados que atribui às suas experiências cotidianas, sua linguagem, suas produções culturais e suas formas de interações sociais constituem os núcleos centrais de preocupação dos pesquisadores”. Tendo como pressuposto metodológico o paradigma indiciário (GINZBURG, 2012) selecionamos como instrumentos necessários para levantarmos indícios e sinais para a produção das evidências relatos extraídos de rodas de conversas com as famílias e entrevistas com representantes da instituição escolar (professores, diretores ou coordenadores). Como primeira etapa da pesquisa, será realizado um levantamento na base de dados do GAAPE (Grupo Amigos do Autista de Petrópolis), das crianças autistas matriculadas na Educação Infantil – pré-escola, da rede pública e privada de Petrópolis com seletividade alimentar, intencionando selecionar os sujeitos da pesquisa. Por se tratar de uma pesquisa recém-iniciada não há ainda resultados para divulgação, bem como conclusões.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ANDRÉ, Marli. **O que é um estudo de caso qualitativo em Educação?** Revista da FAEEBA – Educação e Contemporaneidade, Salvador, v.22, n. 40, p. 95-103, jul/dez. 2013.

CARREIRO, Denise Madi. **Abordagem nutricional na prevenção e tratamento do autismo.** 1ª edição - São Paulo, SP, 2018.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: Recomendações para a construção de uma escola



inclusiva/ Coordenação geral: SEESP/MEC; organização: Maria Salete Fábio Aranha - Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2003.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas e sinais**. São Paulo: cia das Letras, 2012.

JUNIOR, Francisco Varder Braga. **Atendimento educacional especializado para o estudante com transtorno do espectro autista**. Mossoró: EDUFERSA, 2018.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão Escolar: O que é? Por que? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MELLO, A.M.S.R. de. **Autismo: guia prático**. 6ª edição. São Paulo: AMA; Brasília: CORDE, 2007.

SKLIAR, Carlos. **A Pedagogia (Improvável) da Diferença** – e se o outro não estivesse aí? Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

STILPEN, Marcela Vieira. **Transtorno do Espectro do Autismo**. São Paulo: Phonics Editora, 2017.



**A FORMAÇÃO INICIAL DOS PROFESSORES GENERALISTAS X
EDUCAÇÃO FÍSICA NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL NA
REDE MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS/RJ – REALIDADE A PARTIR
DO CONCURSO PÚBLICO 2015**

SILVA, Gustavo Arantes e
Universidade Católica de Petrópolis

Palavras-chave: Docente. Generalista. Educação Física. Formação. Duque de Caxias.

Ao longo da sua história, a Educação Física obteve enormes conquistas que consolidou sua importância no cenário escolar brasileiro de modo geral e, em especial nos anos iniciais do ensino fundamental. O corolário veio com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9394/96), sobretudo com sua modificação por meio da Lei nº 10.328 em 2001, que ratifica a Educação Física como componente curricular obrigatório da educação básica (LDB, art. 26, § 3º). No entanto, a questão da formação inicial do professor para atuar nos anos iniciais do ensino fundamental com esses conhecimentos não é abordada no referido documento, deixando uma lacuna que permite interpretações variadas, uma vez que nestas fases da Educação Básica é admitido como formação mínima para o exercício do magistério o curso de formação de professores em nível médio (Art. 62). O dilema, então, encontra-se entre o professor generalista, com formação adquirida nos Cursos Normais de formação de professores ou nos Cursos de Licenciatura em Pedagogia e o professor especialista, graduado nos Cursos Superior de Licenciatura em Educação Física. Embora exista documento oficial que oriente neste mote, o Parecer do Conselho Nacional de Educação nº 16/2001, em que é abordada a obrigatoriedade da Educação Física como componente curricular da Educação Básica, discutindo e sugerindo que o professor generalista fosse o responsável por desenvolver tal prática na educação infantil e nos quatro primeiros anos do Ensino Fundamental, esta questão está longe de ser pacificada. É possível encontrarmos interpretações ambíguas da LDB 9394/96 em seus artigos relativos a Educação Física e a formação necessária para atuar na Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental, sobre tudo nas redes públicas de ensino. Em particular, o Município de Duque de Caxias apresenta um entendimento indefinido da questão, evidenciado pela diversidade de situações que coexistente nesta rede. É possível encontrar unidades escolares desta rede de ensino onde as turmas de Educação Infantil e/ou de anos iniciais do Ensino Fundamental sejam atendidas por professores especialistas na docência dos conhecimentos da Educação



Física; em outras, são os professores generalistas os responsáveis em ministrar aulas/atividades de Educação Física; existe, ainda, escolas onde as duas situações convivem. Nessa perspectiva, a qualidade da formação inicial do docente generalista concernente aos conhecimentos da Educação Física faz-se urgente e justifica a presente pesquisa que tem como objetivo analisar a formação inicial dos professores admitidos no concurso realizado pela Prefeitura Municipal de Duque de Caxias no ano de 2015 e que estejam lecionando em turmas dos cinco primeiros anos do ensino fundamental com a atribuição de desenvolver os conhecimentos da Educação Física com seus discentes. Utilizaremos Tardiff (2002) e Morgado (2011) como referencial teórico ao tratar da formação e do trabalho docente. Como metodologia, pretendemos analisar as Diretrizes Curriculares dos cursos formadores dos profissionais participantes da pesquisa e, do mesmo modo, sopesar as ementas das possíveis disciplinas que abordem a formação desses professores para sua futura prática profissional. A pesquisa encontra-se em fase inicial.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BRASIL, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** (Lei nº 9.394/96). Brasília, 1996. Disponível na Internet: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm> Visitado em 20 de abril de 2008.

_____. **Parâmetros curriculares nacionais**. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.

_____. **Parecer do Conselho Nacional de Educação** (CNE/CEB 16/2001). Brasília, 2001. Disponível na Internet: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pceb16_01.pdf> Visitado em 25 de maio de 2008.

CASTELLANI Filho, Lino. **Educação Física no Brasil: A história que não se conta**. São Paulo: Papyrus 1988.

DEMO, Pedro. **A nova LDB: ranços e avanços**. 19ª ed. Campinas: Papyrus, 2006.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis: Vozes, 2002



O PAPEL DO PSICÓLOGO NO EMPODERAMENTO DE MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA: UM ESTUDO NO CRAM PETRÓPOLIS

ROZÁRIO, Nairana da Silva Lima do
Universidade Católica de Petrópolis

Palavras-chave: Psicólogo. CRAM. Políticas públicas.

O objetivo do presente trabalho foi compreender o papel do psicólogo para o enfrentamento e empoderamento das mulheres que sofrem violência, buscando compreender esse trabalho em aparelhos governamentais destinado a auxiliar às mulheres nessa situação. Investigando também a relação de saúde mental e violência contra a mulher procurando compreender como isso atinge e afeta às vítimas.

Em frente aos grandes números de mulheres vítimas de violência na nossa cidade e país, detectou - se a violência contra a mulher um tema de estudo bem relevante, procurando compreender qual o papel do psicólogo nesse campo e quais as formas de auxílio ele pode recorrer para atender as vítimas que procuram ajuda em locais que tem a função de auxiliá-las. Chegando assim a falar das políticas públicas de auxílio às mulheres vítimas de agressão, que tornaram - se um veículo principal na luta para a erradicação da violência de gênero no país.

Diante de grande interesse sobre o tema violência contra a mulher e a forma como tem se tornado uma ação frequente na sociedade, mesmo com medidas e aparelhos governamentais para evitá-lo, achei de grande relevância buscar entender qual o papel do psicólogo no empoderamento e enfrentamento das mulheres que sofrem violência, seja ela psicológica, doméstica, física ou outras. E como os psicólogos agem nesses aparelhos governamentais que tem a função de auxiliar as mulheres.

Como objetivo geral seria entender como os psicólogos agem no empoderamento das mulheres nos aparelhos governamentais (CRAM- Petrópolis) que tem a função de enfrentamento da violência.

O trabalho teve como objetivos conceitualizar as diversas formas de violência que a mulher pode sofrer e quais são as principais formas de agressão e como atingem as mulheres, retratar o que é empoderamento feminino e a importância para as mulheres que sofrem de violência, assim como ele auxilia às vítimas a enfrentar a violência, elucidar as políticas públicas e sua real efetivação na luta da violência contra mulheres e estabelecer correlação entre violência contra mulher e saúde mental, focando na hipótese de que às agressões podem trazer consequências físicas e psicológicas a saúde das vítimas.



O desenvolvimento do presente estudo buscou uma análise de como a violência contra a mulher afeta a saúde física e psicológica, quais estratégias o psicólogo pode utilizar para o auxílio delas e como o empoderamento das mulheres às assegurá-las na hora do enfrentamento da violência. Através da pesquisa buscou - se colher mais dados explicativos para uma melhor abordagem do tema, escolhendo trabalhar com um grupo de mulheres e entrevistá-las para conclusão da pesquisa.

Com os resultados da pesquisa pode se compreender que a violência é uma questão extremamente prejudicial a saúde das mulheres, como corrobora a pesquisa e o conteúdo bibliográfico. Onde mostrou - se que a violência afeta tanto a saúde mental como a física levando às mulheres a peregrinar no sistema de saúde durante longos anos sem a resolução principal do problema.

Concluindo que o papel do psicólogo se torna fundamental em relação à ações de saúde que integrem não só a busca de um viés focado na saúde mental, mas também no fortalecimento da política pública, acolhimento, garantia de um reassseguramento social e de direitos, isso tudo influenciando em um processo terapêutico com a perspectiva de empoderar as mulheres que procuram auxílio no CRAM contra a agressão sofrida.

Ficando notável a importância do psicólogo nesse novo campo, o de políticas públicas, que ainda não tem sido tão explorado pelos os profissionais da área. Mostrando que a psicologia deve ser exercida não somente como uma prática clínica mas também uma prática que busca a construção social e o empoderamento do sujeito, batalhando pela melhoria social de todos que se encontram em situação de vulnerabilidade social, seja por violência ou outras formas de opressão.

Como se observou o CRAM tem sido um espaço de melhoria de vida para às mulheres que o frequentam e o GATE assim como às que apenas vão para o acolhimento e não ficam no grupo terapêutico, tornando o local uma forma em que às mulheres que procuram o local possam encontrar lá apoio, acolhimento e apoio jurídico, social e psicológico contra a violência. Com o relato das mulheres, o CRAM se mostrou um aspecto fundamental para a luta no combate a violência contra a mulher, onde muitas afirmam que o local é o único que lhes deu apoio e onde elas se sentiam protegidas para abordar as questões de violência e buscar auxílio para lutar contra.

O papel do psicólogo/a na política pública um exemplo é o CRAM, no empoderamento e enfrentamento da violência contra a mulher pode trazer importantes contribuições para a luta contra a violência, assim como a interface entre sociedade, política e saúde mental. Cabe aos profissionais trilharem esses novos caminhos, buscando



uma psicologia não apenas focada em uma prática clínica, mas em um processo de emancipação e empoderamento social dos sujeitos em construção social, buscando salientá-los dos seus direitos e das formas de empoderamento social buscando uma autonomia do sujeito perante às suas questões.

A metodologia escolhida foi a pesquisa bibliográfica e exploratória qualitativa, visando recolher o maior volume de material teórico para embasar as entrevistas realizadas e a análise de conteúdo da pesquisa. A pesquisa final conta com a observação e análise de dados do estudo realizado no CRAM de Petrópolis com a psicóloga e com as mulheres que frequentam o CRAM, visando saber como é realizado o trabalho da psicóloga no local e qual a importância desse serviço para as participantes do grupo, fazendo um contraponto em como a violência afetou a vida delas e melhorias que o grupo e o trabalho do CRAM auxiliaram para que se empoderassem e enfrentassem a violência. A publicação tem o intuito de trazer novas reflexões e conclusão sobre o importante papel do psicólogo no auxílio às vítimas de violência, buscando uma visão também do trabalho do profissional em uma política pública, trazendo uma reflexão maior.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

AGUDELOS, S. F. **La violencia: un problema de salud pública que se agrava en la región.** Boletín Epidemiológico de la OPS, n. 11, 1990.

BAQUERO, Rute. **Empoderamento:** questões conceituais e metodológicas. Redes, Santa Cruz do Sul, v. 11, n. 2, p. 77-93, maio-ago. 2006.

_____. **Empoderamento:** Instrumento de Emancipação Social? – Uma Discussão Conceitual. Revista Debates, Porto Alegre, v. 6, n. 1, p.173-187, jan.-abr. 2012. acesso em: 05 de março de 2018.

BRABO, Tânia Suely Antonelli Marcelino (org.). **Mulheres, gênero e violência.** Marília. ABEU. 2015

BEAUVOIR, de S. **O segundo sexo:** a experiência vivida. v. 2. São Paulo. Nova Fronteira. 2009.

BOFF, L. **Saber cuidar:** ética do humano: compaixão pela terra. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

BRASIL, SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES. **Enfrentando a violência contra a mulher.** 2005. Disponível



em:

<http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/cgvs/usu_doc/ev_vio_ta_2005_enfrentando_a_violencia_contra_a_mulher.pdf> Acesso em: 16 de abril de 2018.

BRASIL, SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES. **Protegendo as Mulheres da Violência Doméstica**. Fórum Nacional de Educação em Direitos Humanos, 2006.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

CERQUEIRA, Daniel; LIMA, Renato Sergio de; BUENO, Samira; HANASYRO, Olaya; MACHADO, Pedro Henrique G.; LIMA, Adriana dos Santos. **Atlas da Violência**. Brasília. Ipea. 2017.

CHAUÍ, M. **Participando do debate sobre mulher e violência**. In: CHAUÍ, M; **Perspectivas antropológicas da mulher**. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 1984.p. 25-62.

CRESWELL, Jonh W. **Projeto de Pesquisa: métodos qualitativos, quantitativo e misto**. 2° ed, Porto Alegre, Artmed, 2007.

CRUZ, Lilian R.; GUARESCHI, Neuza. **Políticas Públicas e assistência social: diálogos e práticas psicológicas**. 5ª ed. Petrópolis - RJ, Vozes, 2014.

FIORELLI, J. O.; MANGINI, Rosana C. R. **Psicologia Jurídica**, 6° edição, São Paulo, Atlas, 2015.

FONSECA, P. M. D.; LUCAS, T. N. S. **Violência Doméstica contra a mulher e suas consequências psicológicas**. Salvador, 2006. Disponível em: Acesso em: 26 de março de 2018.

FONTANA, M.; SANTOS, S. F. **Panorama sobre a violência de gênero**. São Paulo: Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos, 2001. (Dossiês. Saúde da mulher e direitos reprodutivos).

GATTI, Angelina Bernadete. **Grupo focal na pesquisa em ciências sociais e humanas**. Brasília. Liber. 2006.

GREGORI, M. F. **Cenas e queixas: um estudo sobre mulheres, relações violentas e práticas feministas**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

GROSSI, M. P. **Sexualidade, gênero e violência**. Campinas, 1996.

GUEDES, R. N; SILVA, A. T. C. M; FONSECA, da R. M. G. S. **A violência de gênero no processo de saúde e doença das mulheres**. Esc Anna Nery Rev Enferm 2009 jul-set; 13 (3): 625-31. < acesso em: 20 de abril de 2018>



- GOHN, Maria da Glória. **Educação popular na América Latina no novo milênio: impactos do novo paradigma.** ETD – Educação Temática Digital, Campinas, v. 4, n. 1, p. 53-77, dez. 2002. Disponível em: <<http://www.bibli.fae.unicamp.br/etd/AR03.pdf>>. Acesso em: 30 mar. 2018.
- HOROCHOVSKI, R. **Empoderamento: definições e aplicações.** Santa Catarina, UFSC, 2006.
- HOROCHOVSKI, Rodrigo R.; MEIRELLES, Giselle. **Problematisando o conceito de empoderamento.** In: Seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia. Florianópolis, 2., 2007.
- JESUS, Damásio de. **Violência contra a mulher.** 2ª ed. São Paulo. Saraiva. 2015.
- KENIS, Patrick; SCHNEIDER, Volker. **Policy Networks and Policy Analysis: Scrutinizing a New Analytical Toolbox.** In: MARIN, Bernd; MAYNTZ, Renate (eds.). Policy Networks. Empirical Evidence and Theoretical Considerations. Frankfurt: Campus, 1991, p. 25-59.
- KRUG, E. G.; DAHLBERG, L. L. **Violência: um problema global de saúde pública.** 2006.
- KRUG et al. **Relatório mundial sobre a violência e saúde.** Organização Mundial da Saúde, Geneva, 2002.
- LUDKE, M; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas.** São Paulo, EPU, 1986.
- MILLER, M. S. **Feridas invisíveis: abuso não físico contra mulheres.** São Paulo: Summus, 1999.
- MINISTÉRIO DA JUSTIÇA; SECRETÁRIA DE ASSUNTO LEGISLATIVOS. **Violência contra a mulher e suas práticas institucionais.** Série pensando o direito, n° 52. Brasília, 2015.
- NORWOOD, Robin. **Mulheres que amam demais.** Rio de Janeiro. Rocco. 2004.
- OLIVEIRA, E. N. **Pancada de amor dói e adoce: violência física contra mulheres.** Sobral: Edições UVA, 2007.
- PAOLI, M. C. **Mulheres: Lugar, Imagem, Movimento.** In: CHAUI, M; **Perspectivas antropológicas da mulher.** Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 1984. p. 63 - 99.
- PARADA, Carolina. **Representações Sociais de gênero na violência contra a mulher.** Rio de Janeiro, Gramma, 2017.



- PERKINS, D.D.; ZIMMERMAN, M.A. (1995). **Empowerment meets narrative: listening to stories and creating settings.** American Journal of Community Psychology. Oct. v. 23. n. 5. p. 569-79.
- PERKINS, D.D. (1995). **Speaking truth to power: empowerment ideology as intervention and policy.** American Journal of Community Psychology. Oct. v. 23. n. 5. p. 765-94.
- PIMENTEL, Adelma. **Violência psicológica nas relações conjugais: pesquisa e intervenção clínica.** São Paulo. Summus. 2011.
- POPULATION REPORTS. **Como acabar com a violência contra as mulheres.** Population Information Program, the Johns Hopkins University. Maryland, 1999.
- PORTO, Madge. **Mulheres em situação de violência e políticas públicas de atendimento psicológico: Experiências e desafios da psicologia.** Brasília. UnB. 2005.
- _____. **Violência contra mulher e atendimento psicológico: o que pensam os gestores/ as municipais do SUS.** Pernambuco. Psicologia Ciência e Profissão. 426 -439. 2006.
- ROWLANDS, Jo. **Empoderamiento y mujeres rurales en Honduras: un modelo para el desarrollo.** In: LEÓN, M (Comp.) Poder y empoderamiento de las Mujeres. Bogotá: TM/ Editores/ UN Facultad de Ciências Humanas, 1997. p. 213 - 242.
- SCHNEIDER, Volker. **Redes de políticas públicas e a condução de sociedades complexas.** Civitas – Revista de Ciências Sociais, v. 5. n. 1, p. 29-57, jan.-jun. 2005.
- SOIHET, Rachel. **Mulheres pobres e violência no Brasil urbano.** In: PRIORE, Maria Del. (org.) **História das mulheres no Brasil.** 7º ed - São Paulo, Contexto, 2004. p.303 - 332.
- SPINK, Mary Jane P., **Psicologia Social e saúde: práticas, saberes e sentidos.** 9ª edição. Petrópolis - Rio de Janeiro, Vozes, 2013.
- STROMQUIST, Nelly. **La búsqueda del empoderamiento: en qué puede contribuir el campo de la educación.** In: LEÓN, M (Comp.) Poder y empoderamiento de las Mujeres. Bogotá: TM/ Editores/ UN Facultad de Ciências Humanas, 1997. p. 75 - 94.
- TONELLI, M. J.; ALCADIPANI, R. **De volta ao mal estar na civilização: violência contra a mulher e o que ela nos diz sobre a realidade brasileira.** Inc: Visível e invisível: a vitimização de mulheres no Brasil. DataFolha, São Paulo, março de 2015. p. 29 - 32.
- VERGELY, B. **O sofrimento.** Bauru: EDUSC, 2000.



ZIMMERMAN, M. A. (1990). **Taking aim on empowerment research:** On the distinction between individual and psychological conceptions. *American Journal of Community Psychology*, 18, 169-177.

YOUNG, Kate. **El potencial transformador en las necesidades prácticas:** empoderamiento colectivo y el proceso de planificación. In: LEÓN, M (Comp.) *Poder y empoderamiento de las Mujeres*. Bogotá: TM/ Editores/ UN Facultad de Ciências Humanas, 1997. p. 99 - 116.

WALLERSTEIN, Nina; BERNSTEIN, Edward. **Introduction to community empowerment, participation, education, and health.** *Health Education Quarterly: Special Issue Community Empowerment, Participatory Education, and Health*, parte I, v. 21, n. 2, p. 141-170, 1994.



**RESUMOS DE COMUNICAÇÕES:
LETRAS**



A POESIA AFRO-FEMININA COMO INSTRUMENTO DE RESISTÊNCIA AO SILENCIAMENTO DA MULHER NEGRA NA LITERATURA

FERREIRA, Gabriela Leite Rosa
Universidade Católica de Petrópolis

Palavras-chave: Conceição Evaristo. Literatura afro-feminina. Literatura africana. Paula Tavares. Poesia.

O presente projeto foi idealizado com a intenção de investigar e questionar como a poesia afro-feminina se mantém como instrumento de resistência à grande falta de autoria negra no campo das literaturas. A força motriz na persistência dessa pesquisa foi compreender como a ausência dessa autoria pode afetar a formação de indivíduos de descendência africana que não se encontram representados na literatura.

É possível notar que, através da História, a escrita foi majoritariamente exercida por homens. Assim, percebe-se que não houve espaço para a inclusão da voz feminina na Literatura. O maior espaço de participação das mulheres na escrita a partir do século XIX pode ser considerado uma revolução nas estruturas do mundo literário.

As mulheres têm inúmeras dificuldades para serem reconhecidas como autoridade externas e acabam por repetir normas ditadas pelo discurso masculino. De igual modo, outro obstáculo a ser superado, depois de conquistado o direito à escrita, era a ausência de uma tradição literária feminina.

Embora a mulher tenha conquistado, aos poucos, seu espaço na Literatura, é perceptível que não foram mulheres de todas as classes e raças. A mulher afrodescendente somente consegue ter acesso à escrita muito tempo após as mulheres brancas e começa a caminhar para um reconhecimento a partir da segunda metade do século XX. Com as poucas condições de estudo e acesso ao capital cultural, a voz afro-feminina demora ainda mais para alcançar seu lugar cativo. O que até hoje não o é.

A intenção do presente trabalho é entender como se constrói o eu-lírico da mulher negra na poesia de autoria afrodescendente.

Em *Poemas da recordação e outros movimentos* (2017), Conceição Evaristo apresenta a sua poesia como forma de apresentar a vivência da mulher negra. Em cada palavra escrita, a autora evidencia como a sua escrita, por si só, torna-se instrumento de luta e busca pelo espaço feminino negro na Academia.

Pontuando que o mesmo processo é vivenciado pelas autoras negras do continente africano, considera-se possível com este trabalho traçar uma ponte sobre o Atlântico. Ao



analisar a obra da escritora Paula Tavares, nota-se que tanto as mulheres negras em diáspora quanto as que permaneceram em África fazem de sua poética um espaço de resistência e de resgate de uma voz ancestral silenciada.

A pesquisa tem como missão viabilizar a hipótese de que, através dos escritos poéticos, a escrita de voz negra e feminina é símbolo de persistência na luta contra o silenciamento estrutural e estruturante da sociedade vigente.

O objetivo geral é analisar como a poesia de autoria afro-feminina lida com o silenciamento das vozes das mulheres negras na literatura. Enquanto os específicos são investigar de qual modo a poesia de autoria afro-feminina lida com a ausência de representatividade no cânone literário, utilizar a pesquisa como modo de inserir estudos femininos e afrodescendentes no ambiente acadêmico buscando representatividade e diversidade e investigar como se dá o processo de criação do eu-lírico negro nas literaturas brasileira e africanas.

Ao analisar a tradição literária e os poetas estudados ao longo da graduação em Letras-Literaturas é evidente a ausência de escritores negros. A percepção da falta de representantes de uma literatura afro-brasileira inspirou a produção do presente projeto de pesquisa. Busco apresentar a importância das vozes negras na literatura, visto que a população negra tem protagonismo na História brasileira, assim como poetas caucasianos.

Por serem minoria nas artes, é preciso demonstrar que artistas negros não são valorizados na literatura, a partir do momento em que a Literatura é um dos meios artísticos mais presentes em território nacional.

Numa simulação da passagem de tempo, transpondo as muralhas da antiguidade, chegamos à década de 1850 vista como marco da maturidade da literatura norte-americana em termos masculinos, mas que também abriu espaço para escritoras de todos os gêneros. No entanto, como as publicações estavam sob o controle de editores homens, as mulheres tinham que batalhar para serem aceitas como escritoras, e também acatar os padrões estéticos estabelecidos. (MARRECO, 2010, p. 236)

Como resistência a tudo o que é imposto pela Academia e pelos poderes editoriais vigentes, a poesia das mulheres negras tem ganhado forma e força no decorrer dos últimos anos. Estudar essas autoras é resistir ao processo de negação e silenciamento imposto a elas. Assim, será de grande importância mostrar que a voz feminina negra é instrumento de luta pelo seu lugar em ambientes acadêmicos, escolares e de lazer.



Analisa-se de maneira crítica as obras poéticas da escritora brasileira Conceição Evaristo para melhor compreender o uso da poesia em seus atos de resistência histórica. Partindo desse pressuposto, utilizará o método comparativo para analisar os poemas das autoras Conceição Evaristo e Paula Tavares por meio da literatura comparada. De acordo com os resultados, buscar-se-á observar as questões de intertextualidade criando uma ponte entre as mulheres em diásporas e as que se mantêm em solo africano.

A presente pesquisa tem como fonte *Poemas da recordação e outros movimentos* (2017), obra de Conceição Evaristo, baseando-se na leitura crítica de seus poemas para justificar a sua arte como ferramenta na luta contra o silenciamento.

Para a pavimentação do caminho tomado sobre o presente trabalho monográfico, a leitura da obra *Not For Profit: Why Democracy Needs The Humanities* (2010) foi essencial para analisar o porquê da necessidade das humanidades no desenvolvimento de indivíduos com pensamento crítico frente às questões políticas e sociais. Assim, pode-se entender a importância de um projeto de pesquisa voltado à literatura, em especial a afrodescendente.

A obra conjunta *Falas do Outro: Literatura, Gênero, Etnicidade* (2010) também é fundamental para embasar a questão da inevitabilidade de analisar obra que fogem dos padrões vigentes na literatura desde os seus primeiros passos. Investigar a importância de outras falas na literatura é primordial para afirmar que a literatura precisa representar não apenas os métodos e escritores tradicionais, mas as novas faces da escrita nacional.

Amargos Como Os Frutos (2011), da autora Paula Tavares, é uma das obras utilizadas para comparar a escrita e a vivência entre as mulheres negras em diáspora e as que permaneceram no continente africano.

Normas para apresentação de trabalhos acadêmicos da UCP é a base para a estruturação e formatação do presente projeto de pesquisa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

COORDENAÇÃO geral de pesquisa e pós-graduação. **Normas para apresentação de trabalhos acadêmicos.** Petrópolis, 2007.

DUARTE, L. Constância; DUARTE, A. Eduardo; ALEXANDRE, A. Marcos. **Falas do outro:** literatura, gênero, etnicidade. Editora Nandyala, 2010.

EVARISTO, Conceição. **Poemas sobre a recordação e outros movimentos.** Editora Malê, 2017.



NUSSBAUM, Martha. **Not for profit: why democracy needs the humanities**. Princeton University Press, 2010.

TAVARES, Paula. **Amargos como os frutos**. Editora Pallas, 2011.



A PRIMAZIA DO ÊTHOS E O RIGOR CRÍTICO NA ESCRITA BIOGRÁFICA DE LEONARDO BRUNI: O APEGO À “VERDADE”

CARREIRO, Záira Caroline Dutra
Universidade Federal de Juiz de Fora

Palavras-chave: Leonardo Bruni. Biografia. *Ethos*. Cícero. Plutarco

Leonardo Bruni (Arezzo, 1370-1440) se tornou conhecido na Itália medieval por suas cuidadosas traduções dos grandes clássicos gregos, como Platão e Aristóteles, para o latim e também por seus escritos historiográficos retratando a história de Florença e a do povo florentino. Sua *práxis* historiográfica é reconhecida por críticos de todo o mundo, devido a sua crença de que o ofício do historiador é o questionamento crítico de todas as autoridades, não importando quão eminentes fossem. Em sua obra fica clara a filiação metodológica com a historiografia antiga e, por isso, Edmund Fryde (1983 apud PIRES, 2007, p. 64) enfatiza que Bruni foi “o primeiro historiador humanista a ser claramente influenciado pelos historiadores gregos [...] uma investigação cuidadosa das evidências confiáveis, constitui signo claro de sua familiaridade com as recém-descobertas histórias de Tucídides e de Políbio”.

Durante a Idade Média a história e a biografia sofreram um distanciamento, devido ao foco dado ao indivíduo, não às suas especificidades, mas à sua relação com a coletividade. Desta forma, surgem as hagiografias – a escrita da vida dos santos – e as biografias cavaleirescas. Contudo, como afirma Dosse (2009, p. 155), na ampliação desse processo nos séculos XV e XVI a escrita biográfica veio a se afastar das “biografias cavaleirescas e das hagiografias para consagrar-se à paixão pelas biografias antigas [...] a escrita mantida entre a exemplaridade moral e a anedota singular tornar-se-á o modelo constitutivo do gênero biográfico nos tempos modernos”. Praticando a narrativa biográfica heroica, Bruni deu ênfase à primazia do *êthos*³⁵ em nome da autenticidade da escrita, apresentando, assim, os feitos públicos de figuras como Cícero, Petrarca e

³⁵ “Esta retórica do *êthos*, que põe em relevo a força expressiva, a *emphasis*, do *apotegma*, do adágio, do provérbio, da *sententia*, em que se interpenetram concisão e propriedade, teve um papel preponderante na reflexão crítica da arte da palavra no Renascimento, designadamente na pedagogia de Erasmo, que exerceu marcada influência, entre nós, em pedagogos e mestres de retórica [...]” (SOARES, 2011, p. 47).



Boccaccio, mas também aspectos de sua vida doméstica, como é o caso da biografia de Dante, onde ele enfatiza a sua caligrafia, a sua fala lenta e ao seu asseio. Bruni, como historiador e escritor de vidas, prezava pela verdade, pois tinha como objetivo transmitir um conjunto de valores que todo herói da hélade possuía e que deveria ser refletido para todos os leitores de suas obras: frugalidade, simplicidade, honestidade, diligência, temperança, autodomínio, coragem, integridade, justiça, amor à pátria, amor à liberdade, indulgência (FERREIRA, 2003, 7).

Como bem pontua Fryde, o Aretino compôs suas biografias, dentre elas o *Cícero Novus*, como uma tentativa de historiografia e de desenvolvimento intelectual, chegando a classificar a escrita da vida de Cícero como o marco da origem da historiografia humanista italiana. Como historiador, Bruni foi o primeiro a usar a visão de três períodos da história: Idade Antiga, Média e Moderna, sendo considerado o primeiro historiador moderno. Seu relato da história da república e do povo florentino rendeu-lhe a honra da cidadania florentina.

Sendo tão rigoroso em suas escritas biográficas, Bruni entrou algumas vezes em conflito com biógrafos que o antecederam e que escreveram a cerca da vida dos mesmos indivíduos. Este é o caso do relato da vida de Cícero feita pelo grego Plutarco (46-120 d.C), considerado por muitos como a fonte mais confiável de pesquisa, devido à proximidade entre o período em que foi escrita a obra e a morte de Cícero. Denis Feeney, em *Criticism Ancient and Modern*, enfatiza a posição de classicistas que defendem a prevalência da antiga teoria literária sobre a moderna com a finalidade de manter a fidelidade histórica anacrônica e de estabelecer a uniformidade crítica, ou seja, o posicionamento de que os textos antigos devem ser analisados a partir das teorias de críticos que viveram também na antiguidade clássica, tais críticas seriam as únicas consideradas confiáveis:

not merely that ancient literary criticism is a useful supplement to the critical apparatus of the modern scholar, but the ancient literary criticism is in effect the only apparatus which the modern scholar may use for the purpose of poetic, an activity defined as a historical and cultural context³⁶ (FEENEY, 1995, p. 301)

³⁶ “não apenas a crítica literária antiga é um suplemento útil ao aparato crítico do erudito moderno, mas é o único aparato que o erudito moderno pode usar para fins poéticos, uma atividade definida pelo contexto histórico e cultural”. (tradução nossa)



No entanto, Bruni, como leitor ávido dos textos de Plutarco e dos demais escritos gregos, critica a composição do biógrafo grego afirmando que a vida de Cícero foi apresentada a partir de insinuações maliciosas, ridicularizando e estigmatizando o nome do orador romano, assim como, aspectos de sua trajetória política e filosófica e a coragem dele em se opor a déspotas como Silas. O exílio do político também foi um dos acontecimentos aos quais Bruni impugnou, visto que, na narração de Plutarco o fato aparece totalmente dramatizado e Cícero, que durante toda a sua vida aconselhou a prática da virtude como forma de superação dos conflitos e fatos trágicos, desponta entregue ao vício da vaidade, decorrente do abalo de sua vida pública. Para Bruni, todo o drama plutarqueano é desnecessário, pois a atitude aflita e angustiada de Cícero foi graças à sorte da república, ou seja, pela pátria.

A imagem do político é composta a partir de uma avaliação particular e da interação entre o texto e o leitor, o que produz uma visão *sui generis*, dado que a experiência do personagem passa a ser preenchida pelo olhar do leitor, neste caso, dos biógrafos, alterando o modo como Cícero é visto e interpretado. O fato é que o leitor não poderá ver Cícero como ele próprio se via, pois há informações que não são dadas no texto, mas que regulam a relação interpessoal, eles são os vazios que serão preenchidos através de uma hermenêutica, pois “o texto é um sistema de tais combinações e assim deve haver também um lugar dentro do sistema para aquele a quem cabe realizar a combinação. Este lugar é dado pelos vazios no texto, que assim se oferecem para a ocupação pelo leitor” (ISER, 1979, p. 91). Por conseguinte, Bruni mescla o ajuizamento crítico à preocupação com a virtuosidade da latinidade e com o teor factual da obra chegando ao parecer de que o biógrafo grego se serviu da figura de Cícero para que fosse possível a comparação com Demóstenes, por isso, Bruni o acusa de imparcialidade. A reescrita da vida do orador representava algo além da simples reescrita, mas sim a realização de um prazer estético e a construção de um efeito ordenado, sensível e intelectualmente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BRUNI, Leonardo. **Vita di Cicerone fatto in volgare Toscano**. Co' Tipi Bodoniani, 1804. DOSSE, François. **O desafio biográfico: escrever uma vida**. São Paulo: Edusp, 2009.



- FEENEY, Denis. **Criticism Ancient and Modern**. In: DOREEN, Innes; HINE, Harry; PELLING, Christopher (Eds.). **Ethics and Rethoric: Classical Essays for Donald Russel on his seventy-fifth birthday**. Oxford: Clarendon Press, 1995. p. 301-312.
- FERREIRA, José Ribeiro; LEÃO, Delfim Ferreira (Coord.). **Os fragmentos de Plutarco e a recepção da sua obra** [atas do Colóquio realizado em Coimbra em 27 e 28 de setembro de 2002]. **Separata da Humanitas**, Vol. LV – MMIII, Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra. 2003.
- ISER, Wolfgang. **A interação do texto com o leitor**. In: LIMA, Luiz Costa (Org.) **A literatura e o leitor: textos de estética da recepção**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, p. 83-132.
- JAEGER, Werner. **Paideia: a formação do homem grego**. São Paulo: Martins Fontes, 1986.
- JAUSS, Hans Robert. **O prazer estético e as experiências fundamentais da poiesis, aethesis e katharsis**. In: LIMA, Luiz Costa (Org.) **A literatura e o leitor: textos de estética da recepção**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, p. 43-82.
- LIMA FILHO, Henrique Espada Rodrigues. **História social e subjetividade: considerações em torno da biografia**. Trabalho apresentado no XII Encontro Nacional de História da ANPUH/
- MOMIGLIANO, Arnaldo. **The development of greek biography**. Cambridge: Cambridge University, 1993.
- MONTAIGNE, Michel de. **Os Ensaios**, Tradução de Rosa Freire, São Paulo: Companhia das letras, 2010.
- PIRES, Francisco Murari. **Modernidades Tucidideanas (ktema es aei)**, Tomo I, Vol. I. São Paulo: EDUPS, 2007.
- PLUTARCO. **Vidas Paralelas: Demóstenes e Cícero**, Tradução do grego, introdução e notas de Marta Várzeas, Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2012.
- SOARES, Nair Castro. **Plutarco no humanismo renascentista em Portugal**. In: PINHEIRO, Joaquim; FERREIRA, José Ribeiro; SOARES, Nair Castro; MARNOTO, Rita. **Caminhos de Plutarco na Europa**, 2 ed., Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2011, p. 9 – 51.



REFLEXÕES SOBRE A ENSAÍSTICA ZWEIGUIANA: A CONTEMPORANEIDADE DAS DISCUSSÕES NA OBRA DE STEFAN ZWEIG

NOVAES, João Furio
Universidade Católica de Petrópolis

Palavras-chave: Zweig. Conflitos. Migração. Exílio. Ensaio.

Stefan Zweig, nascido em Viena no ano de 1881, foi um dos mais prolíficos e traduzidos autores da primeira metade do século XX. Alcançando reconhecimento internacional e status de celebridade nos mais variados espaços de convívio, a fluidez de sua estilística o permitiu constituir um público complexo e heterogêneo, tendo sido um autor que transitou entre as mais diversas formas de escrita, das quais valem se destacar suas novelas, biografias e ensaios.

De origem judaica, Zweig foi um dos muitos intelectuais perseguidos pela censura nazista, tendo inclusive sido incluído em 1934 – mesmo ano em que se exila na Inglaterra – na primeira lista de escritores indesejáveis e perniciosos formulada por Joseph Goebbels.³⁷ O clima político de perseguição aos judeus e o aumento das violências cometidas pelo partido nazista o levaram a constatar a inviabilidade de sua permanência na Áustria, impulsionando-o a dar esse primeiro passo em direção ao que seriam anos de constantes preocupações com relação a exílios e migrações até o fim de sua vida.

Zweig deixou como legado uma vasta e diversificada obra: suas novelas são tidas como exemplos de maestria no trato com a literatura; suas biografias, um pilar harmônico da combinação entre o puro desnudar de fatos e a organização minuciosa e arbitrária dos mesmos para o esclarecimento das vidas que se narra; e sua ensaística nos mostra o homem consciente e dedicado ao pacifismo que o mesmo foi. Alberto Dines, um dos maiores estudiosos da obra do autor, escreve no prólogo da coletânea *Três Novelas Femininas*:

Começou poeta, passou às novelas, tentou o teatro, perfis biográficos, ensaios – sempre elogiado, invariavelmente insatisfeito. Exigente, irrequieto, fértil e criativo, Stefan Zweig

³⁷ SEKSIK, Laurent. (Os últimos dias de Stefan Zweig. P. 38. Paris: Gryphus, 2010)



podia dar-se ao luxo de experimentar, trocar de gênero, exercitar-se, atormentar-se e deixar de lado.³⁸

No ano de 1936, em uma conferência no Rio de Janeiro, Zweig faz a leitura de seu ensaio *A Unidade Espiritual do Mundo*. Originalmente em alemão nomeado como *A Unidade Espiritual da Europa*, o autor atualiza e rebatiza seu texto para ampliar seu alcance e atingir o público sul-americano. Esse curto ensaio se configura como um forte apelo antinacionalista, o que atesta o caráter universalista do autor e demonstra sua simpatia por uma convivência cosmopolita e saudável entre os povos.³⁹ Nele, irá elaborar a ideia de que a unidade espiritual do mundo – um estágio harmônico do convívio entre as nações – depende dos “povos jovens [...] que vivem para o futuro”, que “vivem e pensam em dimensões mais amplas”, e atesta que a Europa está “encoberta pela névoa venenosa da desconfiança”.⁴⁰ O escritor prossegue insistindo na ideia de que esses ditos “povos jovens” devem encabeçar a luta pela reconquista dessa unidade fraternal entre as nações. Remarca que os avanços tecnológicos não foram capazes de assegurar um progresso moral da humanidade, e conclui dizendo que a verdadeira razão pelo afastamento dos indivíduos não são línguas, mares e montanhas, mas sim seus preconceitos e sua desconfiança.

Sua ensaística é composta por um variado conjunto de obras em defesa da convivência harmônica e sua filosofia antiguerreira posiciona o nacionalismo como “uma patologia do corpo social agravada pelos políticos afim de se manterem no poder, uma pulsão de destruição contrária ao processo civilizatório”⁴¹. Em *A Tragédia do Esquecimento*, Zweig discute o que ele chama de um impulso ao esquecimento, que conduz as gentes à supressão de “uma verdade à qual chegaram a duras penas”⁴². O texto aborda como o jogo político e a opinião pública são capazes de suprimir fatos muito há pouco passados em ordem de regenerarem suas percepções sobre si próprios e sobre o outro e o diferente, e quais as consequências desse fenômeno quando ele se instala em algum domínio.

³⁸ DINES, Alberto. (Três Novelas Femininas. P. 7. Rio de Janeiro: Zahar, 2014)

³⁹ LAFER, Celso. (A Unidade Espiritual do Mundo, um grito pela paz no Brasil. P. 39. Rio de Janeiro: Casa Stefan Zweig; Memórias Brasil, 2017)

⁴⁰ ZWEIG, Stefan. (O Mundo Insone, e outros ensaios. P. 251. Rio de Janeiro: Zahar, 2013)

⁴¹ LE RIDER, Jacques. (A Unidade Espiritual do Mundo, um grito pela paz no Brasil. P. 57. Rio de Janeiro: Casa Stefan Zweig; Memórias Brasil, 2017)

⁴² ZWEIG, Stefan. (O Mundo Insone, e outros ensaios. P. 206. Rio de Janeiro: Zahar, 2013)



O atual momento político que engolfa o ocidente de maneira tão concreta, relembra em muito o tom dos problemas discutidos na obra do escritor austríaco. Migrações em massa⁴³ irrompem simultaneamente pelo globo, o que eleva as tensões oriundas de embates culturais aonde ocorrem. A *internet* e o progresso das ciências da computação e informática ampliaram as noções de convívio da humanidade como um todo, encurtando as distâncias dos discursos e ideias e agilizando processos nos quais a empregamos, porém isso não foi capaz de conter a disseminação de discursos violentos nem de assegurar uma sólida hegemonia da defesa dos direitos humanos em nossa sociedade. Episódios como as marchas racistas do movimento “*Unite the Right*” em Charlottesville, nos Estados Unidos, são um grave sintoma que chama atenção ao retorno de narrativas sectaristas e violentas em países do hemisfério. Aos gritos de “judeus não vão nos substituir”⁴⁴, diversos grupos racistas marcharam pela cidade, o que ocasionou por fim na morte de uma mulher de 32 anos e 19 feridos após um atentado por atropelamentos. Simultaneamente, é possível observar a ascensão de líderes com discursos voltados à separação e à violação de direitos básicos. O presidente Donald Trump tem como uma de suas pautas principais a construção de um muro⁴⁵ que dificulte a imigração para os Estados Unidos, e o presidente Jair Bolsonaro já declarou, em 2015, que imigrantes oriundos de países como Haiti e Senegal que se dirigiam ao Brasil em busca de asilo seriam “a escória do mundo”.⁴⁶ Além disso, o mesmo tem um perfil marcado por citações em apoio à tortura e à ditadura militar que tiranizou o país entre 1964 e 1985, tendo inclusive dedicado seu voto durante a sessão que culminou no *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff em 2016 a um dos mais cruéis torturadores do regime, Brilhante Ustra.

A lista de episódios violentos que atestam a urgência de se atentar a um crescimento de discursos sectaristas nesse início de século se estende indefinidamente e não respeita fronteiras, estando a América do Sul posta frente à necessidade de superação de um período de instabilidade há muito não visto no continente, com a escalada dos conflitos na Venezuela. A obra do autor, assim, que escolheu o Brasil como sua última morada, deve ser vista como um farol em tempos de confusa escuridão. Um compilado

⁴³ <https://www.dw.com/pt-br/mundo-vive-maior-crise-de-refugiados-desde-a-segunda-guerra-diz-anistia/a-18518346>

⁴⁴ <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-40918594>

⁴⁵ <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-46944513>

⁴⁶ <https://exame.abril.com.br/brasil/bolsonaro-chama-refugiados-de-escoria-do-mundo/>



de ideias que, revisitadas, muito têm a contribuir para com a superação de narrativas e discursos que separam, falseiam e agridem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

DINES, Alberto, **Três novelas femininas**, 1ª edição. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

DINES, Alberto, **O canto do cisne do colecionador de utopias - A Unidade Espiritual do Mundo, um grito pela paz no Brasil**, 1ª edição. Rio de Janeiro: Casa Stefan Zweig; Memórias Brasil, 2017.

LAFER, Celso, **A unidade espiritual do mundo de Stefan Zweig - A Unidade Espiritual do Mundo, um grito pela paz no Brasil**, 1ª edição. Rio de Janeiro: Casa Stefan Zweig; Memórias Brasil, 2017.

LE RIDER, Jacques, **Zweig, mais atual que nunca - A Unidade Espiritual do Mundo, um grito pela paz no Brasil**, 1ª edição, Rio de Janeiro: Casa Stefan Zweig; Memórias Brasil, 2017.

RENOLDNER, Klemens, **Um sonho dos dias da infância - A Unidade Espiritual do Mundo, um grito pela paz no Brasil**, 1ª edição, Rio de Janeiro: Casa Stefan Zweig; Memórias Brasil, 2017.

SEKSIK, Laurent, **Os últimos dias de Stefan Zweig**, 1ª edição. Rio de Janeiro: Gryphus; França, Institut Français, 2015.

ZWEIG, Stefan, **O mundo insone e outros ensaios**, 1ª edição. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

ZWEIG, Stefan, **Três novelas femininas**, 1ª edição. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

ZWEIG, Stefan, **Novelas insólitas**, 1ª edição. Rio de Janeiro: Zahar, 2015.



ESTUDO DA DELINQUÊNCIA NOS PERSONAGENS DE CAPITÃES DA AREIA: UMA ANÁLISE PSICOSSOCIAL

LIMA, Mayara da Rocha
SILVA, Dr.^a Cristiane Moreira da
Universidade Católica de Petrópolis

Palavras-chave: Capitães da areia. Delinquência. Análise psicossocial.

Formado em Ciências Jurídicas e Sociais, Jorge Amado desenvolveu uma literatura engajada politicamente, com narrativas centralizadas na Bahia e em personagens que exemplificam o cotidiano das ruas brasileiras, foco de observação e admiração do romancista (GOLDSTEIN, 2002). O livro, objeto de análise desta pesquisa, apresenta uma narrativa que vai além do óbvio. Nele é contada a história de um grupo de meninos abandonados, intitulados de Capitães da Areia, que levavam uma vida boêmia e tinham como forma de sustento a prática de pequenos delitos.

Este livro, publicado em 1937, uma das mais populares obras de Jorge Amado, se tornou um clássico da literatura brasileira e é reconhecido internacionalmente. Por seu conteúdo polêmico, engajado politicamente e associado ao posicionamento político de seu autor, Capitães da Areia possuiu os exemplares de sua primeira edição caçados e queimados em praça pública, no chamado Auto de Fé baiano, pelo órgão responsável pela fiscalização de imprensa do regime ditatorial conhecido como Estado Novo.

O grupo dos Capitães da Areia possuía mais de 100 integrantes, destacando os seguintes personagens: Professor, Sem-Pernas, Pirulito, Gato e Pedro Bala, sendo o último o líder do grupo. Conta também com coadjuvantes como João de Adão, Querido de Deus e Padre José Pedro.

Dentre os personagens apresentados na obra, conhecemos Sem-Pernas, um menino que possui esse apelido devido à uma deficiência em uma de suas pernas. Sem-Pernas é um dos personagens em que a narrativa se centra e, dentre todos os apresentados, possui sua subjetividade descrita com maior riqueza de detalhes. Permeado por conflitos internos e sentimento de menos valia, este personagem ganhara destaque neste trabalho.

A partir do método de Estudo de Caso, foi analisado o personagem Sem-Pernas, buscando respaldo em teorias da Psicologia, Filosofia e Sociologia, orientado pelo reconhecimento do contexto sócio histórico que a obra serve, considerando, ainda, a atualidade do que é apresentado e dos tópicos envolvidos nesta representação da dinâmica de exclusão e estereotipia do excluído. O objetivo deste estudo não é de rotular um



indivíduo fictício, mas de a partir deste personagem contrapor duas correntes psicológicas – Psicanálise e Esquizoanálise – e, juntamente com a utilização da antropologia e sociologia, ampliar a compreensão de uma realidade dura, estigmatizada e, por vezes, inacessível.

No primeiro capítulo, desenvolveu-se uma introdução ao contexto da obra literária abordada neste trabalho para que por meio deste se torne possível conhecer brevemente o conteúdo desta antes de aprofundar nos estudos sobre. Ocorreu, de forma simultânea, a apresentação de determinados personagens desta obra, dando maior enfoque ao que fora abordado com mais profundidade durante este estudo, Sem-pernas.

No segundo capítulo dissertou-se sobre a delinquência juvenil, a partir do olhar psicanalítico, antropológico e sociológico, utilizando-se como autores Winnicott, Durkheim, Nietzsche, dentre outros. Após a apresentação das teorias sobre o ato de delinquir, se relacionou de forma crítica tais ideias aos personagens. No que diz respeito a psicanálise, fora analisado, a partir dos conceitos, dois dos personagens centrais: Pedro Bala e Sem-pernas. Partindo da premissa de que este fenômeno de delinquente apresentado na obra de Jorge Amado é atual, utilizara da antropologia e sociologia para embasar a problematização, assim como propor reflexões, sobre as implicações envolvidas em pautas como a consolidação do termo “menor infrator” e a fragilidade do conceito de moralidade – partindo da ideia nietzschiana de moral – de forma correlacional com o grupo dos Capitães.

No terceiro capítulo fora utilizado da Esquizoanálise, vertente que tece rígidas críticas à psicanálise e reconhece o ato de existir como político, para contrapor a ideia psicanalítica do surgir da delinquência apresentado anteriormente. Inicialmente se recorreu à conceitos base da Esquizoanálise para uma melhor compreensão desta que tão pouco é disseminada neste meio acadêmico e, posteriormente, se aplicou-os no estudo analítico do personagem Sem-pernas.

Após o desenvolvimento deste trabalho pode-se considerar, por fim, a existência de multiplicidades de olhares e fatores envolvidos no fenômeno que aqui nomeamos de delinquência. Por meio de todas as ponderações realizadas anteriormente, com base nos conteúdos científicos apresentados, tornou-se capaz de perceber a multiplicidade de interpretações e tentativas em estipular relações de causalidade no que diz respeito ao fenômeno entendido por delinquir.

Apesar do foco deste estudo se tratar de uma obra literária, esta retrata com fidedignidade um momento histórico vivenciado em nosso país e, suas narrativas, se



repetem no plano do real até os dias atuais. Portanto, entrar em contato com uma peça – mesmo que ficcional – que nos permite abranger o espectro do que é visto, para além do que é reforçado midiaticamente, na busca em fugir da estereotipia de seres, é engrandecedor e necessário, tanto como ser humano quanto como profissional. Cabe a nós acadêmicos, e aspirantes à acadêmicos, reconhecer a relevância que a discussão deste assunto possui, no intuito de nos aproximar da realidade vivenciada por fora dos muros das universidades e para além do “asfalto”⁴⁷.

Ao assumir o compromisso social que a psicologia carrega como cerne em seu Código de Ética, assim como o compromisso com a manutenção dos Direitos Humanos, de forma implícita pode-se introduzir o cunho político, de resistência, que a existência do profissional de psicologia possui. Conseqüentemente, a discussão de tópicos relacionados a marginalização de vidas, visando a desconstrução constante de estigmas deve ser estimulada e praticada.

Já no campo do real, ao lidar com seres que se “enquadram” na figura do delinquente e carregam todas as implicações que este carrega, deve-se atentar a acolher, ouvir e aprender, esquivando-se de retirar a voz de quem por muito já não possui. Parafraseando MV Bill em seu documentário “Falcão – meninos do tráfico”, permita e faça uma reflexão sob um novo ponto de vista, que é a visão dos jovens sempre considerados os grandes culpados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ALMEIDA, Suenya T. Delinquência juvenil e controle social: a construção da identidade infratora e a dinâmica disciplinar do Estado. UFPE, 2003. Disponível em <<https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/10907>> acesso em 04 de junho de 2018.

AMARAL, Mônica G. T. **Expressões estéticas contemporâneas de resistência da juventude urbana e a luta por reconhecimento: uma leitura a partir de Nietzsche e Axel Honneth.** Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, Brasil, n. 56, jun. 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rieb/n56/04.pdf>> acesso em 5 de outubro de 2018.

⁴⁷ Termo utilizado coloquialmente para diferenciar áreas mais urbanizadas de comunidades (morros).



AMERICAN PSYCHOLOGICAL ASSOCIATION. **Dicionário de Psicologia**. Porto Alegre: Artmed, 2014.

ARALDI, Clademir L. **Nietzsche como Crítico da Moral**. UFPel, 2008. Disponível em: <<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/dissertatio/article/view/8846/5841>> acesso em 10 de outubro de 2018

BATISTA, Vera Malaguti. **A juventude e a questão criminal no Brasil**. 2016. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/arquivo/2016/02/1053773b21eb7cc6e5600f16cc0663e4.pdf>> acesso em 19 de outubro de 2018

CERQUEIRA, et. al. **Atlas da Violência**. 2017. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/2/2017>> acesso em 11 de junho de 2018.

COIMBRA, Cecília M. B., NASCIMENTO, Maria Livia do. **A produção de crianças e jovens perigosos: a quem interessa?** Disponível em: <<http://www.infancia-juventude.uerj.br/pdf/livia/aproducao.pdf>>

DELEUZE, Gilles, GUATARRI, Félix. **O Anti-Édipo: Capitalismo e Esquizofrenia 1**. Editora 34, 2010.

DICIONÁRIO ETIMOLÓGICO ONLINE. Disponível em: <<https://www.dicionarioetimologico.com.br/delinquente/>> Acesso em 18 de abril de 2018.

DICIONÁRIO ONLINE DE PORTUGUÊS. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/malandro/>> acesso em 13 de setembro de 2018.

JR. JANZ, Cláudio Dones. **O Valor da eugenia: Eugenia e higienismo no discurso médico curitibano no início do século XX**, 2011. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/cordis/article/view/10380/7727>> acesso em 10 de novembro de 2018.

DURKHEIM, Émile. **Da divisão do trabalho social: as regras do método sociológico; o suicídio; as formas elementares da vida religiosa**. Abril Cultural, 1978.

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (ECA). Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069Compilado.htm> acesso em 11 de junho de 2018.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: A vontade de Saber**. Editora Graal, 1999.



- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**, Editora Graal, 2008.
- GOFFMAN, Erving. **Estigma: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada**. 4.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1988.
- GOLDSTEIN, Seltzer Ilana. **Uma Leitura Antropológica de Jorge Amado: dinâmicas e representações da identidade nacional**. Diálogos Latinoamericanos, 2002. Disponível em:
<http://lacua.au.dk/fileadmin/www.lacua.au.dk/publications/5_di__lagos_latinoamericanos/8ileanagoldstein.pdf> acesso em 11 de junho de 2018.
- HUR, Domenico Uhng. **Poder e potência em Deleuze: forças e resistência**. Mnemosine, v. 12, n. 1, 2016. Disponível em:
<<http://mnemosine.com.br/ojs/index.php/mnemosine/article/view/490/0>> acesso em 14 de novembro de 2018.
- HUR, Domenico Uhng. **Psicologia, Política e Esquizoanálise**. Campinas, SP: Alínea, 2018.
- KEHL, Maria Rita. **A Juventude Como Sintoma da Cultura**. Revista Outro Olhar, 2007. Disponível em: <http://files.cacoifbavca.webnode.com/200000606-18aaf19a42/kehl_juv%20sintoma.pdf#page=43> acesso em 05 de junho de 2018.
- LUZES Araújo Cristiano. **Um Olhar Psicológico sobre a Delinquência**. 2010. Disponível em: <<http://www.psicologia.pt/artigos/textos/A0520.pdf>> acesso em 18 de abril de 2018.
- PEREIRA, Ivonete. **Crianças e Adolescentes Pobres à Sombra da Delinquência e da Desvalia**. 2006. Florianópolis- 1900/1940 Disponível em:
<http://www.poshistoria.ufpr.br/documentos/2006/TESE_IVONETE%20PEREIRA_%20VERSAO%20FINAL.pdf> acesso em 04 de junho de 2018.
- RUSS, Jaqueline. **Dicionário de Filosofia: os conceitos, os filósofos, 1850 citações**. São Paulo: Scipione, 1994.
- SANCHES, Rodrigo Peres, DOS SANTOS, Manoel Antônio, **Considerações gerais e orientações práticas acerca do emprego de estudos de caso na pesquisa científica em Psicologia**. 2005. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=35402008>> acesso em 10 de outubro de 2018.
- SILVA, Cláudio Augusto Vieira Da. **A Categoria Social do Menor**. 2017. Disponível em: <<http://ens.sinase.sdh.gov.br/ens2/>> acesso em 15 de outubro de 2018.
- WINNICOTT, Donald W. **Privação e Delinquência**. Tradução de Álvaro Cabral. Revisado por Monica Stahel. 3.ed.: Martins Fontes, 1999.

PROGRAMAÇÃO

MESA 1 – dia 30/04 – 09h00 às 10h30 (A-221)		
Lara Sayão Lobato de Andrade Ferraz		
1	A POSSIBILIDADE DE UM MODO DE SER AUTENTICO JUNTO AO AVANÇO DA TECNOLOGIA	Thainá Peixoto Branco Marcella Martins
2	A REGRA DE OURO EM SANTO AGOSTINHO	Marcos Vinícios Chiaretti Guedes
3	DIGNIDADE DO HOMEM E SUA EMINÊNCIA	Alexandre Silva de Menezes Junior Waiss Lucas Barboza Coelho
4	DO HOMEM À PLURALIDADE: UM ITINERÁRIO ACERCA DA CONDIÇÃO HUMANA SEGUNDO HANNAH ARENDT	Larissa Gomes Magrani José Vilanova Santos
5	“SOLTEIRAS CASADAS EXISTEM”: UMA CRÍTICA À DICOTOMIA ANALÍTICO-SINTÉTICA DE KANT	Marcello Antônio Ventura Gorini
6	O CONCEITO DE EMPATIA COMO FUNDAMENTO DE INTERSUBJETIVIDADE EM SCHELER	Letícia Beatriz de Almeida Borsato
MESA 2 – dia 30/04 – 09h00 às 10h30 (A-223)		
Leandro Gavião		
1	A PESQUISA EM HISTÓRIA SOCIAL E OS REGISTROS ECLESIASTICOS DE ÓBITO	Cláudia Henrique da Silva Santana João Vitor Ribeiro Borde de Castro
2	AS FONTES ECLESIASTICAS DE CASAMENTO E SUAS POSSIBILIDADES DE EXPLORAÇÃO E PESQUISA	João Pedro da Silveira Guimarães Lucas Melo da Silva
3	FONTES ECLESIASTICAS E HISTÓRIA SOCIAL: POSSIBILIDADES DE PESQUISA OFERECIDAS PELOS REGISTROS DE BATISMO	Alexia de Santana Rosa David Barroso de Melo Pereira
4	OS PRIMEIROS ENSAIOS DA DOCTRINA SOCIAL DA IGREJA CATÓLICA: NA EUROPA E A SUA	Nilmar de Sousa Carvalho

	RECEPÇÃO NO BRASIL: NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XIX	
5	A LIBERDADE RELIGIOSA E A RELIGIÃO DO ESTADO NA CONSTITUIÇÃO DE 1824	Nicholas Arena Paliologo Tiago da Silva Cecílio
6	UM CONVITE A REFLEXÃO: PERSPECTIVAS HUMANÍSTICAS SOBRE O ENCARCERADO NA CONCEPÇÃO DE FRANCESCO CARNELUTTI	Lorena Braga Raposo
MESA 3 – dia 30/04 – 09h00 às 10h30 (A-224) Martín Ugarteche Fernández		
1	O KAIRÓS E O PÁTHOS DA EXPERIÊNCIA ESTÉTICA DO SUBLIME NO PENSAMENTO DE LONGINO	Irlim Corrêa Lima Junior
2	O CONCEITO DE ABSTRAÇÃO NOS EMPIRISTAS BRITÂNICOS	Mario Tito Ferreira Moreno
3	QUEM ESTÁ NA MIRA DA POLÍCIA? UMA REFLEXÃO SOBRE O MAL E VIOLÊNCIA POLICIAL	Jéssica da Silva Goudar
4	GUIA DE LEITURA DO “TRATADO DE ARGUMENTAÇÃO: A NOVA RETÓRICA”	Luiz Arthur Giordano Silva
5	SOBRE O “LUGAR” NA ARTE COMO PROCEDIMENTO METAFÍSICO	Gustavo Deister
6	A (RE)FUNDAMENTAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS EM LEVINÁS	João Antônio Johas Marques da Silveira Leão Rodrigo Bandeira Marra
MESA 4 – dia 30/04 – 09h00 às 10h30 (A-225) Alexandre Luís de Oliveira		
1	PASTORAL DE RUA DA IGREJA CATÓLICA COMO POSSÍVEL INSTRUMENTO DE INCLUSÃO SOCIAL	Diego Ramos de Oliveira
2	REGISTROS PAROQUIAIS COMO MECANISMO DE PESQUISA: REFLEXÕES EM HISTÓRIA SOCIAL	Lucas Ventura da Silva Natália da Paz Lage
3	SÍNODO DO CADAVER	Pedro Dideco Antunes Guettner
4	HISTORIOGRAFIA E RELIGIÃO: A IMPORTÂNCIA DOS ESCRITOS	Maicon da Silva Carreiro



	TEOLÓGICOS NOS ESTUDOS HISTÓRICOS A PARTIR DE A CIDADE DE DEUS DE SANTO AGOSTINHO	
5	A NOVA LEI DE MIGRAÇÃO E O VISTO HUMANITÁRIO NO BRASIL: AVANÇOS E RETROCESSOS	Lara de Freitas Santos Évelin Estêvam Souza Gabriel Telles
6	LUGAR DE MEMÓRIA E A DITADURA MILITAR BRASILEIRA	Tiago da Silva Cecílio
MESA 5 – dia 30/04 – 17h00 às 18h30 (A-122) Gerusa Faria Rodrigues		
1	A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO CRÍTICO-REFLEXIVA DO DOCENTE MÉDICO NO INTERNATO DA GRADUAÇÃO DE MEDICINA	Elisama Queiroz Baisch
2	EDUCAÇÃO EM PAUTA NA CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS– RJ: CORRELAÇÕES DE FORÇAS, NUANCES, ACOMPANHAMENTO, TENSÕES E LOBBY, POSSIBILIDADES DA FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS	Cristinne Costa do Nascimento Fernanda Thomazia do Amaral Felipe
3	EM BUSCA DE UMA RELAÇÃO HORIZONTAL NA SALA DE AULA	Leonardo de Azevedo Gaviolo
MESA 6- dia 30/04 – 17h00 às 18h30 (A-123) Leandro Antônio Rodrigues/ Aline de Almeida Rodrigues		
1	A FOME E A ORIGEM	Felipe de Medeiros Pacheco
2	A POESIA AFRO-FEMININA COMO INSTRUMENTO DE RESISTÊNCIA AO SILENCIAMENTO DA MULHER NEGRA NA LITERATURA	Gabriela Leite Rosa Ferreira
3	A PRIMAZIA DO ETHOS E O RIGOR CRÍTICO NA ESCRITA BIOGRÁFICA DE LEONARDO BRUNI: O APEGO A “VERDADE”	Zaira Caroline Dutra Carreiro
4	ECOLINGUÍSTICA E AQUISIÇÃO DE UMA SEGUNDA LÍNGUA EM CONTEXTOS (I)MIGRATÓRIOS: MINHA EXPERIÊNCIA NO CELTA.	Maria Clara Castellain Mayworm
5	ESTUDO DA DELINQUÊNCIA NOS PERSONAGENS DE CAPITÃES DA AREIA: UMA ANÁLISE PSICOSSOCIAL	Mayara da Rocha Lima Cristiane Moreira da Silva

6	REFLEXÕES SOBRE A ENSAÍSTICA ZWEIGUIANA:	João Furio Novaes
MESA 7 – dia 30/04 – 19h30 às 21h00 (A-122) Cristiane Noel Souza da Cruz		
1	O ENSINO DE NOSSO TEMPO:O PROBLEMA DE NÃO PODER ENGOLIR O CHICLETE!	Letícia Schmid Mariano Wendel Jorge Rocha Fernandes
2	OS DESAFIOS DO PROCESSO DE INCLUSÃO DA CRIANÇA AUTISTA COM SELETIVIDADE ALIMENTAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UM OLHAR DA ESCOLA E DA FAMÍLIA	Juliana Gouvea Schaefer
3	A FORMAÇÃO INICIAL DOS PROFESSORES GENERALISTAS X EDUCAÇÃO FÍSICA NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL NA REDE MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS/RJ – REALIDADE A PARTIR DO CONCURSO PÚBLICO 2015	Gustavo Arantes e Silva
4	O PAPEL DO PSICÓLOGO NO EMPODERAMENTO DE MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA: UM ESTUDO NO CRAM PETRÓPOLIS	Nairana da Silva Lima do Rozário
MESA 8 - dia 30/04 – 19h30 às 21h00 (A-123) Marcos Levi de Oliveira/ Alexandre Luís de Oliveira		
1	A I EXPOSIÇÃO NACIONAL DE ARTE ABSTRATA DE 1953 E A HISTÓRIA SUSPensa DE UMA CIDADE	Anna Carolina Eckhardt de Medeiros Rodrigues
2	A LUTA DE HISTORIADORES CONTRA AS LEGITIMAÇÕES HISTORICAMENTE ORIENTADAS NOS DISCURSOS EM REGIMES AUTOCRÁTICOS	Camila dos Santos da Costa João Marcelo Cunha
3	A CRISE DO HUMANISMO NO SÉCULO XXI: UMA ANÁLISE HISTÓRICA ACERCA DO CASO VENEZUELA X MOÇAMBIQUE	Guilherme Freitas Gomes
4	PRIMEIRO DE MAIO: ASSOCIATIVISMO E AS LIDERANÇAS OPERÁRIAS NA CIDADE DE MANAUS DA PRIMEIRA REPÚBLICA	Richard Kennedy Nascimento Candido



5	MEMÓRIA, HISTÓRIA E NARRATIVA NO PROCESSO HISTORIOGRÁFICO.	Pablo Gomes Goulart
6	A LEI DE ANISTIA: PERPETUAÇÃO DOS ANOS DE CHUMBO E O NECESSÁRIO CONTROLE DE CONVENCIONALIDADE	Felipe César Santiago de Souza Tiago da Silva Cecílio



Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-60654-56-7



9 788560 654567